



Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Documento para consulta pública

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS – SEPLAN

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Documento para consulta pública

Comitê Interministerial de Governança

Ministro-Chefe da Casa Civil

Eliseu Lemos Padilha

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Esteves Pedro Colnago Junior

Ministro da Fazenda

Eduardo Refinetti Guardia

Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União

Wagner de Campos Rosário

Grupo de Trabalho

Comitê Executivo

Secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos

Julio Alexandre Menezes da Silva

Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Dyogo Henrique de Oliveira

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ernesto Lozardo

Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Roberto Luís Olinto Ramos

Comitê Técnico

Representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Miguel Crisóstomo Brito Leite

Representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

Fernando Pimentel Puga

Representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Sergei Suarez Dillon Soares

Representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Rebeca de La Rocque Palis

Barbara Cobo Soares

Grupo de Consolidação

Hébrida Verardo Moreira Fam

Lavinia Barros de Castro

Rafael Luís Giacomini

Rafael Martins Neto

Rodrigo Correa Ramiro

Rodrigo Mendes Leal

SUMÁRIO

Prefácio	7
1 Introdução	10
2 Diretrizes e Bases da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	16
Diretriz principal	20
Eixo 1: econômico	21
Eixo 2: institucional	23
Eixo 3: infraestrutura	25
Eixo 4: ambiental	27
Eixo 5: social	29
3 Onde Estamos	32
3.1 Retrato por eixo	36
Eixo 1: econômico	38
Eixo 2: institucional	46
Eixo 3: infraestrutura	53
Eixo 4: ambiental	62
Eixo 5: social	68
4 Megatendências e seus Impactos nas Políticas Públicas	80
4.1 Megatendências	80
Eixo 1: econômico	81
Eixo 2: institucional	84
Eixo 3: infraestrutura	87
Eixo 4: ambiental	89
Eixo 5: social	91
4.2 ODS	93
5 Cenário Macroeconômico	105
6 O Caminho até 2031	109
6.1 Desafios e orientações	111
Eixo 1: econômico	111
Eixo 2: institucional	119
Eixo 3: infraestrutura	124
Eixo 4: ambiental	129
Eixo 5: social	132
6.2 Riscos e medidas mitigadoras	142
7 Considerações Finais	146
Bibliografia	149
Apêndice A: ficha dos indicadores	154

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Significado
ABDE	Associação Brasileira de Desenvolvimento
AI	Artificial Intelligence
ASSECOR	Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF/1988	Constituição Federal de 1988
CIG	Comitê Interministerial de Governança
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CONSEPLAN	Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento
COP 21	Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases de Efeito Estufa
GINI	Coeficiente de Gini
IEA	International Energy Agency
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICG	Índice de Competitividade Global
IDE	Investimentos Diretos Estrangeiros
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IoT	Internet das Coisas (Internet of Things)
LPI	Índice de Desempenho Logístico
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIT	Instituto Tecnológico de Massachussets
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Sigla	Significado
NDC	Nationally Determined Contribution
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PBSM	Programa Brasil Sem Miséria
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade de Poder de Compra
PIB PPP	Produto Interno Bruto em <i>Purchasing Power Parity</i>
PNMC	Política Nacional sobre Mudanças do Clima
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PL	Projeto de Lei
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPA	Plano Plurianual da União
PPP	Parceria Público Privada
PWT	Penn World Table
SAE/PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SIM/MS	Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development

PREFÁCIO

Este documento apresenta a versão para discussão da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o Brasil entre 2020 e 2031, concebida com o objetivo de *orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado (planos nacionais, setoriais e regionais e o Plano Plurianual – PPA da União)*. É mais um passo na busca de melhor governança para as ações do Estado brasileiro.

Esta versão foi construída a partir da convergência de estudos e reflexões de longo prazo publicados por órgãos de pesquisa e planejamento da administração pública federal e de consulta aos ministérios do governo federal, colhendo visões diversas e setoriais deste esforço complexo que é propor um planejamento de longo prazo ao país. As contribuições da sociedade e de especialistas, coletadas na consulta pública que se inicia, também refinarão o documento. Ao final do processo, a Estratégia Nacional servirá de norteadora dos planos nacionais, setoriais e regionais do país e do PPA.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), no art. 174, § 1º, dispõe que “a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento” (Brasil, 1988). Os constituintes dispuseram, também, que o planejamento é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Visando atender a esse dispositivo constitucional, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) no 9.163, de 23 de novembro de 2017, que “dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2017a). Dentre outros comandos do PL, destaca-se a definição dos instrumentos que devem compor o planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, incluindo a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O PL também determina o encadeamento lógico dos instrumentos que compõem o planejamento nacional (*figura 1*), sendo a estratégia a balizadora para os planos nacionais, setoriais e regionais; e para o PPA, que, por sua vez, deverá orientar as leis orçamentárias anuais.

Relevante destacar que não se trata de uma relação de hierarquia entre os instrumentos. Como prevê o § 4º do art. 165 da CF/1988, esses instrumentos devem estar em consonância e, de forma uniforme e sinérgica, indicar o caminho que o país deve seguir.

Figura 1 / Estrutura do Planejamento do Desenvolvimento Nacional Equilibrado



Fonte: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seplan/MP).

O PL nº 9.163/2017, em seu art. 9º, propõe o horizonte de doze anos para a Estratégia Nacional e, em seu art. 10, dispõe sobre o conteúdo desta em seis partes:

- I - as diretrizes e as bases do desenvolvimento econômico e social nacional equilibrado;*
- II - os desafios a serem enfrentados pelo país;*
- III - o cenário macroeconômico;*
- IV - as orientações de longo prazo;*
- V - as macrotendências e seus impactos nas políticas públicas; e*
- VI - os riscos e as possíveis orientações para construção de suas medidas mitigadoras (Brasil, 2017a).*

Ressalte-se que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é um dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, sendo que o detalhamento das políticas públicas deverá ser apresentado nos respectivos planos nacionais, setoriais e regionais e no PPA. O art. 13 do mesmo PL destaca o seguinte conteúdo mínimo para os planos nacionais, setoriais e regionais:

- i) diagnóstico do setor;*
- ii) objetivos estratégicos, de modo compatível com outros planos governamentais correlatos;*
- iii) vigência;*
- iv) metas necessárias ao atendimento dos objetivos; v) estratégias de implementação necessárias para alcançar os objetivos e as metas;*
- vi) identificação dos recursos necessários, dos responsáveis pela implementação dos riscos e suas respostas;*
- vii) análise de consistência com outros planos nacionais, setoriais e regionais e as suas relações com os instrumentos de planejamento do PPA, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei orçamentária anual;*
- viii) ações para situações de emergência ou de contingência; e*
- ix) mecanismos e procedimentos para o monitoramento e a avaliação da eficiência, da eficácia, da efetividade e da economicidade das ações programadas.*

Ainda no esforço de promover melhor governança dos esforços públicos, conjuntamente ao envio do PL nº 9.163/2017, o Poder Executivo editou o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que “dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2017b). O decreto instituiu o Comitê Interministerial de Governança (CIG), que, em sua primeira reunião, em 16 de fevereiro de 2018, recomendou ao MP que: “elabore os estudos preparatórios para a formulação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 2020-2031” (Brasil, 2018a). Para tal fim, foi criado um grupo de trabalho constituído pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan/MP), que o coordenou, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ipea.

O conteúdo deste documento, então, busca atender à recomendação do CIG, devendo ser utilizado como versão para a discussão do relatório da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1 INTRODUÇÃO

A história brasileira de planejamento governamental não é recente. Nas décadas de 1940-1970, o Brasil teve uma vasta e rica experiência nesta área. Durante os anos 1980 e 1990, o combate à inflação, a estabilidade econômica e a reestruturação do Estado se tornaram prioridades. Muitos esforços foram direcionados para a resolução dos problemas que exigiam solução imediata em face das sucessivas crises da economia brasileira, como combater a aceleração da inflação, o aumento da dívida externa e as crises do balanço de pagamentos. Isso influenciou a capacidade de planejamento mais amplo do Estado brasileiro.

Vencida a questão da alta inflação, os esforços se concentraram na realização de reformas legislativas, na melhoria da eficiência na gestão pública e no aprimoramento de marcos regulatórios, embora tenha sido igualmente necessário enfrentar, ocasionalmente, questões conjunturais severas, como foram as crises fiscal e cambial. Para além das questões macroeconômicas, o Estado brasileiro avançou também na redução das desigualdades sociais, no combate à pobreza e na evolução de muitos indicadores sociais, ainda que esses permaneçam como desafios do país.

Na tentativa de o Brasil reestabelecer sua capacidade de planejamento de médio e longo prazos, cabe ressaltar a elaboração de documentos, pelos órgãos governamentais, que trazem relevantes reflexões e subsídios para o planejamento governamental. Dentre os documentos publicados recentemente, destacam-se: *Desafios da Nação*, elaborado pelo Ipea; *Panoramas Setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil*; *Visão 2035: Brasil, país desenvolvido* e *Desafios do Desenvolvimento do Brasil*¹, formulados pelo BNDES; além dos esforços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a elaboração e o aprimoramento de diversos indicadores, com vistas a atender compromissos assumidos nacional e internacionalmente pelo governo brasileiro.

¹ O documento *Desafios do Desenvolvimento do Brasil* foi construído, inicialmente, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no âmbito do projeto de reflexão e planejamento estratégico da instituição. Posteriormente, foram realizadas oficinas em conjunto com representantes do Sistema Nacional de Fomento filiados à Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). O trabalho resultou em um conjunto de 47 fichas com visão, diretrizes e estratégias para superar os diversos “desafios” identificados.

A superação dos desafios brasileiros para o desenvolvimento necessita de estratégias e ações de médio e longo prazo, que requerem, por sua vez, a articulação e a cooperação de diferentes atores e organizações em prol de objetivos comuns. Diferentemente de um plano estático, tais ações devem ser revistas e aprimoradas, periodicamente, tendo em vista que os desafios do desenvolvimento possuem complexidade crescente e natureza quase-estruturada². Há uma percepção de que o país precisa restabelecer um amplo debate do Estado com a sociedade em relação aos principais desafios para a promoção do desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazos de maneira ambientalmente sustentável. Esse debate deve envolver, para além das questões nacionais, as agendas globais para as quais o Brasil assumiu compromissos, em que se destacam as agendas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da 21ª Conferência das Partes (COP 21), Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Assim, o planejamento atual, diferentemente daquele das décadas de 1940-1970, cujo foco era prioritariamente o desenvolvimento econômico e de infraestrutura, deve incorporar as questões sociais e ambientais. Além disso, considerando a tendência de participação mais ativa da sociedade, o governo deve buscar construir os consensos mínimos sobre a nação que queremos e assumir o papel de articulador do desenvolvimento.

Nesse sentido, o Estado deve definir claramente as suas prioridades, dialogar amplamente com a sociedade e aplicar de forma eficiente os recursos escassos. Há necessidade de reforçar o planejamento específico de sua atuação, com metas bem estabelecidas e, principalmente, o efetivo monitoramento e avaliação de resultados, além de definir de forma transparente os papéis e os espaços de atuação do governo e da iniciativa privada.

Desta forma, a Estratégia Nacional deve representar o resultado de discussões entre governo e sociedade sobre a direção do desenvolvimento nacional equilibrado no horizonte de doze anos, visando alavancar as oportunidades e promover a remoção dos gargalos ao desenvolvimento econômico e social do país. O documento tem como premissa a definição de diretrizes, ideias-força que devem ser perseguidas no horizonte. Na busca de uma visão estratégica de longo prazo, que perpassará governos diversos, as diretrizes foram propostas com base na Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Tais preceitos estão sintetizados em seu art. 3º, que declara os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

² Desafios ou problemas de natureza quase-estruturada são caracterizados por: não possuírem regras precisas e iguais para todos; sua superação poder gerar problemas conexos; estarem entrelaçados a outros desafios; sua solução criar possibilidades ou dificuldades para a solução dos outros etc. (Matus, 1993).

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Neste relatório, as diretrizes têm a concretude necessária para guiar a identificação de desafios e orientações que permitam o país rumar a um futuro desejado. Suas descrições devem ser plausíveis e viáveis, e não apenas a representação de simples vontade ou esperança.

O relatório contempla também a identificação da situação atual do país (*Onde estamos*), por meio de um breve diagnóstico elaborado a partir de índices-chave, e de megatendências mundiais e nacionais que mostram os rumos que se vislumbra para os próximos anos (*Megatendências e seus impactos nas políticas públicas*). A junção dos dois, *Onde estamos* e *Megatendências*³, juntamente com o *Cenário macroeconômico*, permite a visualização de futuros plausíveis⁴, conforme *figura 2*.

FIGURA 2 / Situação inercial



Fonte: Seplan/MP.

³ As megatendências são apenas parte das sementes de futuro formadas também pelas incertezas, surpresas inevitáveis e “curingas”. Para o horizonte da Estratégia Nacional, contudo, a opção foi trabalhar apenas com as megatendências.

⁴ Para o aprofundamento do tema, pode ser usada a publicação *Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento* (Ipea, 2017).

Os futuros plausíveis, normalmente, não refletem o preconizado nas *diretrizes*. Dessa forma, para que estas sejam alcançadas, a Estratégia Nacional identifica *desafios* para o Brasil nos próximos doze anos, assim como define as *orientações* que permitirão ao país deslocar-se em direção ao futuro desejado e aponta possíveis *riscos* que podem desviar o Brasil do caminho perseguido (*figura 3*).

FIGURA 3 / Metodologia da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Fonte: Seplan/MP.

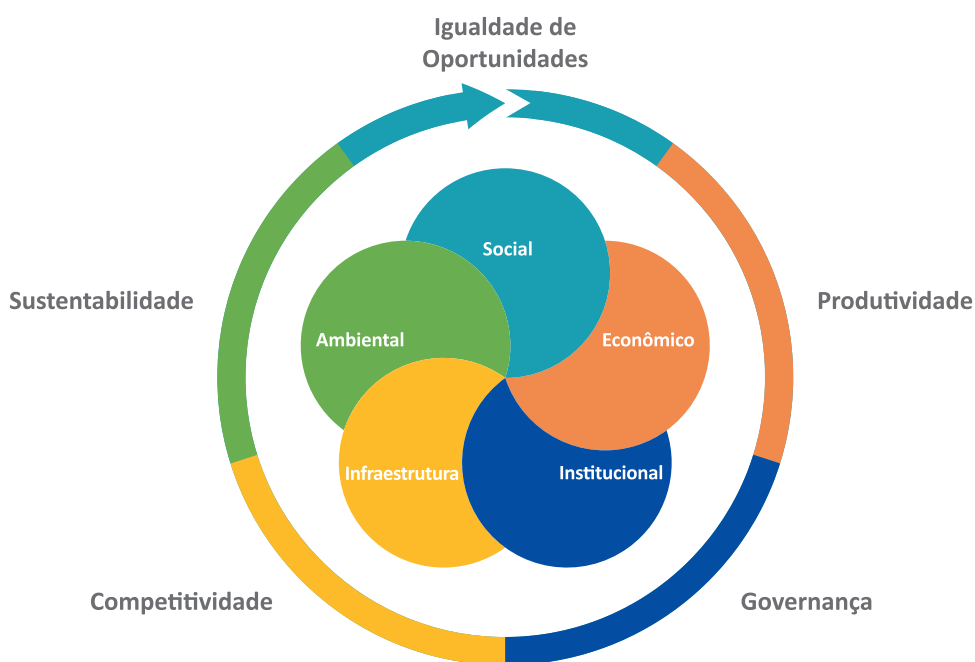
Os desafios expressam o que deve ser feito para retirar o país do caminho do futuro inercial para o rumo desejado. Dessa maneira, indicam um caminho a ser perseguido para que se alcance, ao final do horizonte de doze anos, um país mais próximo ao previsto na CF/1988.

As orientações, por sua vez, são o conjunto de ações que devem ser tomadas ao longo do tempo para dar concretude aos desafios. Devem ser capazes, portanto, de mobilizar os atores-chave (instituições públicas, Poder Legislativo, iniciativa privada, investidores, sociedade civil etc.) em prol de uma visão de desenvolvimento para o país.

Para os fins deste documento, riscos são eventos cuja possibilidade de ocorrência têm impacto negativo e podem comprometer o alcance do futuro desejado. O risco é medido em termos de sua severidade e probabilidade. A identificação dos principais riscos está acompanhada de ações mitigadoras.

A Estratégia Nacional se organiza por cinco eixos (*figura 4*) que contemplam, de forma agregada, os setores propulsores do desenvolvimento econômico e da inclusão social nos próximos doze anos, a saber: econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social. Apesar dos recortes propostos, existe uma inter-relação entre os eixos, haja vista que os temas tratados em cada um deles, via de regra, têm caráter de transversalidade e sinergia, e, juntos, concorrem para uma efetiva concretização das diretrizes da Estratégia Nacional.

FIGURA 4 / Eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Fonte: Seplan/MP.

Tendo a metodologia e os eixos como base, este relatório está organizado em capítulos que respondem aos dispositivos do art. 10 do Projeto de Lei (PL) nº 9.163, de 23 de novembro de 2017. O primeiro capítulo aborda as diretrizes da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, as quais deverão nortear a atuação estatal e induzir a participação da sociedade na superação dos desafios assumidos para se alcançar o país almejado como preconiza o art. 3º da CF/1988. Ainda, cabe destacar que a pedra angular da política externa brasileira é a Constituição, em particular o seu art. 4º, que contém os princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

O capítulo *Onde estamos* traz um breve diagnóstico do país, elaborado com base em índices-chave que mensuram, de forma agregada, o desenvolvimento econômico e social, além de permitir a comparação internacional. Sempre que possível, é apresentada a trajetória e o recorte por território, raça, gênero, classe social, dentre outros que permitam visualizar e apreender as desigualdades internas.

O capítulo *Megatendências e seus impactos nas políticas públicas* abordará o caminho que se vislumbra para o mundo nos próximos doze anos, incluindo as principais megatendências mundiais e as principais sinalizações presentes nos ODS. As megatendências devem ser entendidas como eventos cujas perspectivas de direção e de sentido são suficientemente consolidadas e visíveis para se admitir suas evoluções no período considerado.

Em seguida, há o *Cenário macroeconômico* para o horizonte de doze anos. A utilização dos cenários macroeconômicos no processo de planejamento não pretende eliminar as incertezas ou predizer o futuro com relação ao comportamento da economia do país, mas permite a definição de diretrizes e orientações mais consistentes com o provável desenvolvimento da economia, ampliando a chance de se alcançar o desejado. Além disso, o cenário macroeconômico deverá balizar a elaboração de planos nacionais, setoriais e regionais, com vistas a homogeneizar seus parâmetros.

O capítulo *O caminho até 2031* abordará os desafios que precisam ser superados para se alcançar o futuro desejado e expressará as orientações estratégicas para a sua implementação. A identificação dos desafios será subsidiada no cruzamento das diretrizes com a situação atual, as tendências, o cenário macroeconômico e, principalmente, com os interesses da nação, os desejos e as aspirações da sociedade brasileira. As orientações estratégicas indicam o caminho a ser percorrido, por meio de um conjunto de ações que deve ser implementado ao longo do tempo. O capítulo também trará os *riscos* que se apresentam à implementação das orientações, à superação dos desafios e ao alcance das diretrizes.

O último capítulo traz as *Considerações finais* e abordará o monitoramento, a avaliação e as futuras revisões da Estratégia Nacional.

Por fim, é importante destacar o processo de construção da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Em um primeiro momento, o comitê técnico, instituído pela Portaria MP nº 47, de 20 de março de 2018, preparou uma minuta que foi amplamente discutida com os órgãos setoriais em reuniões específicas. Após os ajustes oriundos das sugestões dos órgãos setoriais, o relatório foi consolidado e submetido à apreciação do Comitê Interministerial de Governança (CIG).

Os próximos passos têm como fim a inclusão da sociedade civil e de outras instâncias e níveis de governo neste processo de construção, por meio de consulta pública. Paralelamente a esse processo, pretende-se realizar apresentações e debates em diversos fóruns ao longo do processo de consulta pública. Após essa fase, será consolidada a proposta final do relatório sobre os estudos preliminares da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

DIRETRIZES E BASES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A Estratégia Nacional deve deixar claro para toda a sociedade quais são os objetivos e as prioridades do desenvolvimento econômico e social. É essencial ter diretrizes bem definidas com vistas a orientar a atuação do setor público e a iniciativa do setor privado.

A Constituição Federal de 1988 foi promulgada tendo como objetivo garantir o Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento econômico, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica de conflitos. Tais preceitos estão sintetizados em seu art. 3º, o qual declara os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são os pilares que devem orientar a ação do Estado brasileiro. São princípios e, como tal, devem ser observados simultaneamente. Dessa forma, a título de exemplo, entende-se que as ações que visam garantir o desenvolvimento econômico não podem ocorrer com perdas para a democracia, com ampliação da pobreza ou exclusão de segmentos da população.

Importante destacar também os princípios que regem as relações internacionais, os quais devem se dar de forma soberana e com base no disposto no art. 4º da CF/1988.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;*
- II - prevalência dos direitos humanos;*
- III - autodeterminação dos povos;*
- IV - não intervenção;*
- V - igualdade entre os Estados;*
- VI - defesa da paz;*
- VII - solução pacífica dos conflitos;*
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;*
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;*
- X - concessão de asilo político.*

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (Brasil, 1988).

Tais princípios não apenas balizam a atuação do governo no exterior, mas também conferem continuidade à política externa brasileira ao longo do tempo. Pautada por esses princípios, a política externa tem sido executada como política pública a serviço das prioridades da sociedade brasileira: a recuperação da economia, a geração de empregos, a segurança nas fronteiras e a promoção do bem-estar de todos.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, avanços foram obtidos no que se refere aos seus preceitos. No entanto, é consenso de que ainda há um longo caminho a percorrer para que a sociedade atinja os patamares pretendidos. Dessa forma, a Estratégia Nacional avalia o que já se conquistou, considera as megatendências para o país, a fim de definir orientações de superação, e estabelecer diretrizes de longo prazo.

Nas últimas décadas, novas agendas ganharam força e estão refletidas nos acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Agenda 2030, que define objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e ambiental. Outro importante destaque foi a ratificação do Acordo de Paris, em 2016. O país demonstrou, mais uma vez, o seu papel de liderança nas negociações internacionais sobre a mudança climática, evidenciado por contribuições importantes para a mitigação da mudança climática em território nacional. O acordo representa um marco para requalificar o desenvolvimento socioeconômico do país de forma a promover um novo modelo a economia de baixo carbono.

Além do surgimento de novas agendas, outro fator que não pode ser negligenciado é a emergência de uma nova etapa do desenvolvimento humano, que se caracteriza pelo predomínio da informação, da comunicação e do conhecimento na economia e no conjunto das atividades humanas, também chamado de transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento.

Tendo em mente as orientações da Carta Magna e os desafios contemporâneos da sustentabilidade⁵, a Estratégia Nacional deve perseguir o desenvolvimento nacional, entendido para os fins deste documento como: “A transformação de uma determinada realidade com crescimento da renda por habitante, melhoria da distribuição de renda, redução das desigualdades e elevação dos padrões de vida da população brasileira, de forma sustentável” (BNDES, 2018d).

Para tanto, pressupõe-se a “orquestração de uma estratégia de desenvolvimento, em que instituições e organizações estejam coordenadas e orientadas por missões prioritárias” (BNDES, 2018d). Assim a Estratégia Nacional conta com diretrizes para o desenvolvimento econômico e social para os próximos doze anos. É importante destacar que há uma diretriz principal norteadora das demais diretrizes, que estão organizadas nos cinco eixos: econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social, assim constituídos por permitirem análises de transformações estruturais da sociedade.

A diretriz principal deste documento tem como objetivo oferecer concretude aos objetivos fundamentais previstos na CF/1988 para o período de doze anos e transformar o Brasil em um país com padrão de desenvolvimento econômico e social similar ao dos países desenvolvidos.

Com relação ao eixo econômico, faz-se necessário que haja um crescimento sustentado e inclusivo, o que só será possível com o aumento da produtividade do país. Entre os fatores que contribuem com o aumento da produtividade estão a melhoria do ambiente de negócios, o estímulo à concorrência, o desenvolvimento tecnológico, a capacitação do trabalhador e uma inserção qualificada do país no mercado internacional, o que requer uma postura ativa nas relações internacionais e na busca de novos parceiros comerciais e de investimentos.

Para isto, o Estado precisa melhorar sua governança, com maior eficiência e eficácia das ações governamentais, além de implementar ações que visem garantir um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo e investimento, com regras claras, burocracia eficiente e com maior segurança jurídica.

Um ambiente de negócios mais favorável contribuirá para a realização dos investimentos necessários em infraestrutura – historicamente um gargalo para o aumento da competitividade do país. Na infraestrutura econômica e social, o Brasil terá de lidar com a limitada capacidade de investimento do Estado, o que demanda regras e condições que sejam também capazes de atrair investimentos privados.

⁵ Considerada a conceituação do documento *Desafios do desenvolvimento do Brasil* (BNDES, 2018d).

As conquistas econômicas e sociais das gerações atuais e a implantação da infraestrutura não podem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações, o desenvolvimento tem de observar a sustentabilidade ambiental. Desta forma, um padrão mais sustentável de produção e consumo deve ser observado. Por seu turno, a necessidade de se caminhar para o desenvolvimento sustentável pode ensejar variadas oportunidades de negócios, estimulando a economia e gerando empregos verdes, atividades que busquem sinergias entre o mercado de trabalho, a produção de energia e os temas ambientais, bem como criando trabalho decente⁶ e inclusão social. Ademais, com os compromissos assumidos pelo país no Acordo de Paris, há necessidade de estimular a transição para uma economia de baixo carbono, com uma infraestrutura adaptada e mais resiliente, que gere oportunidades de novos negócios, tecnologia e inovação, promovendo o desenvolvimento ambiental e social, que contribua para o objetivo global climático.

Por fim, o planejamento governamental deve ter como fim a melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável vai além do crescimento econômico e do aumento da produtividade nacional, devendo abranger a melhoria na distribuição da renda, a ampliação do acesso a bens e serviços de boa qualidade nas áreas de saúde, educação, assistência e previdência social, buscando igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Nesse ponto, grandes desafios se apresentam, com as tendências de envelhecimento populacional e a menor utilização relativa de força de trabalho nos processos produtivos. Ainda no que se refere ao bem-estar da população, uma das principais questões é a melhoria da segurança pública. Pode-se constatar que o eixo social possui importante interface com os demais eixos, haja vista que estes serão responsáveis por prover os recursos necessários e os bens e serviços sociais com a qualidade desejada e, por sua vez, se beneficiarão de uma população mais qualificada, saudável e produtiva.

Além dos encadeamentos entre os eixos aqui ilustrados, há temas que possuem forte transversalidade e estes deverão ser tratados em todos os eixos, preservando assim seu caráter universal, indivisível e interdependente. A questão da garantia da cidadania, dos direitos fundamentais e da redução de desigualdades, em particular para grupos sociais vulnerabilizados, assim como as questões de gênero e étnico-racial, estão tratadas de forma transversal no documento, não se restringindo a um eixo específico. No mesmo sentido, as questões regionais/territoriais terão um tratamento que perpassa todos os eixos.

⁶ Trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, nos termos da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Diretriz principal

A implementação desta estratégia demanda um avanço gradual e consistente nas áreas social, econômica e ambiental que possibilite o crescimento sustentável da qualidade de vida e da renda da população. Almeja-se aumentar a renda *per capita*, a expectativa de vida e a qualidade e duração de escolaridade da população, de forma sustentável, situando o Brasil entre os países com desenvolvimento humano muito alto, como descrito no capítulo 5.

QUADRO 1 / Diretriz principal

Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos

Elaboração dos autores.

No período entre 1953 e 1980, o Brasil foi um dos países de maior crescimento econômico no mundo. O crescimento se deu a taxas próximas de 7%, superando, inclusive, o desempenho da Coreia, ficando atrás apenas do crescimento verificado pela economia japonesa. A partir de 1980, porém, esse movimento de aproximação da renda *per capita* da renda dos países desenvolvidos cessou. Mais grave, a partir de 1988, o Brasil iniciou um movimento de deterioração da sua posição relativa em relação ao PIB das economias emergentes e em desenvolvimento.

Se, por um lado, o desempenho do crescimento foi insatisfatório (a despeito de períodos curtos de forte desempenho), o país avançou em diversos indicadores sociais: redução da pobreza, melhora de indicadores de desigualdade, avanços na saúde que resultam em elevação da expectativa de vida ao nascer, redução do analfabetismo e elevação dos anos de escolaridade, apenas para citar alguns entre tantos outros índices sociais onde houve avanços. Em suma, desde 1980, para além da conquista da estabilidade dos preços e da redução de vulnerabilidades externas, muito se avançou em termos sociais. Inúmeros desafios, porém, permanecem e outras questões surgem, por exemplo, as novas demandas sociais decorrentes do processo de envelhecimento da população brasileira.

Nesse sentido, a Estratégia Nacional se pretende ousada: “Elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos”. Esta visão deve ser entendida como um desejo compartilhado, algo que se almeja alcançar, que requer inúmeros esforços, mas que é factível. É, em suma, uma ousadia, que se propõe ser coletiva, para que seja efetiva.

Para materializar em números o que se pretende, utilizou-se, no âmbito da Estratégia Nacional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Atualmente, o Brasil encontra-se classificado como um país de nível alto de desenvolvimento humano. Durante o horizonte desta Estratégia Nacional, pretende-se que o Brasil passe a ser um país de nível muito alto de desenvolvimento humano. O capítulo *Onde Estamos* apresenta o detalhamento do IDH e a situação atual do país.

Para se tornar um país com nível muito alto de desenvolvimento humano, o Brasil, além de elevar sua renda *per capita*, melhorar o acesso e a qualidade aos serviços de saúde, educação e segurança pública, necessita enfrentar um de seus maiores passivos: a elevada desigualdade social e regional.

Todas essas questões, junto a outras de igual relevância para o desenvolvimento do país, serão tratadas nos cinco eixos sobre os quais o documento está estruturado, os quais são apresentados a seguir, com uma análise individual e a definição de sua respectiva diretriz.

Eixo 1: econômico

O eixo econômico proporcionará a base material que possibilita o alcance das diretrizes da Estratégia Nacional, uma vez que o crescimento econômico contribuirá para a melhoria do padrão de vida de sua população. Nesse sentido, deve-se buscar a estabilidade dos pilares macroeconômicos, favorecendo o crescimento da renda e, no nível microeconômico, a estrutura produtiva e a infraestrutura eficientes o bastante para proporcionar a elevação da renda *per capita* nacional.

As ações do eixo econômico têm forte relação com os objetivos fundamentais de garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Para tanto, deve ser seguida a diretriz exposta no quadro 2.

QUADRO 2 / Diretriz do eixo econômico

Alcançar o crescimento econômico sustentado, com foco no ganho de produtividade, assegurando a redução das desigualdades sociais e regionais e a sustentabilidade ambiental.

Elaboração dos autores.

⁷ Embora esse índice não seja suficiente para caracterizar os múltiplos aspectos do desenvolvimento, é um indicador disseminado que permite comparações internacionais.

Buscar o crescimento econômico sustentado e inclusivo significa ser capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atendimento às necessidades das futuras gerações, o que está estritamente relacionado com o equilíbrio macroeconômico, a redução das desigualdades sociais e regionais e a sustentabilidade ambiental. O crescimento da economia e o desenvolvimento nacional devem visar o uso sustentável dos recursos naturais, ou seja, o desenvolvimento deve ser *ambientalmente sustentável*, sem dispensar a adequada avaliação dos custos econômicos e dos benefícios ambientais.

O foco principal da diretriz do eixo econômico é elevar a produtividade da economia brasileira, pois o que se deseja é acelerar o crescimento de longo prazo em um cenário especialmente desafiador de rápida transição demográfica – que terá também fortes impactos sobre a oferta de mão de obra. Para se atenuar os impactos dessa restrição, é preciso melhorar o acesso à educação básica e profissional de qualidade, preparando as pessoas adequadamente para o mercado de trabalho. Além disso, é preciso aumentar significativamente os investimentos e melhorar a qualidade de suas inversões, com destaque para os investimentos em infraestrutura e educação – que têm retornos sociais e econômicos mais elevados. Ressalta-se que a promoção da inovação tecnológica é crucial para o aumento da produtividade e, logo, da competitividade nacional em um cenário de acelerado processo de abertura de mercados. Considerando os esforços nacionais, públicos e privados, na promoção da inovação, o Brasil deverá priorizar e investir fortemente no aumento da produtividade a partir da inovação, a fim de assegurar a competitividade da economia.

No campo macroeconômico, o requisito básico para que seja possível avançar rumo a um crescimento estável e inclusivo é a sustentabilidade das contas públicas. O desajuste fiscal é um problema que necessita de atenção no curto e no longo prazos – questão agravada pelas tendências demográficas previstas para os próximos anos e décadas. A realização de reformas estruturais e a melhora consistente da situação fiscal são pontos fundamentais para a manutenção da estabilidade macroeconômica no longo prazo. Este pilar macroeconômico deve ser visto não como um fim, mas como uma condição necessária para viabilizar o crescimento econômico sustentado.

Ademais, para que o país cresça a taxas mais elevadas, é preciso que haja sua maior inserção nos fluxos de comércio e investimento, sendo de grande importância a integração econômica internacional e a cooperação multilateral.

Contudo, para além do crescimento econômico como variável quantitativa, é preciso que a economia gere empregos de qualidade para a população, incluindo a parcela mais vulnerável. Para tanto, como preceituam os objetivos fundamentais, as ações devem seguir no sentido de ampliar a igualdade de oportunidades, sem qualquer discriminação.

A redução das desigualdades ao acesso a serviços públicos de qualidade, especialmente em educação, saúde e segurança pública, atinge a todos esses objetivos simultaneamente – aumentando o crescimento de forma inclusiva. Conciliar tais objetivos com a necessidade de reequilíbrio das contas públicas leva à necessária reavaliação e reforma de ações públicas que não contribuam de forma efetiva com os objetivos de aumento de produtividade, igualdade de oportunidades e mobilidade social.

Eixo 2: institucional

A atuação do governo deve primar pela concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil firmados na CF/1988. Para tanto, deve-se buscar maior eficiência e eficácia do Estado, por meio do aperfeiçoamento do planejamento, da governança e da gestão, visando à qualificação e melhoria do acesso aos serviços públicos e à busca de resultados para a sociedade. Da mesma forma, é preciso fomentar a participação política e social, reforçando a democracia, como direcionadora da atuação do Estado. Em linha com a previsão de maior participação do setor privado como agente do desenvolvimento, projeta-se, também, a qualificação da atuação governamental no campo da regulação, proporcionando maior segurança jurídica aos investimentos, removendo gargalos do setor produtivo e da infraestrutura, aprimorando marcos regulatórios de setores-chave da economia, fiscalizando a prestação de serviços, entre outras medidas.

Para a promoção do desenvolvimento econômico e social, sustentado pelo aumento da produtividade, redução de desigualdades e efetivação dos direitos fundamentais da população, é preciso que as ações do eixo institucional estejam voltadas para as diretrizes expostas no quadro 3.

QUADRO 3 / Diretriz do eixo institucional

Desenvolver a governança do Estado, com foco no cidadão e na melhoria do ambiente de negócios, fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas e garantir a soberania nacional.

Elaboração dos autores.

O efetivo funcionamento do Estado somente encontra materialidade a partir da melhoria de sua governança e da qualificação da gestão pública. É importante que o Estado torne-se mais qualificado a desempenhar as funções de planejamento e gestão, exercendo o protagonismo na articulação, negociação e coordenação de políticas, inclusive sob o ponto de vista federativo, e fortalecendo os canais de participação social e ações de comunicação. A transparência, a visibilidade e o controle democrático do governo também são princípios que ampliam a efetividade do Estado.

Outro aspecto de extrema relevância é a gestão eficiente dos recursos públicos, em todos os níveis de governo, o que envolve o fortalecimento do planejamento, da implementação, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas no país. A gestão eficiente dos recursos públicos proporcionará o aperfeiçoamento das políticas públicas, dos programas e das ações governamentais para que alcancem melhores resultados, bem como o aprimoramento na alocação de recursos e na qualidade do gasto público.

Ao assumir um papel de coordenador de ações para o desenvolvimento sustentável, o Estado deve ser capaz de oferecer um ambiente de negócios propício ao empreendedorismo, à inovação e à assunção de riscos de negócio pelos agentes econômicos. Dessa forma, o Estado deve adotar ações no sentido de minimizar a sobreposição regulatória e dos marcos legais, aumentar a facilidade de se fazer negócios no país, reduzir os custos sistêmicos, ampliar a transparência nas relações público-privadas e fiscalizar adequadamente a prestação de serviços públicos. Estas ações proporcionarão maior segurança jurídica aos investimentos e promoverão a ampliação da participação dos agentes privados nos investimentos em infraestrutura econômica e social.

Espera-se que a melhoria da governança pública, com uma atuação estatal mais eficiente, eficaz e efetiva, aumente o bem-estar da população, melhore o ambiente de negócios e reduza os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. Isto resultará no aumento da confiança da sociedade nas instituições públicas, o que é fundamental para garantir a legitimidade e a credibilidade da atuação estatal, formando-se um círculo virtuoso.

A esses fatores devem-se aliar as transformações geopolíticas e geoeconômicas globais que influenciam diretamente as políticas públicas. Assim, a execução da política externa exige uma avaliação criteriosa do cenário internacional em que o Brasil se insere. Na atual conjuntura global, verifica-se crescente multipolaridade política e econômica. Na esfera econômica, a retomada do dinamismo nos Estados Unidos e na Europa, embora em um ritmo inferior, a continuada ascensão da Ásia. No entanto, o crescimento global pode vir a ser limitado por medidas protecionistas e pelo risco de guerra comercial, além de riscos inerentes à estabilidade do sistema financeiro, em virtude dos elevados níveis de endividamento. Na esfera política, a crescente competição entre grandes potências tem a possibilidade de fragilizar a

ordem internacional baseada em regras, dificultando a busca de soluções negociadas para temas que interessam a todos: paz e segurança, desarmamento, mudança do clima, crises financeiras, epidemias, luta contra crimes transnacionais, segurança cibernética, entre outros.

Diante desse cenário, o Brasil tem levado adiante uma diplomacia que promove o diálogo, a solução pacífica de controvérsias, o multilateralismo e a integração com parceiros na região e fora dela, sendo um país com significativa contribuição à paz e à segurança internacionais. Em uma configuração multipolar do poder assentada no multilateralismo e no direito internacional, o Brasil terá maior capacidade de se fazer ouvir nos fóruns internacionais e de influenciar o processo de definição das normas da governança global. O Brasil precisa fortalecer seu papel de ator global com uma diplomacia de vocação universal, mantendo relações diplomáticas com todos os Estados-membro das Nações Unidas, sempre mirando o compromisso constitucional da solução pacífica de conflitos e a promoção da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Também não se pode esquecer da importância do setor da defesa em prol da soberania do país e da defesa nacional, sobretudo na região amazônica e nos limites das águas jurisdicionais brasileiras – a Amazônia Azul. Adicionalmente, cabe ressaltar a correlação positiva entre desenvolvimento nacional e defesa, destacando-se três grandes polos como catalizadores da pesquisa científico-tecnológica e da inovação: nuclear, aeroespacial e cibernético.

Eixo 3: infraestrutura

O Brasil precisa ofertar infraestrutura em condições adequadas para alavancar a economia nacional e as potencialidades regionais. O investimento em infraestrutura tende a contribuir com crescimento econômico ao gerar externalidades positivas, pois possibilita a ampliação das bases produtivas do país e da competitividade, reduzindo custos e estimulando inversões no conjunto da economia. Dessa forma, o eixo infraestrutura está intrinsecamente relacionado ao objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que contribui para reduzir as desigualdades regionais e de acesso, a fim de elevar o bem-estar de todos.

Para contribuir para o alcance dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, tem-se a diretriz apresentada no quadro 4.

QUADRO 4 / Diretriz do eixo infraestrutura

Fomentar o desenvolvimento da infraestrutura com foco no ganho de competitividade, na melhoria da qualidade de vida e na sustentabilidade ambiental, propiciando a integração nacional e internacional.

Elaboração dos autores.

Para garantir infraestrutura adequada às demandas do desenvolvimento nacional, são necessários avanços significativos em todos os setores. No tocante ao setor de logística, há gargalos e necessidades de investimentos nos diferentes modais de transporte. Uma atenção especial terá que ser dada aos modais mais eficientes, o que levará ao aumento de suas participações na malha de transporte de cargas e permitirá redução significativa do custo Brasil, refletindo de forma positiva na competitividade global do país e na integração nacional e internacional. Os investimentos em modais de transporte que sejam também mais sustentáveis, por sua vez, contribuem para o alcance de uma economia mais descarbonizada, com benefícios ao meio ambiente e à qualidade de vida da população.

Por seu turno, no setor de energia, vislumbra-se um grande potencial para a geração por fontes renováveis em regiões menos favorecidas do país, aproveitando as potencialidades regionais e com impacto direto na geração de renda para a população local.

O desenvolvimento do setor das comunicações é um importante vetor na integração nacional e internacional, além de ser um polo gerador de inovações e de produtos com alto valor agregado. A ampliação do acesso e a melhoria da qualidade das redes de banda larga, bem como o uso da internet das coisas (*internet of things* – IoT)⁸, serão de suma importância para o ganho de produtividade, com reflexos diretos no desenvolvimento nacional. Para isso, são necessárias a ampliação e a melhoria contínuas dos serviços de comunicação e transferência de dados, com vistas a ampliar a concorrência na prestação desses serviços, a fim de aumentar sua cobertura e qualidade e reduzir custos para os consumidores.

Por fim, a melhoria contínua na infraestrutura urbana terá reflexos na qualidade de vida nas cidades e na redução de desigualdades regionais. É importante lembrar que morar em áreas urbanizadas com acesso a serviços de saneamento básico e serviços de transportes impacta positivamente na salubridade da moradia, na redução da morbimortalidade por doenças infectocontagiosas, na redução da violência local e no ganho de produtividade do trabalhador. Ademais, o aumento do uso de sistemas eficientes de transporte público de passageiros contribui para a consecução dos compromissos assumidos voluntariamente pelo Brasil no Plano Setorial de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima.

O aumento do investimento em infraestrutura irá requerer não apenas investimentos públicos, mas, principalmente, aumento de parcerias com o setor privado, de que são exemplos as parcerias público-privadas (PPPs), as concessões de serviços públicos e a criação de um ambiente institucional que promova a participação do setor privado de forma independente em função do cenário fiscal desafiador. Para promover maior participação do setor privado, seja de atores domésticos, seja de estrangeiros, é fundamental que se aprimorem os marcos regulatórios e os mecanismos de financiamento de infraestrutura.

⁸ A internet das coisas inclui sensoriamento do estado físico das coisas, o processamento de informações, a comunicação e a capacidade de interação entre objetos,

Eixo 4: ambiental

As conquistas econômicas e sociais das gerações atuais não podem comprometer a capacidade de preservar os ativos ambientais e atender às necessidades das gerações futuras. Ou seja, o desenvolvimento deve ser ambientalmente sustentável. Esta preocupação com o meio ambiente torna-se um imperativo na medida em que alguns indicadores – como a concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, a perda de biodiversidade e o volume de geração de resíduos – informam que o planeta está sendo explorado em um ritmo superior à sua capacidade de regeneração.

Nesse contexto, o Brasil exerce um papel de grande relevância no cenário internacional, pois possui um elevado nível de capital natural. Essa riqueza representa uma importante fonte de geração de renda e elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social. O vasto patrimônio natural brasileiro pode se tornar um motor importante de crescimento econômico, através da exploração sustentável de recursos naturais e sua conversão em alimentos, fibras, produtos biológicos e farmacêuticos, e energias renováveis, ao mesmo tempo em que gera novos empregos e negócios. A diretriz a ser seguida pelo eixo ambiental está citada no quadro 5.

QUADRO 5 / Diretriz do eixo ambiental

Promover o uso sustentável dos recursos naturais em consonância com o desenvolvimento econômico e social.

Elaboração dos autores.

É importante ressaltar que o uso sustentável dos recursos naturais tem por objetivo promover a conservação, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações locais, buscando condições para reverter os impactos socioambientais negativos no bioma da região explorada. O cuidado com o meio ambiente deve ter o reconhecimento e envolvimento de toda a população do país.

O uso sustentável dos recursos naturais permite a manutenção do fornecimento de produtos e serviços ambientais essenciais para o desenvolvimento econômico e social. Os fluxos de valor que contribuem para o bem-estar da sociedade e dão suporte às atividades econômicas são resultado direto do estado qualitativo e quantitativo do capital natural.

Ecosistemas, como florestas, zonas úmidas e oceanos, fornecem uma variedade de benefícios para a população e sistemas naturais, incluindo proteção costeira contra erosão e inundação, redução de danos por enchentes e tempestades, habitat para espécies importantes do ponto de vista comercial e recreativo, oportunidades para recreação e comércio, empregos, conservação e melhor qualidade da água e sequestro de carbono. Os benefícios proporcionados por esta infraestrutura natural também podem desempenhar papel no fortalecimento da resiliência dos ecossistemas aos impactos da variabilidade e mudança do clima.

Destaca-se também que, caso as metas globais de combate às mudanças climáticas não sejam atendidas, podem haver prejuízos aos investimentos, à agricultura, à biodiversidade, ao abastecimento hídrico, entre outros, o que, por sua vez, pode provocar empobrecimento, injustiça social, perda de produtividade, comprometendo todo um plano de desenvolvimento econômico com sustentabilidade e justiça social. Nesta linha, o desenvolvimento tem de se dar com base no uso de tecnologias limpas, no aproveitamento consciente dos recursos naturais e da biodiversidade nacional, conservando e preservando o meio ambiente para as gerações futuras e buscando a consolidação de uma economia com baixa emissões de carbono.

Por fim, não se pode olhar para a diretriz do eixo ambiental sem considerar seu impacto para o crescimento econômico. Ressalta-se que a necessidade de se caminhar para o desenvolvimento sustentável pode ensejar oportunidades de negócios, estimulando a economia verde⁹ e constituindo uma janela de oportunidade para o crescimento econômico compatível com a preservação e a ampliação dos ativos naturais do Brasil, baseado em padrões sustentáveis de produção e consumo¹⁰, com inclusão social e harmonização das dimensões econômica, social e ambiental.

⁹ A Iniciativa Economia Verde do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), lançada em 2008, define a economia verde como aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica.

¹⁰ Produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, art. 3º, Inciso XIII.

Eixo 5: social

O eixo social é fundamental na missão de dar materialidade aos objetivos fundamentais declarados no art. 3º da CF/1988 e nos ODS da Agenda 2030, pois tem como missão a erradicação da pobreza, a inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população, a melhoria na distribuição de renda e a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania.

Os avanços nos eixos econômico, institucional e infraestrutura podem não ser suficientes para melhorar o padrão de vida de parcela da população brasileira, caso os frutos do crescimento da renda não sejam bem distribuídos e não haja repercussão na qualidade de vida. Assim, no tocante ao eixo social, melhorar a distribuição dos benefícios do crescimento econômico é um caminho inescapável para a efetiva construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Para que a Estratégia Nacional alcance os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, é preciso que as ações do eixo social tenham a diretriz exposta no quadro 6, a seguir.

QUADRO 6 / Diretriz do eixo social

Promover o bem-estar e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade.

Elaboração dos autores.

O bem-estar e a inclusão social estão estritamente relacionados ao pleno exercício dos direitos sociais básicos, que requer um conjunto de medidas que visem estender a cobertura de políticas sociais – como, as de saúde, previdência social, assistência social, educação, moradia, esporte, cultura e segurança pública –, prover bens e serviços públicos de forma equitativa e com justiça social, promover a inclusão social, garantir a segurança alimentar e nutricional, promover oportunidades para os segmentos populacionais vulneráveis, garantir sua inserção plena na sociedade, assim como integrar as políticas de geração de emprego e renda com as de desenvolvimento.

Para além da melhoria na distribuição da renda, a ampliação do acesso a bens e serviços de boa qualidade nas áreas de saúde, educação, assistência e previdência social, entre outras, também é requisito para se alcançar as diretrizes previstas na Estratégia Nacional. Neste ponto, os desafios também são de grande magnitude, tendo em vista algumas megatendências mundiais identificadas, como o envelhecimento populacional e a menor utilização relativa de força de trabalho nos processos produtivos tradicionais – o que exige a requalificação de trabalhadores e a preparação de jovens e crianças para as novas profissões.

A ampliação e a melhor prestação de serviços públicos de qualidade, que visem a inclusão social e a igualdade de oportunidades, inclui a eliminação de distorções das políticas públicas existentes, que induzem o caráter regressivo que caracteriza parte do gasto público do país. Deste modo, o alcance das diretrizes previstas na Estratégia Nacional deve passar pela maior focalização e avaliação periódica dos resultados das políticas públicas.

A questão da qualidade de vida também passa por outro tema de grande relevância para o Estado e os cidadãos, a segurança pública. Um dos principais desafios da segurança é lidar com os espaços urbanos deflagrados, típicos de grandes cidades. Caberá ao Estado avançar no restabelecimento da garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos nessas regiões, fortalecendo a integração de ações de prevenção da violência e o combate de suas causas.

Fica claro que a implementação de políticas públicas que tenham como finalidade a promoção da equidade na sociedade e, conseqüentemente, a redução das desigualdades em seus diversos aspectos é ponto central dessa Estratégia Nacional. Dessa maneira, políticas para promoção dos direitos da pessoa com deficiência e da equidade de gênero, raça, geracional, orientação sexual, entre os ambientes rural e urbano e, conforme a Constituição, para qualquer outra situação em que haja discriminação, constituem-se no núcleo fundamental para o sucesso de um planejamento social de longo prazo.

Destaca-se também que a promoção do bem-estar deve levar em consideração as desigualdades regionais e intra-regional presentes no país, assim como as vocações de cada território. As demandas sociais são diferentes entre as regiões e o provimento de serviços será mais eficiente se consideradas explicitamente essas diferenças. Nesta linha, o planejamento territorial tem como premissa o desenvolvimento sustentável e endógeno de determinado recorte territorial. Aproveita os diferentes capitais inerentes a determinada região e potencializa-os, explorando vocações e oportunidades para sua inserção na economia global. O capital territorial¹¹ abrange todos os ativos e potenciais disponíveis daquela região para serem usados para o seu desenvolvimento. Esse planejamento visa que o território busque seu desenvolvimento endógeno, a partir de suas características e potencialidades, e toda ação externa (especialmente do governo nas diferentes esferas) deve buscar ser integrada e coordenada entre os diversos setores e atores envolvidos, de forma adequada aos potenciais existentes no território. Também deve propor a concretização dos potenciais de capitais já existentes, por meio do uso

¹¹ Ele se divide e é formado pelo conjunto do capital social, capital humano, capital construído, capital intelectual, capital empresarial, entre outros.

estratégico da informação e de tecnologias de ponta, favorecendo, assim, a criação de uma sociedade de conhecimento. Paralelamente, deve-se realizar implantes de infraestrutura econômica e social estruturantes e complementares, que promovam o ordenamento territorial e invertam o fluxo de pessoas pelo fluxo de serviços, ampliando e diversificando a presença do Estado nas localidades.

Uma importante interface deste eixo com o eixo econômico ocorrerá através da educação e da inclusão social. Na medida em que essas variáveis permitirem a ampliação da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e a redução das desigualdades, a educação será fator primordial para que se possa elevar a produtividade da economia brasileira.



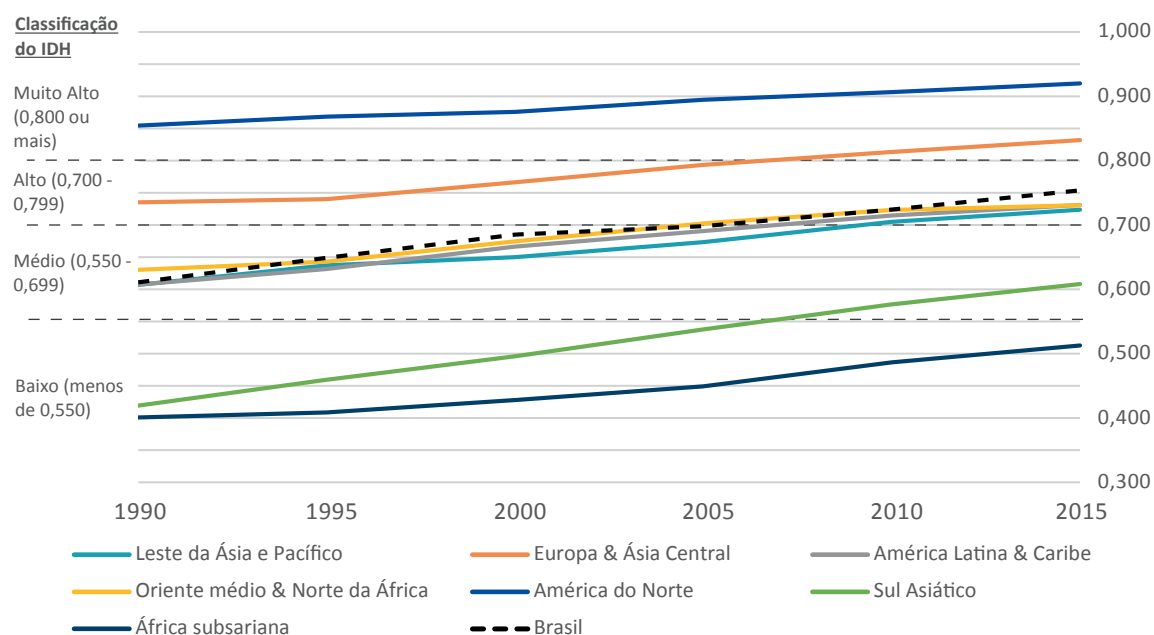
Dado que a diretriz principal da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos, o IDH, apresentado pela primeira vez em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, foi utilizado como uma medida resumida do progresso a longo prazo de três importantes requisitos para o bem-estar das pessoas: a oportunidade de ter vida longa e saudável, o acesso a conhecimento e o acesso a recursos suficientes para garantir um padrão de vida digno. Por meio dos dois primeiros requisitos, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o terceiro requisito indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia. A dimensão da saúde é medida por meio da expectativa de vida ao nascer; a dimensão da educação é medida em termos de anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade; e a dimensão da renda é medida pelo PIB (PPC) *per capita*.

Além de ser um indicador com uso bastante disseminado, o IDH permite comparação internacional do nível de desenvolvimento do país. Entre 1990 e 2015, houve uma evolução do IDH em todas as regiões do mundo (*gráfico 1*). Nesse período, o valor agregado de todos os países do mundo aumentou 20,1%. Para o Brasil, o IDH avançou de 0,611 para 0,754¹², um aumento de 23,4%, passando da categoria de médio para alto desenvolvimento humano¹³, alcançando a 79ª posição entre os 188 países avaliados. Isso reflete avanços importantes não apenas na renda, mas também na saúde e na educação.

¹² O IDH varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo).

¹³ Até 0,550, os países são considerados de baixo desenvolvimento humano, de 0,550 a 0,699, médio desenvolvimento humano, de 0,7 a 0,799, alto desenvolvimento humano, e acima de 0,8, de muito alto desenvolvimento humano.

GRÁFICO 1 / Evolução do IDH do Brasil e das regiões

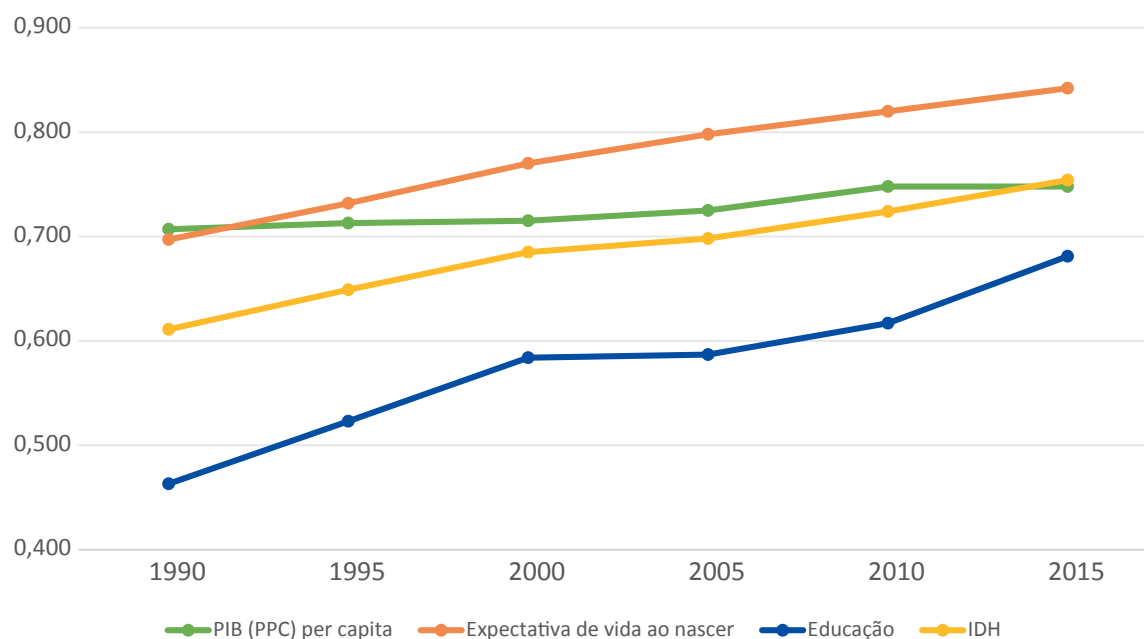


Fonte: UNDP (2016).

Elaboração: Seplan/MP.

No Brasil, a análise dos componentes do IDH evidencia avanços em diferentes intensidades. Nesse mesmo período, a expectativa de vida aumentou 9,4 anos, a média de anos de escolaridade aumentou em 4,0 anos e os anos de escolaridade esperados aumentaram em 3,0 anos. O PIB *per capita*, por sua vez, aumentou cerca de 31,6%. Em termos relativos, a educação, apesar de ser a dimensão com o valor mais baixo entre as três que compõe o IDH em todo o período analisado, foi a que mais contribuiu com a melhora do IDH brasileiro no período de 1990 a 2015, com um aumento de 47,1%. A expectativa de vida e o PIB *per capita* tiveram uma elevação de 20,8% e 5,8%, respectivamente. O gráfico 2 analisa o progresso do Brasil em cada um dos componentes do IDH.

GRÁFICO 2 / Brasil: evolução dos componentes do IDH



Fonte: UNDP (2016).

Elaboração: Seplan/MP.

Por fim, também é importante analisar o desenvolvimento humano sob a ótica territorial do Brasil, que apresenta desigualdades internas consideráveis que ensejam grandes desafios. A comparação entre municípios realça as desigualdades e evidencia a diferença ainda existente entre as oportunidades dos brasileiros.

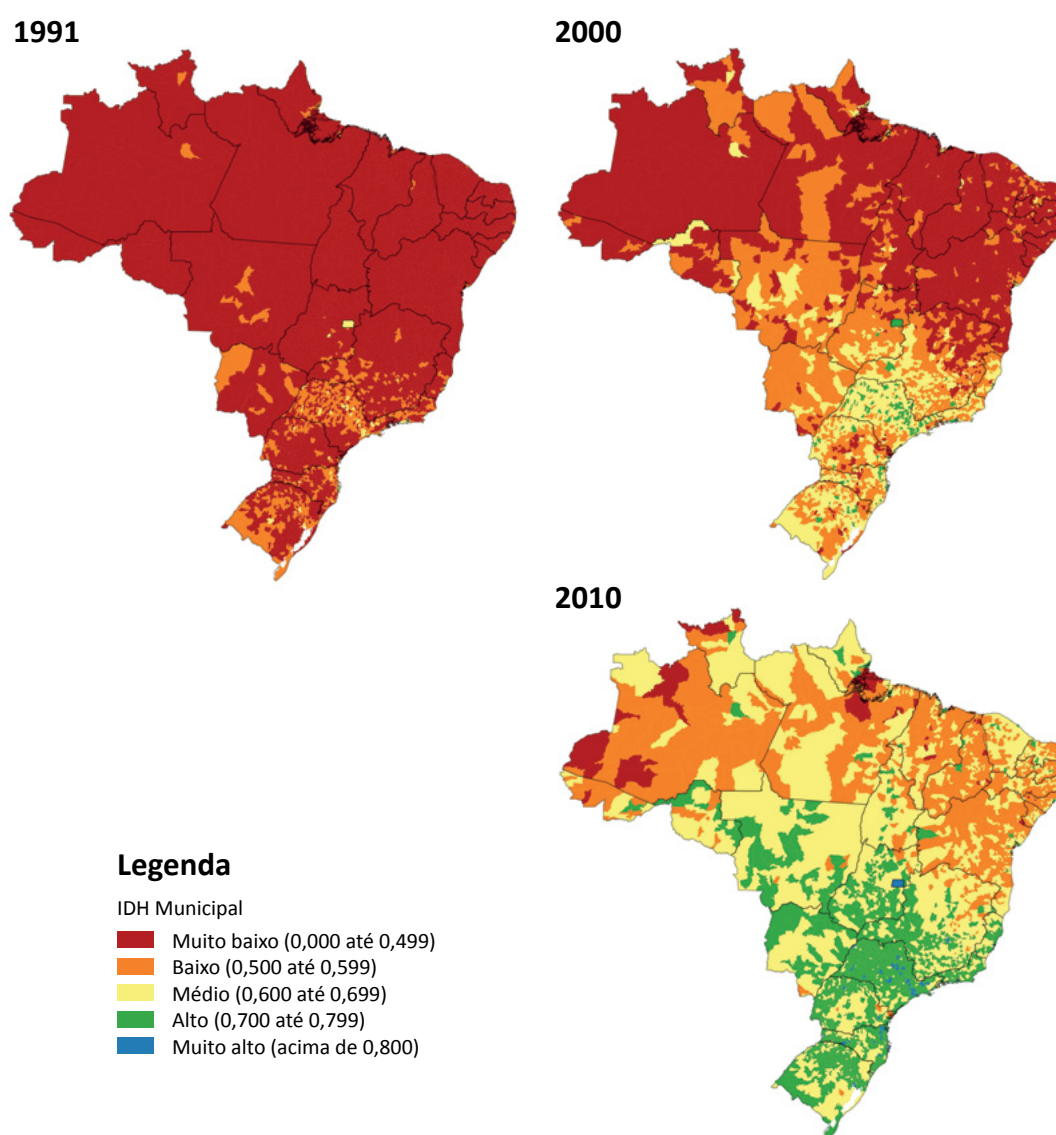
A análise do IDH para níveis subnacionais tem sido praticada em diversos países, com vistas a adaptar a metodologia do IDH global ao contexto nacional. No Brasil, essa adaptação é feita desde 1998¹⁴. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda –, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros¹⁵.

¹⁴ Em 2013, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro adaptaram a metodologia do IDH global para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também se recalculou o IDHM, a partir da metodologia adotada, para 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010, para levar em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios.

¹⁵ Mais detalhes e informações sobre a metodologia disponíveis em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>.

Em 2010, quase 70% dos municípios brasileiros tinham IDHM maior que a média brasileira de 2000 e menos de 1% ainda estava abaixo da média de 1991. A figura 5 apresenta o IDHM dos municípios brasileiros em 1991, 2000 e 2010. Enquanto em 1991 mais de 85% dos municípios encontravam-se na faixa de muito baixo desenvolvimento humano e, em 2000, pouco mais que 70% deles encontravam-se nas faixas de muito baixo e baixo desenvolvimento humano, em 2010, um quarto (25%) dos municípios brasileiros encontrava-se nessas faixas e mais de 70% deles figuravam nas faixas de médio e alto desenvolvimento humano, o que ilustra os avanços do desenvolvimento humano no país nas últimas duas décadas.

FIGURA 5 / Brasil: IDHM (1991, 2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2013.

Como um retrato da desigualdade regional, é possível observar, por um lado, que a grande maioria dos municípios brasileiros que possuem IDHM elevado se encontra na região centro-sul do país. Por outro, as regiões Norte e Nordeste concentram todos os municípios que apresentam muito baixo desenvolvimento humano e a maioria daqueles que possuem baixo desenvolvimento humano.

As três dimensões que compõem o IDH – renda, saúde e educação –, além de outras perspectivas relacionadas ao desenvolvimento do país e bem-estar da população, são mais detalhadas em cada um dos eixos que organizam a Estratégia Nacional e, em conjunto, permitem uma visão mais integral da situação do país, auxiliando na definição de desafios para o longo prazo.

3.1

Retrato por eixo

Os eixos da Estratégia Nacional contemplam de forma agregada os setores prioritários entendidos como os propulsores do desenvolvimento e da inclusão social nos próximos 12 anos e foram selecionados tendo como base a parte estruturante da diretriz de cada eixo e os índices-chave capazes de mensurar a situação nacional.

A seleção desses índices-chave também considerou, entre outros, os seguintes critérios: relacionamento com políticas públicas e com os ODS; comparabilidade internacional; e possibilidade de desagregação regional e por perfil da população. É importante ressaltar a necessidade de parcimônia na escolha dos índices-chave com vistas a tornar a Estratégia Nacional, efetivamente, orientadora da ação do governo e da sociedade ao longo dos próximos anos.

Também é importante destacar que a Estratégia Nacional não traz os indicadores específicos por setor, uma vez que estes devem ser abordados nos planos setoriais e no PPA, instrumentos mais adequados para trabalhar de forma detalhada os setores. Assim, para cada eixo foram selecionados indicadores mais abrangentes, cuja alteração significativa não depende de intervenções em uma política específica, mas de mudanças estruturais em diversos aspectos socioeconômicos.

Para o *eixo econômico*, optou-se por trabalhar com os indicadores: PIB *per capita*, para mensurar a evolução da renda média do país; variação real da produtividade, visto que o aumento da produtividade é o que permitirá a sustentabilidade a longo prazo do crescimento da renda e a melhoria da qualidade de vida da população; além do corrente de comércio

exterior da economia brasileira, que representa a proporção da corrente de comércio (importações + exportações de bens e serviços) em relação ao PIB e aponta para questões de competitividade, também essenciais para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico.

Para o *eixo institucional*, a opção foi adotar indicadores que mensurem a efetividade da atuação do Estado na direção da melhoria da qualidade das instituições estatais e dos serviços públicos, inclusive seus reflexos no ambiente de negócios do país. Desta forma, foram selecionados o Índice de Competitividade Global (ICG), divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, com visão abrangente, incluindo diversos aspectos que impactam a competitividade do país; e o grau de facilidade de se fazer negócios, calculado pelo Banco Mundial no âmbito do projeto Doing Business, que conta com indicadores quantitativos sobre as regulações das atividades comerciais e sobre a proteção dos direitos de propriedade, os quais podem ser comparados com 190 economias.

Para o *eixo de infraestrutura*, importante vetor do crescimento econômico e da qualidade de vida da população, a opção foi medir o nível de investimento em infraestrutura no país, por meio do indicador de participação das obras de infraestrutura no PIB; a efetividade destes investimentos na logística do país, através do Índice de Desempenho Logístico (LPI); e, por fim, a melhoria da infraestrutura urbana e das condições de moradia, pelo indicador proporção de domicílios com condição satisfatória de bem-estar.

No que se refere ao *eixo ambiental*, considera-se que o desenvolvimento sustentável deve suprir as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas. Para tanto, foram selecionados indicadores que demonstram se o modelo de desenvolvimento adotado contribui para uma economia de baixo carbono e com menor impacto ambiental: a intensidade de emissão de GEE (CO₂ e kg *per* \$ PIB PPP) e a participação de fontes de energia renovável na matriz energética (%).

O *eixo social*, por sua vez, relaciona indicadores de segurança pública, saúde, educação, pobreza e desigualdade social. A melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população, mensurada aqui por essas dimensões, constitui-se tanto em um impulsionador como na finalidade do desenvolvimento previsto nos demais eixos. Os indicadores selecionados foram: taxa de homicídio (por 100 mil habitantes); taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos); esperança de vida ao nascer; porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Índice de Gini; e proporção da população abaixo da linha de pobreza.

Os próximos itens trazem tabelas, gráficos e análises dos índices. O apêndice 1 contém a ficha com os atributos dos índices.

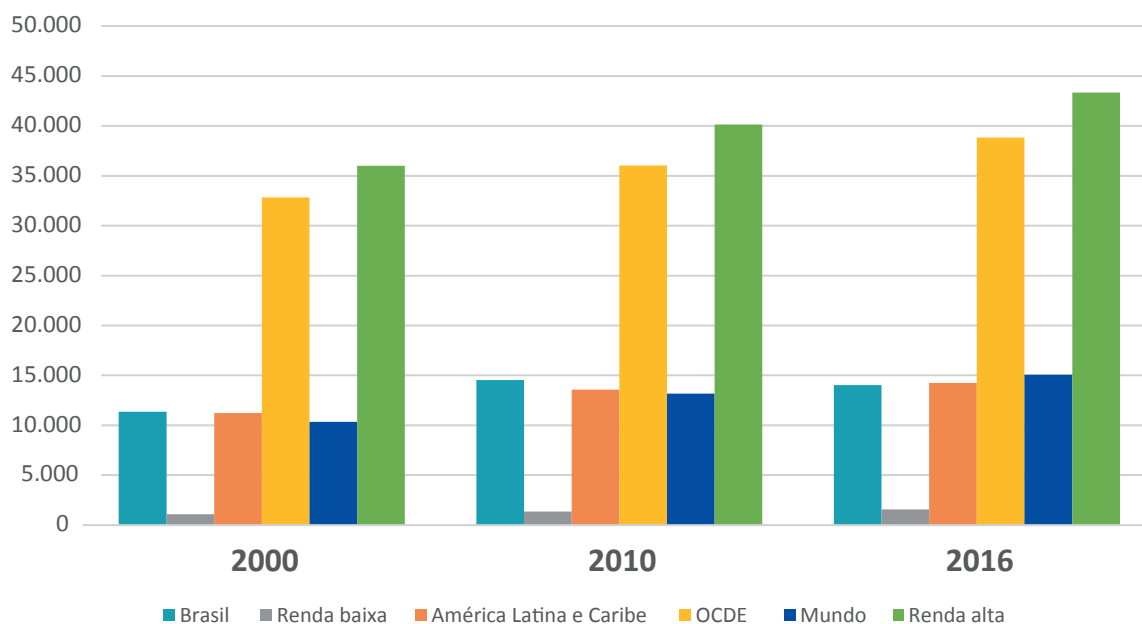
Eixo 1: econômico

Os indicadores norteadores do eixo econômico escolhidos são:

- i) variação real do PIB per capita;*
- ii) variação real da produtividade, calculada a partir da variação da razão entre o PIB, em valores constantes, e o número total de ocupações no país; e*
- iii) corrente de comércio exterior da economia brasileira, que representa a proporção da corrente de comércio (importações + exportações de bens e serviços) em relação ao PIB.*

O indicador PIB *per capita* foi escolhido para balizar a Estratégia Nacional, pois envolve não apenas o crescimento da renda econômica, mas também os benefícios gerados à população. O Brasil é um “país de renda média” e nosso PIB *per capita* aproxima-se da média mundial e de países da América Latina e Caribe, mas ainda está em patamar inferior aos países de renda alta e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme ilustrado no gráfico 3. Entre 2000 e 2017, o PIB *per capita* registrou um crescimento de 23,7%. No entanto, no período de 2000 a 2010, este indicador evoluiu 27,4%, enquanto de 2011 a 2017, recuou -5,7%, principalmente em função das quedas expressivas de 2015 e 2016, como pode ser observado no gráfico 4.

GRÁFICO 3 / Evolução do PIB per capita (Em US\$)

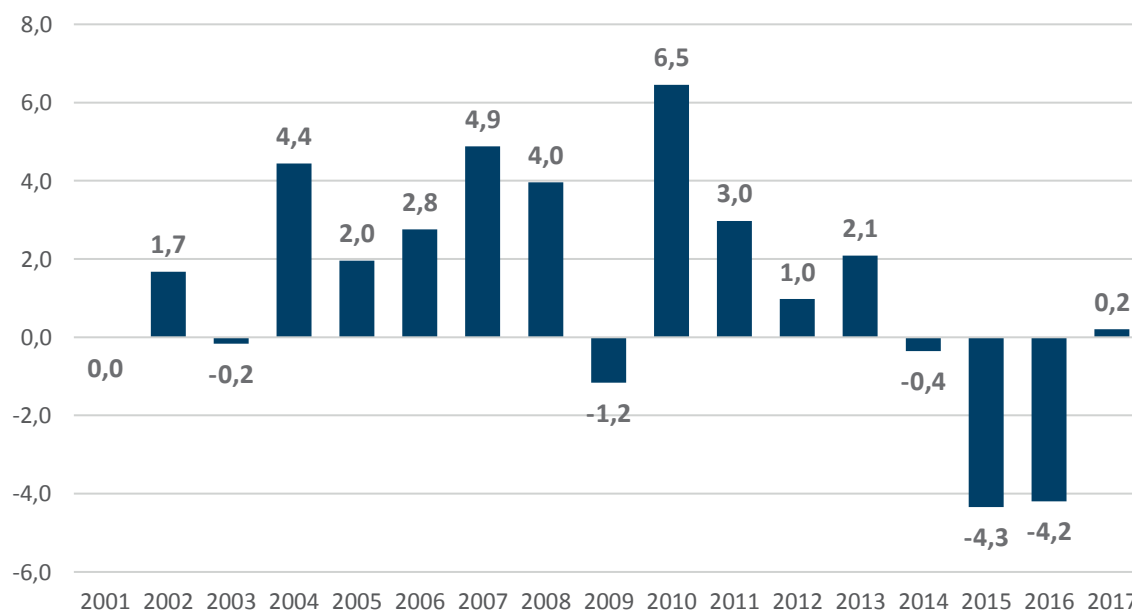


Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Considera-se paridade de poder de compra (PPC) e US\$ constante de 2011.

GRÁFICO 4 / Brasil: variação real do PIB per capita (Em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Numa perspectiva regional, pode-se destacar a concentração econômica e as grandes desigualdades. Por exemplo, em 2015, o estado de São Paulo respondia por 32,4% do PIB do país, o maior PIB estadual. Neste mesmo ano, os cinco estados de maior participação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná) somavam 64,7% do PIB, enquanto as outras 22 Unidades da Federação representavam apenas 35,3% do PIB nacional.

As desigualdades regionais do país, por sua vez, podem ser observadas comparando-se a participação das regiões no PIB e a distribuição da população: em 2015, a região Norte registrava a menor participação no PIB do Brasil entre todas as Grandes Regiões (5,35%) e concentrava 8,55% da população brasileira para o mesmo ano, obtendo uma razão de 0,63 entre esses dois indicadores. A região Nordeste, por sua vez, apresentava uma razão ainda mais reduzida (0,51), pois, apesar de ter uma maior participação no PIB, tem uma participação populacional mais elevada. Nas outras Grandes Regiões, esta razão é superior a um, o que indica que tais regiões apresentavam uma participação no PIB superior à participação na população. Deve-se destacar que o coeficiente de 1,28 para a região Centro-Oeste é muito influenciado pela presença do Distrito Federal (*tabela 1*)

TABELA 1

Brasil: participação no PIB e na população e razão entre essas participações, segundo as Grandes Regiões (2002 e 2015)

	Participação no PIB (%)		Participação na população (%)		Razão entre a participação no PIB e a participação na população	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015
Norte	4,70	5,35	7,79	8,55	0,60	0,63
Nordeste	13,09	14,15	28,15	27,66	0,46	0,51
Sudeste	57,38	54,02	42,55	41,94	1,35	1,29
Sul	16,23	16,81	14,58	14,30	1,11	1,18
Centro-Oeste	8,61	9,67	6,93	7,55	1,24	1,28

Fonte: IBGE.

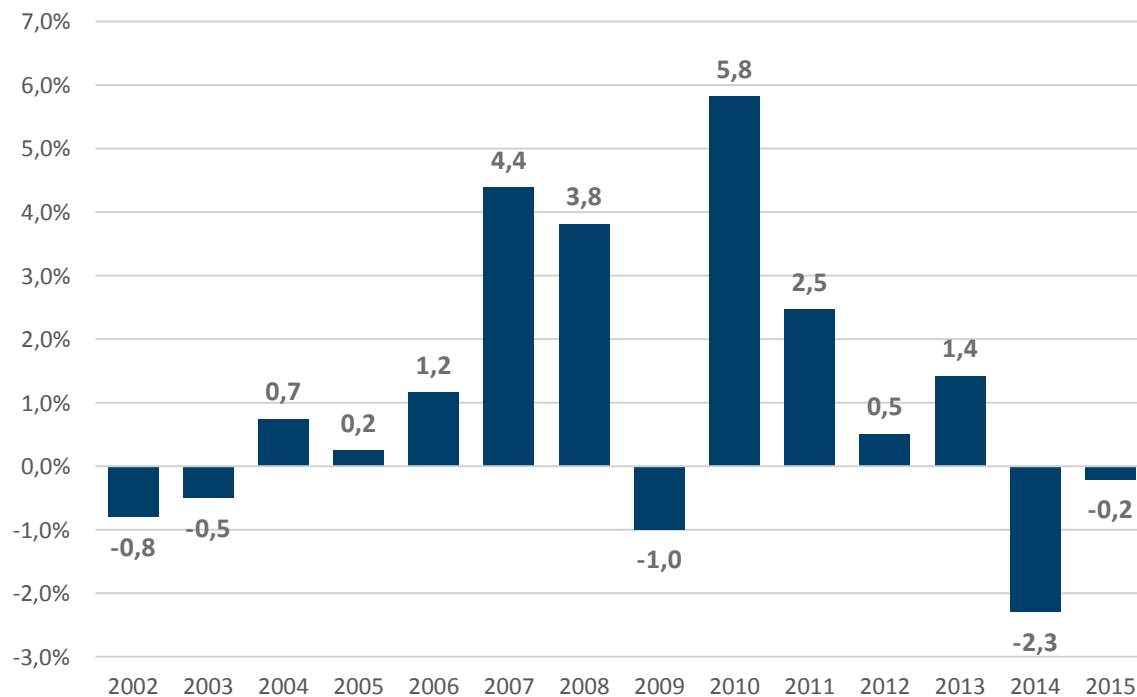
Elaboração: Seplan/MP.

A variação real da produtividade será o principal determinante do crescimento do PIB *per capita* ao longo dos próximos anos e o seu aumento será um fator primordial para o crescimento do país de forma sustentada e a ampliação do bem-estar da população. Este indicador pode ser calculado a partir da variação real da divisão do PIB em valores constantes pelo número total de ocupações no país.

A produtividade brasileira não tem tido um bom desempenho, como pode ser observado no gráfico 5, e este resultado independe do indicador utilizado, seja a produtividade do trabalho ou a produtividade total dos fatores¹⁶. O crescimento econômico do país tem se apoiado, sobretudo, em questões demográficas e em níveis mais elevados de emprego (WORLD BANK, 2018). Dados da Penn World Table (PWT) versão 9.0, que permitem comparações internacionais, mostram que a evolução da produtividade no Brasil tem sido inferior à de outros países (*gráfico 6*). Em 1960, a produtividade brasileira representava 54,2% de um trabalhador americano e, em 2014, este número passou para 47,8%.

¹⁶ Produtividade do trabalho é o produto por trabalhador, e produtividade total dos fatores (PTF) considera também o capital físico e humano no seu cálculo.

GRÁFICO 5 / Brasil: variação anual da produtividade (Em %)

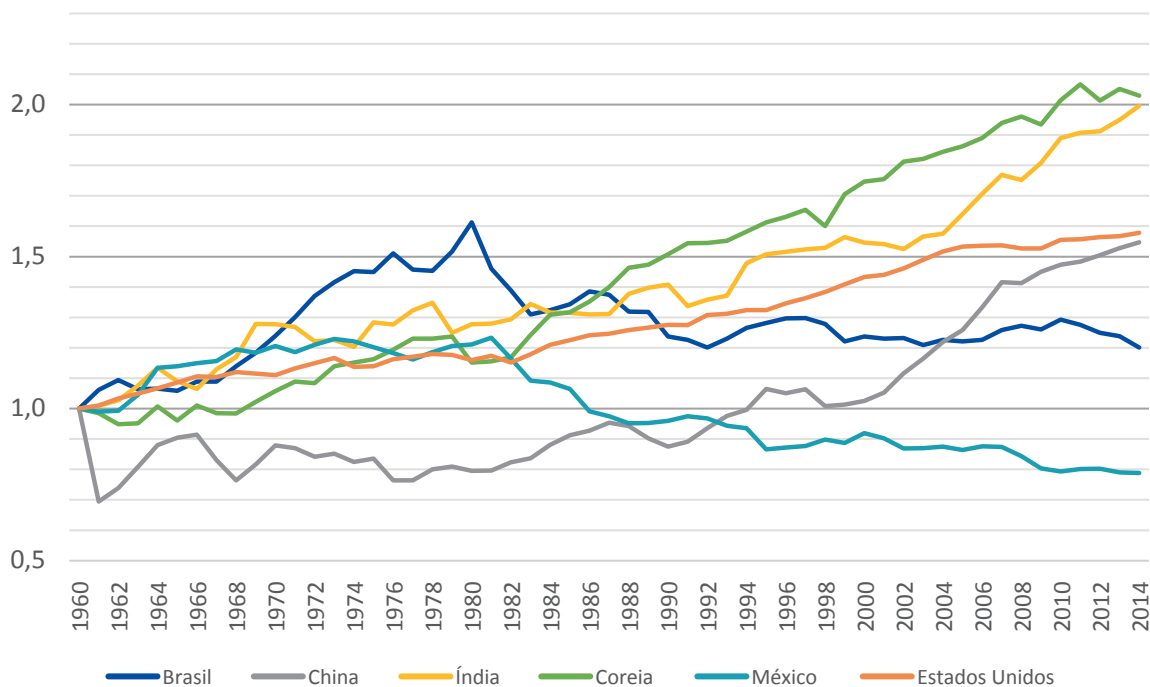


Fonte: IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Considera-se o PIB encadeado a preços de 1995 pelo total de ocupações.

Gráfico 6 / Evolução da produtividade total dos fatores em países selecionados



Fonte: PWT 9.0.

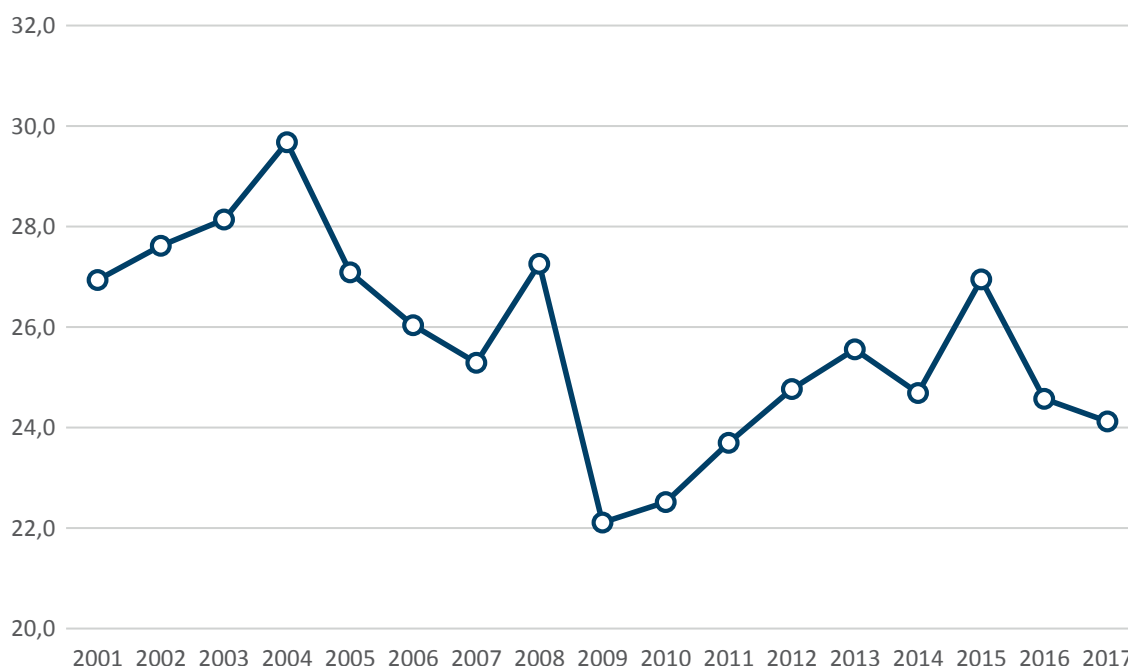
Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Produtividade total dos fatores em preços constantes nacionais de 2011 (1960 = 1).

Os diagnósticos publicados (De Negri e Cavalcante, 2014; WORLD BANK, 2018) a respeito dos determinantes da produtividade na economia brasileira apontam diversos fatores que devem ser aprimorados e discutidos, tais como: a qualidade das instituições; o aumento da inovação e do investimento, sobretudo da infraestrutura logística; a qualificação da mão de obra; a melhoria do ambiente de negócios; a ampliação da competição interna e externa; a avaliação e revisão dos incentivos existentes no complexo sistema tributário brasileiro, entre outros. Alguns dos principais determinantes para o crescimento da produtividade serão discutidos nos próximos eixos deste texto.

Antes, contudo, vale destacar a inserção da economia brasileira no comércio internacional. O indicador selecionado ilustra a proporção da corrente de comércio (importações e exportações de bens e serviços) em relação ao PIB. No caso brasileiro, o comércio exterior representa historicamente uma baixa participação em relação ao PIB, oscilando entre 20% e 25% na última década (*gráfico 7*). Nos países em desenvolvimento, em geral, este indicador supera os 40%, o que evidencia uma profunda inserção nas cadeias produtivas globais e maior exposição à competição internacional, bem como o dinamismo do setor externo destes países.

GRÁFICO 7 / Corrente de comércio exterior da economia brasileira (Em % do PIB)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Importações e exportações de bens e serviços em relação ao PIB.

Em 2016, o Brasil possuía o nono maior PIB do mundo, mas era apenas o 25º maior exportador mundial. Enquanto a economia brasileira representava cerca de 3% do PIB mundial, as exportações alcançavam menos de 1% do total global¹⁷. Em contraste com a baixa presença no comércio mundial, o Brasil figura desde 2011 como um dos cinco principais destinos dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) no mundo. Entre 1990 e 2016, o estoque de IDE *per capita* elevou-se de US\$ 248 para US\$ 3.025, passando de 10,1% para 27,8% no PIB brasileiro. Embora tenha aumentado de forma significativa no bojo desse influxo de investimentos, a relação entre o estoque de IDE e o PIB brasileiro ainda é relativamente baixa quando comparada à média dos países em desenvolvimento, que alcançou 40,9% em 2016¹⁸. Desta forma, considerando-se a necessidade de retomada do crescimento sustentado, é fundamental que o país eleve sua participação no comércio global, incentivando a competitividade de suas exportações e a produtividade doméstica.

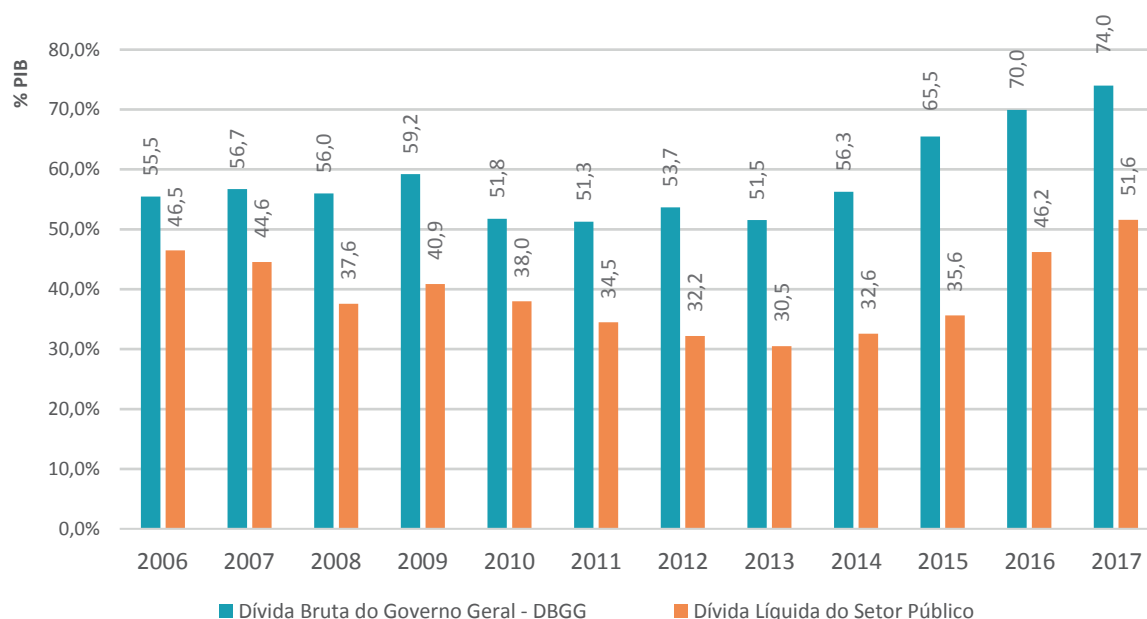
Para completar a análise do eixo econômico, mesmo sem apresentar um indicador específico, é relevante destacar os resultados fiscais do setor público, tendo em vista que a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo é essencial para que se possa garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria dos indicadores anteriormente descritos. De acordo com o texto do Anexo de Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (PLDO-2019):

“[...]desde 2012, o resultado fiscal alcançado pelo setor público não atinge o requerido para estabilizar a dívida pública, refletindo o desequilíbrio estrutural entre as despesas públicas e suas fontes de financiamento. Esta tendência foi agravada em razão do arrefecimento da atividade econômica, observado entre 2013 e 2016, e da rigidez orçamentária com o excesso de vinculações e pela expansão de despesas obrigatórias como proporção da despesa total. Nesse curto período, a dívida bruta apresentou uma forte ascensão de 51,5% do PIB em 2013 para 70% do PIB ao final de 2016 [gráfico 8].” (Brasil, 2018d)

¹⁷ Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>.

GRÁFICO 8 / Endividamento público (Em % do PIB)

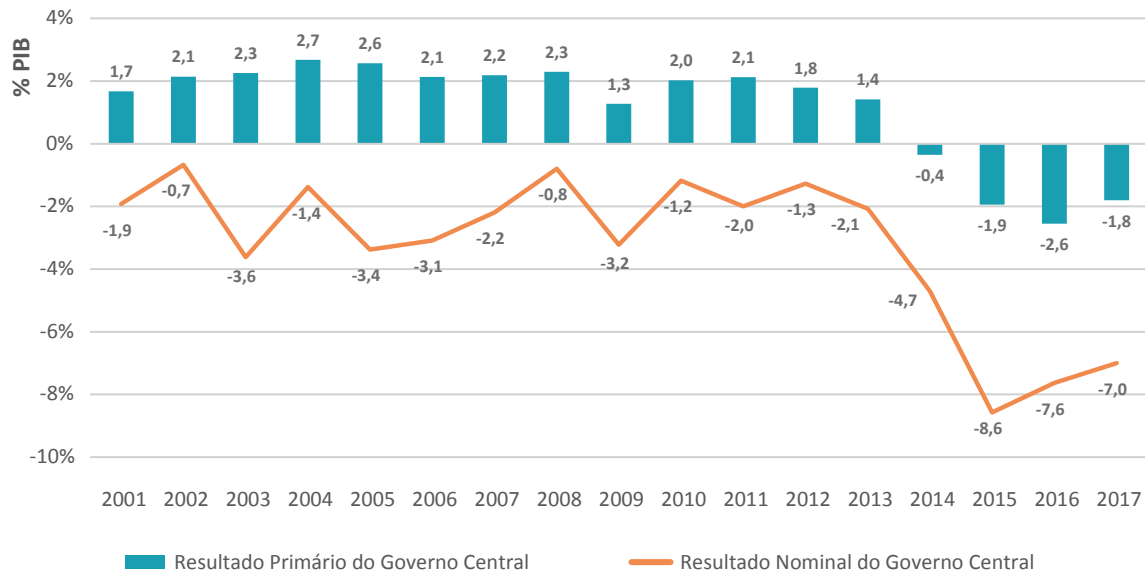


Fonte: Banco Central.

Elaboração: Seplan/MP.

Em 2017, já se podem observar algumas mudanças positivas nas contas públicas, devido à retomada da atividade econômica: o resultado primário do governo central alcançou -1,8% do PIB; o déficit nominal atingiu 7% do PIB (*gráfico 9*); e houve uma redução na velocidade de crescimento da dívida bruta em relação ao projetado (74% do PIB ao final de 2017). No entanto, apesar da sinalização positiva de tais indicadores, deve-se salientar que a manutenção de resultados primários aquém da necessidade de estabilização da dívida pública revela o tamanho do desafio futuro que está posto à gestão da política fiscal, o que requer o estabelecimento de mudanças estruturais, que serão detalhadas na parte de Desafios e Orientações deste texto.

GRÁFICO 9 / Resultado fiscal do governo central (Em % do PIB)



Fonte: Banco Central.

Elaboração: Seplan/MP,

Eixo 2: institucional

Os indicadores norteadores do eixo institucional são:

i) Índice de Competitividade Global (ICG)¹⁹, do Fórum Econômico Mundial; e

ii) grau de facilidade de se fazer negócios, do Doing Business do Banco Mundial.

O Estado brasileiro possuiu um papel ativo na promoção do crescimento econômico, seja por meio de investimentos diretos e de empresas sob controle estatal, ou por meio da disponibilização de crédito direcionado ao setor privado. Dada a situação atual das finanças públicas, esse modelo encontra-se limitado, o que torna essencial estimular a participação do setor privado na viabilização dos investimentos necessários ao aumento da produtividade e ao crescimento do PIB nacional.

Ademais, para melhorar o ambiente de negócios²⁰ do país, deve-se trabalhar questões relacionadas à confiança nas instituições e ao ciclo de vida das empresas, como abertura e fechamento destas, segurança jurídica, acesso a crédito de longo prazo, com a ampliação do financiamento do investimento por parte do setor bancário privado, simplificação do ambiente regulatório, simplificação do sistema tributário, promoção da concorrência, qualificação da mão de obra, entre outros. Em virtude de sua própria natureza, o ambiente de negócios é de difícil mensuração. É razoável admitir que há uma associação direta entre a qualidade do ambiente de negócios e os níveis de investimento. Ao contribuírem para a elevação do estoque de capital, os investimentos, por sua vez, estão diretamente associados à produtividade do trabalho.

¹⁹ Para mais detalhes sobre a metodologia do indicador, ver apêndice A de World Economic Forum (2017a).

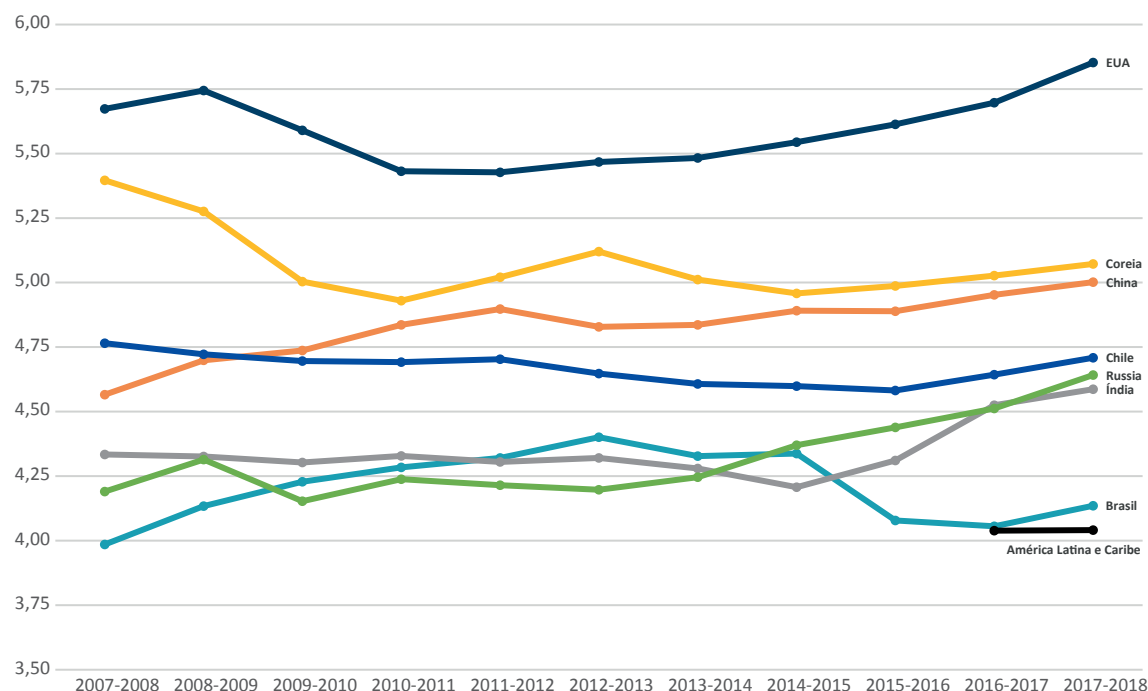
²⁰ Ambiente de negócios é o nome genericamente atribuído às condições que circunscrevem, em um determinado país ou em uma determinada região, o ciclo de vida das empresas. De forma geral, diz respeito aos níveis de complexidade associados, por exemplo, aos procedimentos de abertura e fechamento de empresas ou de recolhimento de tributos. A melhoria do ambiente de negócios está associada, portanto, a ações de simplificação e desburocratização destes procedimentos (Cavalcante, 2015).

O ICG representa uma tentativa de mensurar a qualidade do ambiente de negócios por meio de uma média ponderada de muitos componentes diferentes, cada um medindo um aspecto diferente da competitividade. Os componentes são agrupados em doze categorias ou pilares da competitividade:

- i) instituições;*
- ii) infraestrutura;*
- iii) ambiente macroeconômico;*
- iv) saúde e educação primária;*
- v) educação superior e treinamento;*
- vi) eficiência do mercado de bens;*
- vii) eficiência do mercado de trabalho;*
- viii) desenvolvimento do mercado financeiro;*
- ix) tecnologia disponível;*
- x) tamanho de mercado;*
- xi) sofisticação dos processos de produção; e*
- xii) inovação.*

Desta forma, o ICG busca resumir a participação do país no panorama internacional. Pode-se observar que o Brasil perdeu competitividade nos últimos cinco anos e como essa queda foi expressiva quando comparada ao desempenho dos outros países (*gráfico 10*). Esta significativa perda relativa de competitividade reflete na dificuldade de obter um crescimento sustentável da renda e do emprego no país. No entanto, 2017 representa um ano de inflexão positiva para o país, visto que o Brasil ganhou 11 posições, refletindo o retorno do crescimento econômico, o controle da inflação, a redução da taxa de juros, os avanços na transparência e no combate à corrupção no setor público e, sobretudo, o progresso no pilar de inovação do índice. Porém, apesar do avanço, o Brasil encontra-se na octogésima posição no *ranking* mundial de competitividade, sendo o nono na América Latina e Caribe, que tem o Chile na liderança.

GRÁFICO 10 / Índice de competitividade global

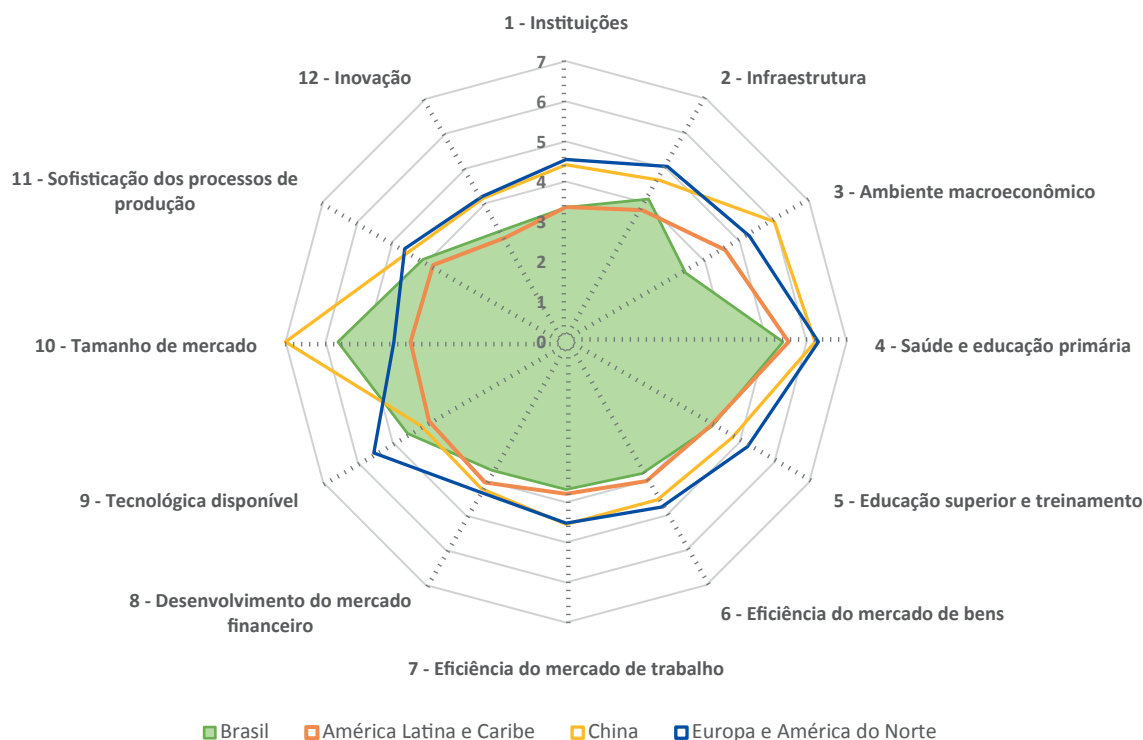


Fonte: World Economic Forum.

Elaboração: Seplan/MP.

O gráfico 11 permite comparar o Brasil com o restante do mundo a partir dos pilares que compõem o indicador, no qual se destaca como fator positivo para a competitividade do Brasil o tamanho do mercado. Os demais fatores estão muito próximos à média de América Latina e Caribe, porém sempre inferiores à média da Europa e América do Norte, em especial no caso do ambiente macroeconômico

GRÁFICO 11 / Índice de competitividade global, por dimensões e países/grupos selecionados (2017)



Fonte: World Economic Forum.

Elaboração: Seplan/MP.

De acordo com o relatório do Fórum Econômico Mundial²¹, os principais gargalos ao crescimento da competitividade do Brasil são: impostos e taxas, restrições na legislação trabalhista, corrupção, burocracia e ineficiência governamental e inadequada infraestrutura. As questões relativas à judicialização das relações produtivas e sociais, à falta de confiança nas instituições e à própria complexidade dos marcos regulatórios (muitas vezes com sobreposição entre si) são também apontadas, por muitos, como problemas para a retomada dos investimentos no país.

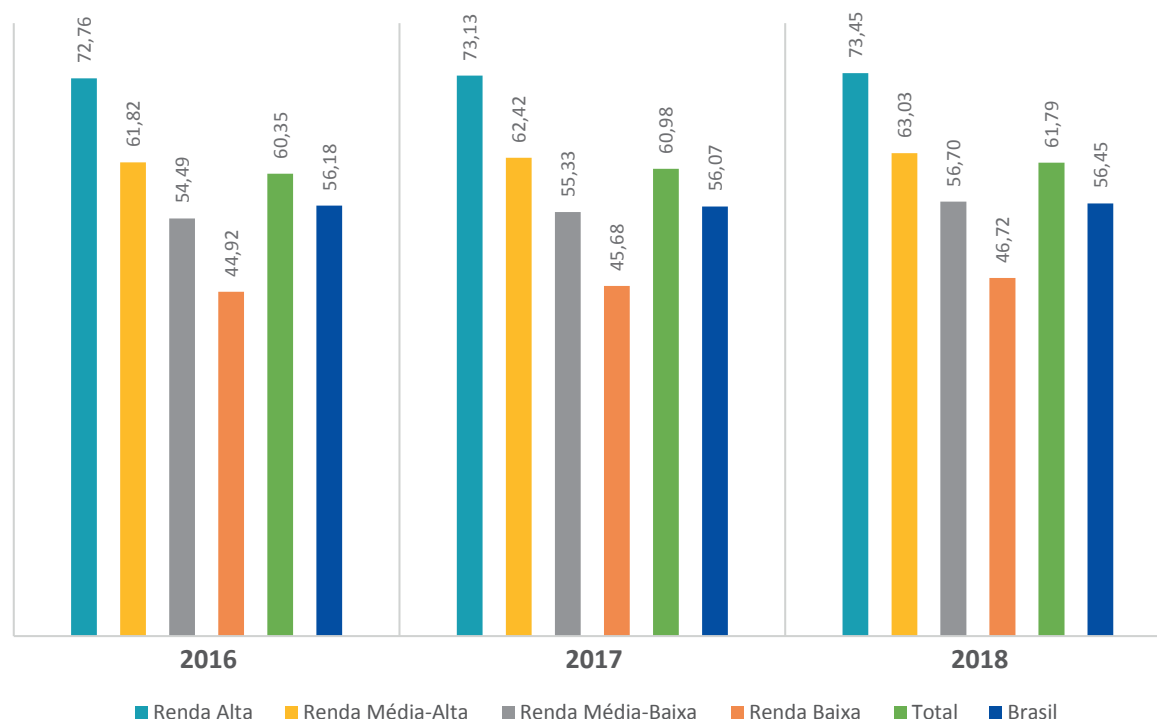
O outro indicador selecionado para o eixo institucional é o grau de facilidade de se fazer negócios, que analisa onze áreas do ciclo de vida de uma empresa, entre as quais dez são incluídas na classificação das economias em termos da facilidade de se fazer negócios: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção dos investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio internacional, execução de contratos e resolução de insolvência. A análise foca em procedimentos aos quais empresas de pequeno e médio porte que atendam a todos os requisitos da legislação estão sujeitas.

²¹ Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/03CountryProfiles/Standalone2-pagerprofiles/WEF_GCI_2017_2018_Profile_Brazil.pdf>.

Para cada um dos indicadores analisados, o estudo associa uma medida quantitativa. Essas medidas são obtidas a partir de um questionário padrão respondido por firmas que prestam assessoria jurídica, contábil e outros serviços a empresas. Em seguida, as respostas são processadas estatisticamente com o objetivo de refletir quão distante a situação observada em cada país está da melhor prática internacional. O desempenho nos diversos indicadores é condensado em uma medida única, que é utilizada na ordenação que pretende refletir o posicionamento relativo de cada país em termos de facilidade de se fazer negócios, o *ease of doing business ranking*. Dessa forma, o indicador reflete perspectivas como burocracia, infraestrutura, comércio exterior e segurança jurídica, dando uma visão institucional bastante abrangente.

A comparação internacional deste indicador evidencia a necessidade de grandes transformações para o Brasil. A pontuação do país no grau para facilidade de se fazer negócios encontra-se abaixo da média mundial, no mesmo patamar de países classificados como de renda média-baixa (*gráfico 12*).

GRÁFICO 12 / Grau de facilidade de se fazer negócios do Brasil e de grupos de renda de países (média) (2016-2018)



Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Dados calculados a partir da metodologia Doing Business 2017-2018.

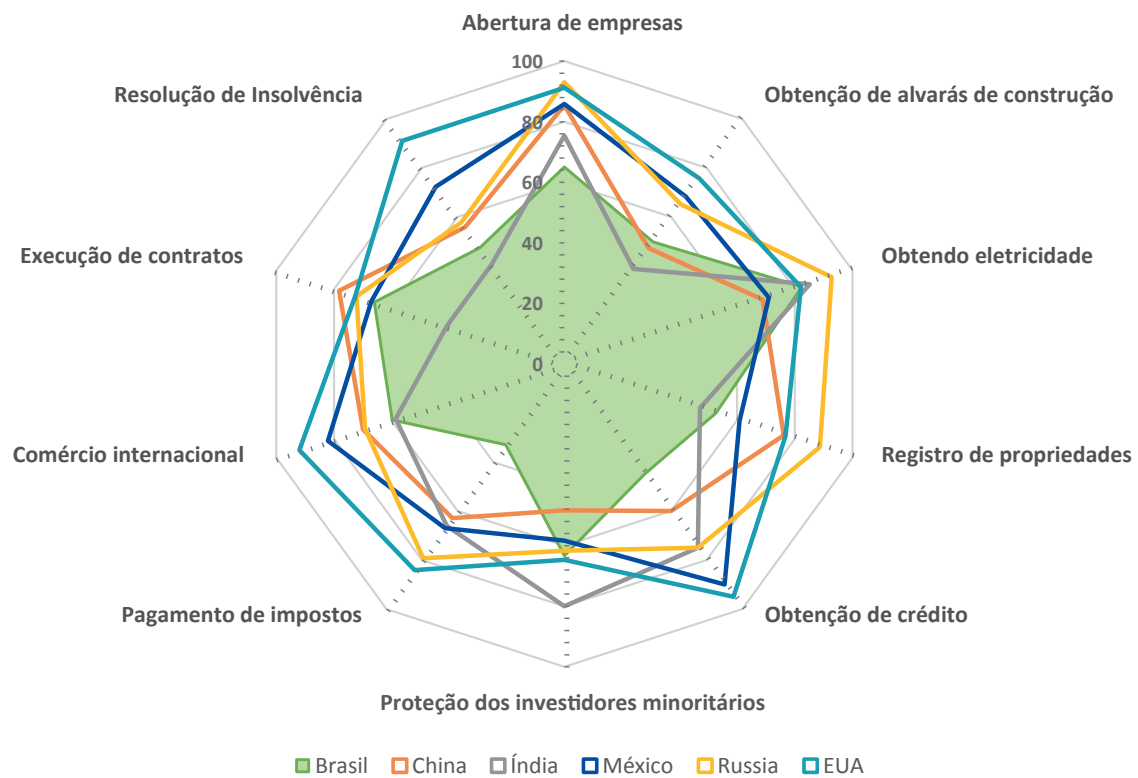
O Brasil vem se mantendo há vários anos em uma situação desconfortável na pesquisa, tendo ficado entre a 120ª e 130ª posição nos últimos 10 anos, de 190 países. Na última pesquisa, em relação à anterior, apesar de melhora no indicador geral (de 56,07 para 56,45), o país caiu da 123ª para a 125ª posição na classificação geral de países. Mesmo em relação à América Latina e Caribe, que conta com 32 países no ranking, o Brasil aparece na 22ª posição.

Melhoras pontuais foram observadas ao longo desse período, a maioria das quais estão relacionadas à introdução de reformas regulatórias, a exemplo da reformulação do arcabouço de insolvência em 2005. Como resultado disso, o Brasil melhorou seu desempenho no indicador de resolução de insolvência entre as avaliações de 2005 e 2006. Restam, ainda, pontos a serem aperfeiçoados, centrados em fortalecimento das garantias, celeridade, empoderamento dos credores e aumento da previsibilidade e da transparência, visando agilizar a recuperação de empresas viáveis e a falência daquelas que não têm sustentabilidade financeira. Vale lembrar que aperfeiçoamentos regulatórios só se traduzem em uma melhor posição no ranking se o ritmo de reformas for mais intenso do que o experimentado nos demais países em posição próxima na classificação.

No quesito comércio internacional, o Brasil avançou 4,2 pontos na escala de 0 a 100 e, por conta disso, subiu 10 posições no ranking específico. Em relação aos demais quesitos, a pontuação do país melhorou timidamente no indicador de obtenção de eletricidade, piorou levemente em quatro indicadores, e ficou estável em outros quatro. No entanto, em razão do progresso regulatório de outros países, perdemos um número razoável de posições nos indicadores de proteção a investidores minoritários, execução de contratos e resolução de insolvência.

No gráfico 13, pode-se observar que, em comparação com alguns países selecionados, em relação a cada um dos componentes do indicador, o Brasil não apresenta bons números, com exceção de obtenção de eletricidade e proteção a investidores minoritários.

GRÁFICO 13 / Componentes do indicador de facilidade de se fazer negócios, por grupo de países (2018)



Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

Obs.: Dados calculados a partir da metodologia Doing Business 2017-2018.

Eixo 3: infraestrutura

A oferta de infraestrutura em condições adequadas gera externalidades positivas e apresenta relevante efeito multiplicador no crescimento da produtividade e do PIB do país, além de ter a capacidade de alavancar a economia nacional e as potencialidades regionais. Nesse sentido, é importante elevar o nível de investimentos em infraestrutura no país, pois os atuais gargalos e ineficiências têm prejudicado o dinamismo da economia, a competitividade das nossas empresas, e limitado as possibilidades de crescimento.

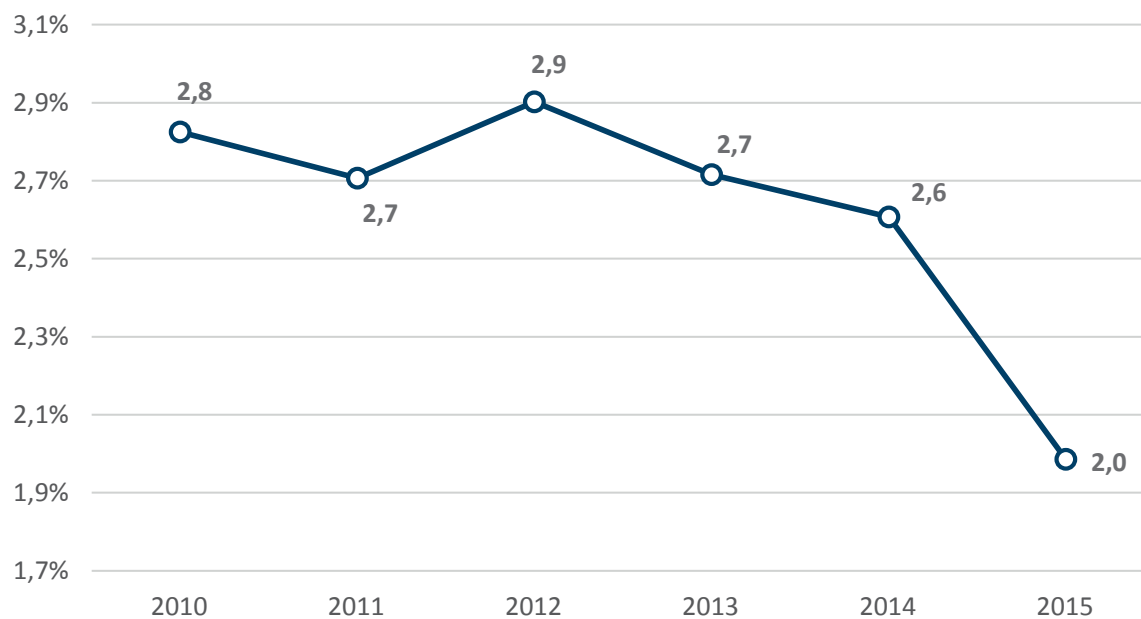
Os indicadores que irão orientar o eixo de infraestrutura são:

- i) participação das obras de infraestrutura no PIB, calculada a partir de dados do IBGE;*
- ii) Índice de Desempenho Logístico²², do Banco Mundial; e*
- iii) porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar, elaborada com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE.*

O indicador de participação das obras de infraestrutura no PIB é calculado a partir dos investimentos na construção de rodovias e ferrovias e em obras urbanas; obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos; e outras obras de infraestrutura (*gráfico 14*) em relação ao PIB. O investimento brasileiro em infraestrutura é historicamente baixo e apresentou tendência decrescente nas últimas décadas. Na década de 1970, a relação investimento em infraestrutura/PIB atingiu 6,3%. De 2011 a 2016, esta porcentagem investida representou, em média, 2,19% do PIB. O segmento de transportes recebeu a maior fatia destes recursos nesse período (38,81%), seguido de energia elétrica (31,05%), telecomunicações (21,46%) e saneamento (8,68%), conforme tabela 2. Dentro do segmento de transportes, as rodovias receberam a maior parcela investida em função da sua predominância na matriz logística do país. A título de exemplo, tal modal representa, segundo a CNT, cerca de 60% dos transportes de cargas. O país investiu muito pouco em ferrovias, apenas 0,13% do PIB, entre 2011 e 2016. Os investimentos em saneamento também são pouco significativos.

²² *Logistics Performance Index (LPI)*, em inglês.

GRÁFICO 14 / Participação das obras de infraestrutura no PIB (Em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

TABELA 2

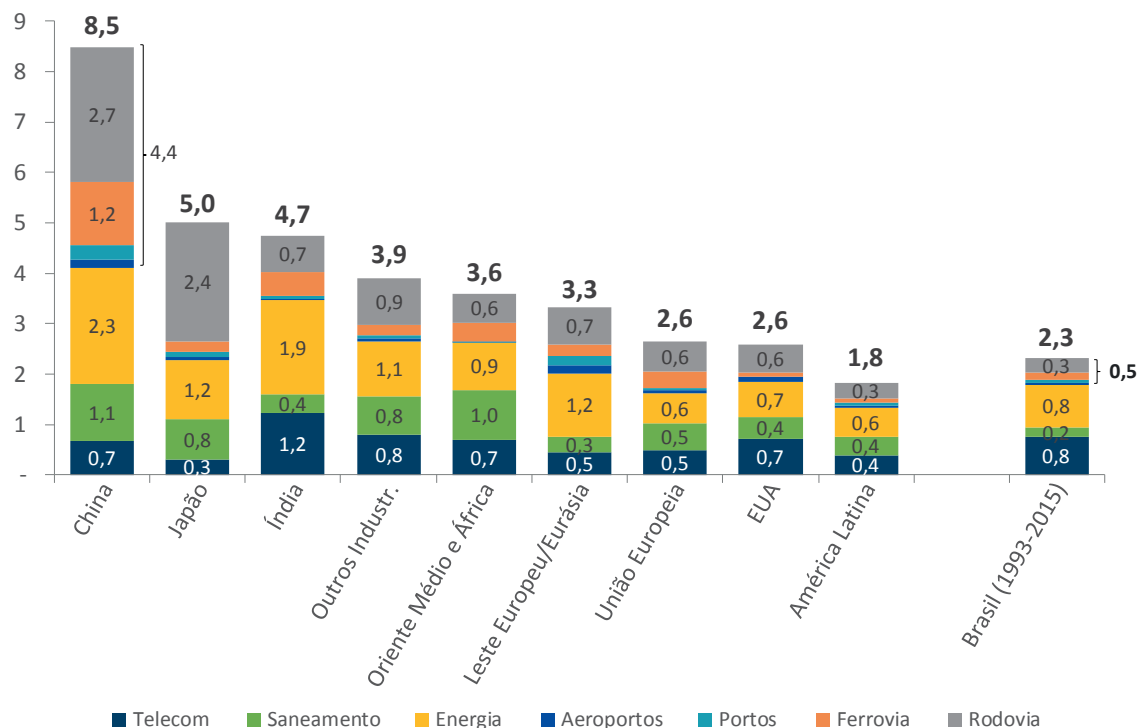
Investimentos em infraestrutura, por setor entre 2011-2016 (Em %)

Setor	Participação no PIB	Participação no total dos recursos
Telecomunicações	0,47	21,46
Energia	0,68	31,05
Saneamento	0,19	8,68
Transportes	0,85	38,81
Rodovia	0,40	18,26
Ferrovia	0,13	5,94
Mobilidade urbana	0,15	6,85
Aeroportos	0,07	3,20
Portos	0,09	4,11
Hidroviás	0,01	0,46
Total	2,19	100,00

Fonte: Frischtak e Mourão (2017).

Na comparação internacional, a porcentagem investida no país é superior, em média, à da América Latina, em período semelhante. Entretanto, ficou bem abaixo dos níveis de outras grandes economias emergentes, tais como China e Índia, e das economias industrializadas (*gráfico 15*).

GRÁFICO 15 Comparação internacional dos investimentos em infraestrutura (Em % do PIB)¹



Fonte: BNDES (2016)

Nota: 1 Média ponderada (1992-2011).

Obs.: Com uma casa decimal, as porcentagens de investimentos em infraestrutura totais e por segmento no Brasil não mudam se restringirmos o período a 1993-2011, terminando no mesmo ano que os dados das demais economias.

Além disso, uma estimativa publicada em estudo recente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) indica que cerca de metade do investimento em infraestrutura em 2014 foi de empresas privadas (tabela 3). A outra parcela é dividida entre o investimento federal (0,51% do PIB) e as empresas estaduais e autarquias (0,54% do PIB) (Frischtak e Noronha, 2016).

TABELA 3

Investimentos em infraestrutura, por setor (em % do PIB)

Setor	2014
Governo federal	0,26
Empresas estatais federais	0,25
Empresas estaduais e autarquias	0,54
Empresas privadas	1,24
Investimento total	2,29

Fonte: CNI.

Elaboração: Seplan/MP.

Além de medir aquilo que é gasto em infraestrutura, é essencial avaliar os resultados desses investimentos. Nesse sentido, no *Global Competitiveness Report (World Economic Forum, 2017a)* o país recebeu nota 4,1 no quesito infraestrutura, numa escala de 1 a 7. Esta pontuação fez com que alcançássemos a 73ª colocação no *ranking* de 137 países. Este indicador considera a qualidade da infraestrutura geral, estradas, ferrovias, portos, infraestrutura aérea, oferta de energia elétrica e serviços de telecomunicação.

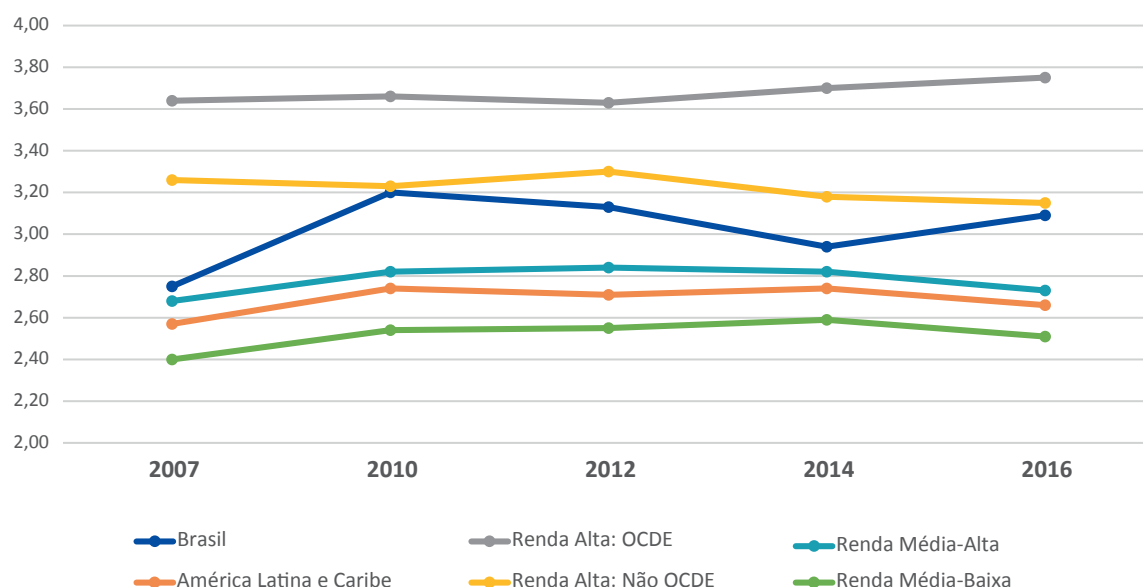
O Índice de Desempenho Logístico, por sua vez, compara o desempenho de 160 países no comércio internacional e reflete sobre a percepção de instituições acadêmicas, empresas privadas e indivíduos no que diz respeito à logística do país. Seis aspectos são levados em conta nesse índice²³:

- i) eficiência do processo de liberação (ou seja, rapidez, simplicidade e previsibilidade das formalidades) pelos órgãos de controle de fronteiras, inclusive alfandegários;*
- ii) qualidade da infraestrutura relacionada ao comércio e transporte (por exemplo, portos, ferrovias, estradas, tecnologia da informação);*
- iii) facilidade de organizar remessas com preços competitivos;*
- iv) competência e qualidade dos serviços logísticos (por exemplo, operadores de transporte e despachantes aduaneiros);*
- v) capacidade de acompanhar e rastrear consignações; e*
- vi) pontualidade das remessas em chegar ao destino dentro do prazo de entrega programado ou esperado.*

²³ Os mercados são escolhidos com base nos mercados de exportação e importação mais importantes do país do respondente, na seleção aleatória e, nos países sem litoral, nos países vizinhos que os conectam com os mercados internacionais. As pontuações para as seis áreas têm uma média de todos os entrevistados e agregadas a uma única pontuação usando a análise de componentes principais. Os detalhes da metodologia da pesquisa e da metodologia de construção do índice podem ser encontrados em Arvis *et al.* (2010).

Os resultados recentes deste indicador demonstram que o Brasil evoluiu no ranking dos países pesquisados da 65ª posição em 2014 para a 55ª posição em 2016. De forma geral, a performance do Brasil situa-se acima da média mundial e dos demais países da América Latina e Caribe, mas abaixo dos países da OCDE e dos países de alta renda (gráfico 16).

GRÁFICO 16 / Índice de desempenho logístico

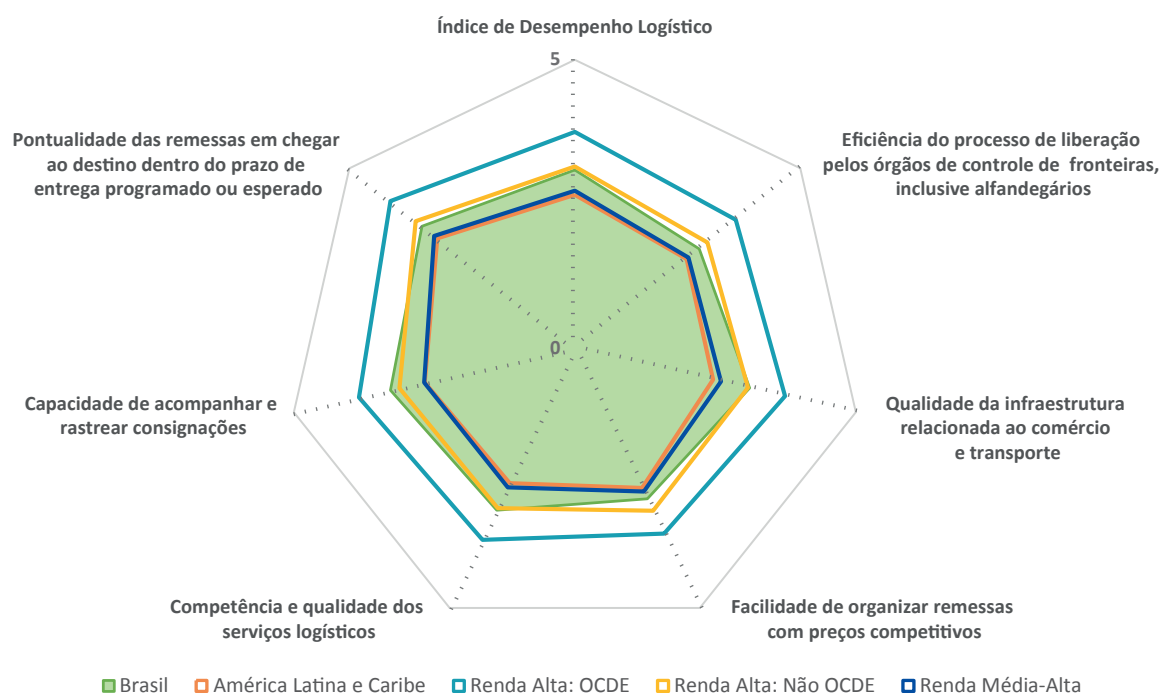


Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

Em relação às dimensões que compõem o índice, dispostas no gráfico 17, o Brasil melhorou, de 2014 a 2016, nos seguintes itens: eficiência do processo de liberação pelos órgãos de controle de fronteiras, inclusive alfandegários (ganho de 32 posições), qualidade da infraestrutura relacionada ao comércio e transporte (ganho de 7 posições), capacidade de acompanhar e rastrear consignações (ganho de 17 posições) e facilidade de organizar remessas com preços competitivos (ganho de 9 posições). No entanto, o país perdeu 5 posições no item pontualidade das remessas em chegar ao destino dentro do prazo de entrega programado ou esperado. No item competência e qualidade dos serviços logísticos, manteve-se na mesma posição (quinquagésima) entre 2014 e 2016.

GRÁFICO 17 / Índice de desempenho logístico, por dimensões e grupos de países selecionados (2016)



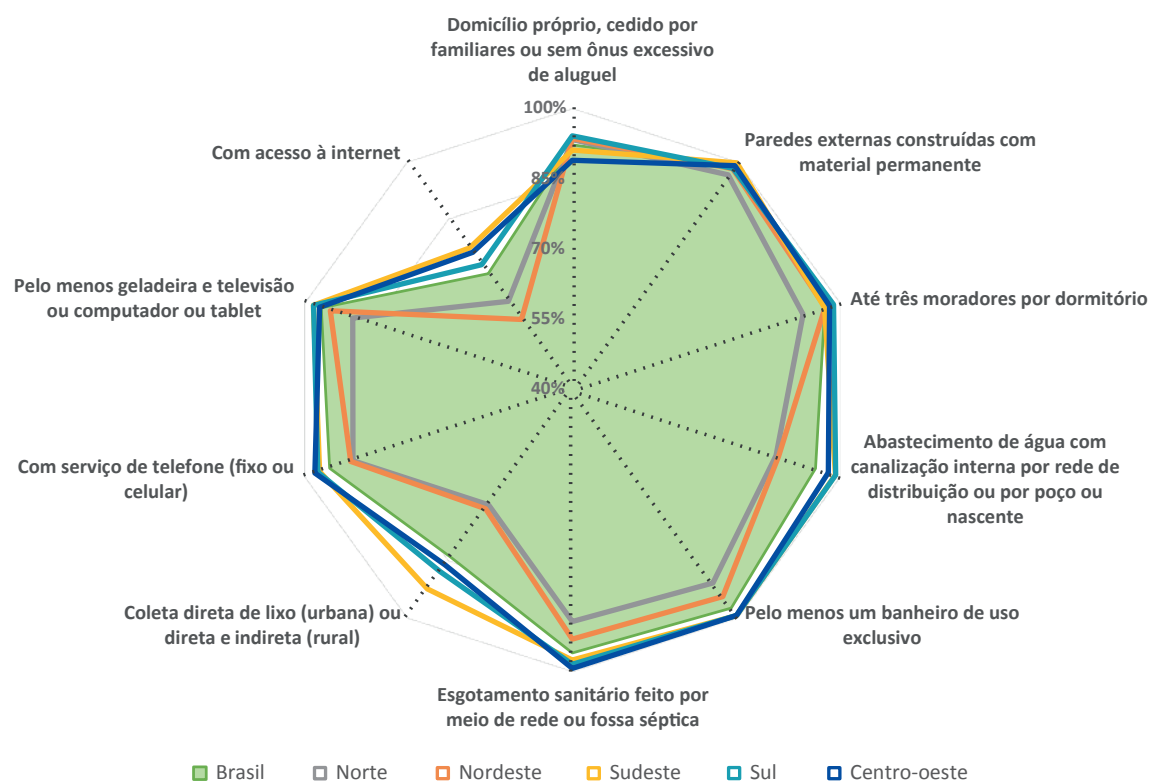
Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: Seplan/MP.

A infraestrutura urbana, por sua vez, tem grande interface com o eixo social, pois impacta diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. A condição de propriedade do domicílio ou o custo excessivo com aluguel impacta diretamente a renda das famílias. O acesso à internet e a posse de bens como geladeira, televisão e computador contribuem para a qualidade de vida e para o acesso à informação. As condições de acesso a serviços de saneamento básico como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e destino adequado do lixo também contribuem sobremaneira para as condições de saúde da população e para a qualidade ambiental.

Dessa forma, o indicador de domicílios com condição satisfatória de bem-estar²⁴ mede a porcentagem de domicílios que atende a condições básicas do ser humano e representa um bom retrato da qualidade de vida da população. Entre 2016 e 2017, este indicador evoluiu de 50,5% para 54,9%, principalmente em função da ampliação do acesso à internet, que variou de 63,6% para 70,5% no mesmo período. Entretanto, os pontos mais críticos deste indicador são o ainda baixo acesso à internet, mesmo com o avanço recente, e, principalmente, as questões relacionadas ao saneamento básico, como o destino correto do lixo, o abastecimento adequado de água e o esgotamento sanitário, que são ainda mais graves nas regiões Norte e Nordeste (gráfico 18). A situação do esgotamento sanitário continua sendo uma preocupação do país, com baixa cobertura por rede de coleta ou fossa séptica, além de apenas 74,9% do esgoto coletado ser tratado, o que corresponde a 40,8% do esgoto gerado, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2016.

GRÁFICO 18 / Proporção de domicílios particulares, por características do domicílio e região (2017) (Em %)



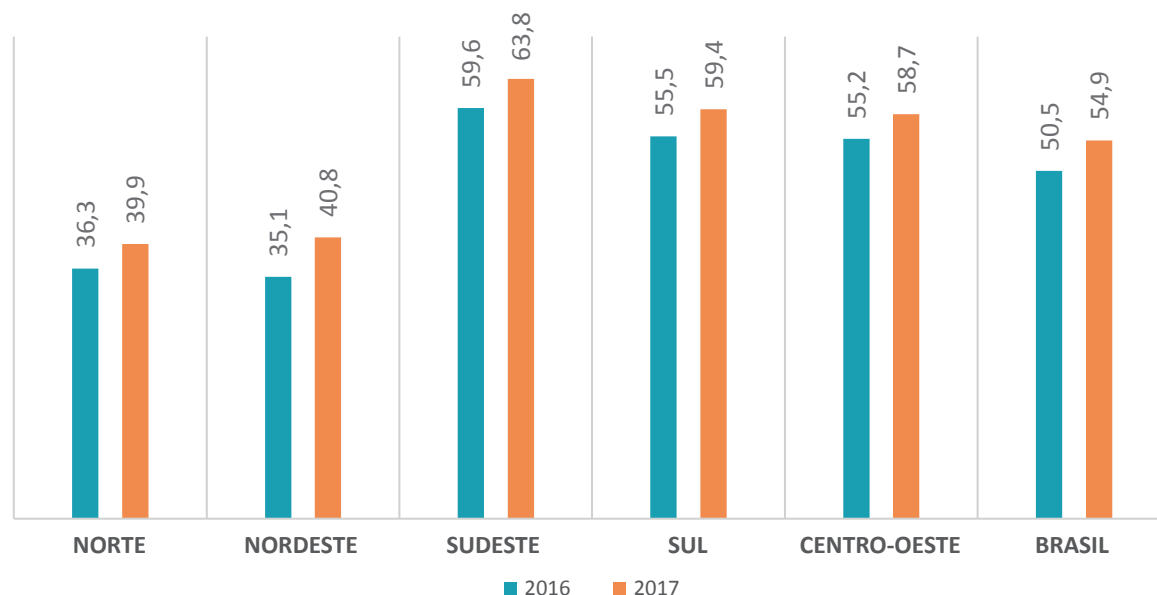
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

²⁴ Foram definidos como domicílios com condição satisfatória de bem-estar os que possuem concomitantemente as seguintes características: domicílios próprios ou cedidos por familiares ou cujo aluguel não ultrapassa 30% da renda domiciliar, construídos com material permanente (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada), com densidade de até três moradores por dormitório, servidos por abastecimento de água com canalização interna por rede de distribuição ou por poço ou nascente, com pelo menos um banheiro de uso exclusivo, com esgotamento sanitário feito por meio de rede ou fossa séptica, serviços de coleta direta de lixo (quando localizados em área urbana) ou direta e indireta (quando localizados em área rural), com serviço de telefone (fixo ou celular), equipadas com, pelo menos, geladeira, televisão e computador ou tablete e com acesso à internet por meio de microcomputador, tablet, telefone móvel celular, televisão ou outro equipamento.

Em 2017, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentavam em torno de 40% dos domicílios com condição satisfatória, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam números superiores a 58%, conforme apresentado no gráfico 19.

GRÁFICO 19 / Brasil: domicílios com condição satisfatória de bem-estar, por região (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Seplan/MP.

Outro fator relevante para medir o índice de bem-estar do domicílio é a localização em relação a trabalho e educação. Em todo o Brasil, 10,3% das pessoas ocupadas gastam mais de 1 hora no percurso diário de ida da residência para o local de trabalho, e as piores situações encontram-se nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo (*tabela 4*).

TABELA 4

Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho (2015)

	Até 30 minutos		Mais de 30 minutos até 1 hora		Mais de 1 hora até duas horas		Mais de 2 horas		Mais de 30 minutos	Mais de 1 hora
	Nº de Pessoas	%	Nº de Pessoas	%	Nº de Pessoas	%	Nº de Pessoas	%	%	%
Brasil	48.950.325	66,1	17.436.332	23,6	6.252.355	8,4	1.367.271	1,8	33,9	10,3
Região metropolitana de Belém	453.756	56,4	267.797	33,3	71.433	8,9	12.213	1,5	43,6	10,4
Região metropolitana de Fortaleza	782.356	57,5	411.512	30,3	149.324	11,0	16.631	1,2	42,5	12,2
Região metropolitana de Recife	636.517	47,7	484.826	36,3	188.312	14,1	25.596	1,9	52,3	16,0
Região metropolitana de Salvador	777.082	47,3	621.207	37,8	220.057	13,4	23.518	1,4	52,7	14,8
Região metropolitana de Belo Horizonte	1.168.218	52,0	753.528	33,5	293.817	13,1	31.365	1,4	48,0	14,5
Região metropolitana do Rio de Janeiro	1.663.827	34,7	1.862.687	38,8	1.026.636	21,4	242.698	5,1	65,3	26,5
Região metropolitana de São Paulo	3.816.063	42,7	2.947.270	33,0	1.802.167	20,2	375.250	4,2	57,3	24,4
Região metropolitana de Curitiba	824.567	56,6	482.652	33,1	132.539	9,1	16.810	1,2	43,4	10,3
Região metropolitana de Porto Alegre	1.089.444	60,5	518.156	28,8	176.759	9,8	16.441	0,9	39,5	10,7
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal	556.894	45,1	443.631	35,9	214.497	17,4	21.090	1,7	54,9	19,1

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: SEPLAN/MP

Eixo 4: ambiental

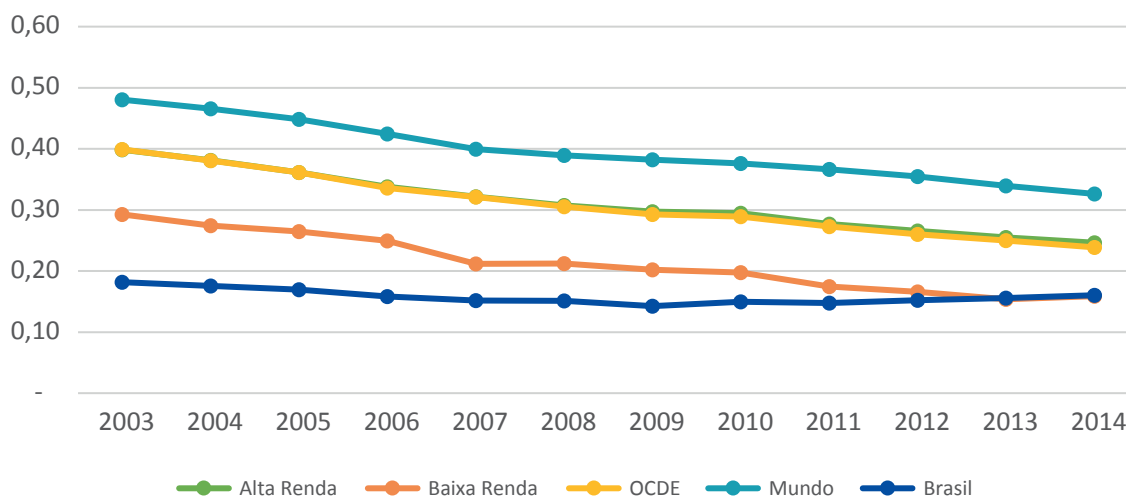
Os indicadores norteadores do eixo ambiental são:

- i) intensidade de emissão de GEE – (CO_2e kg per \$ PIB PPP); e
- ii) participação de fontes de energia renovável na matriz energética (%)²⁵.

O desenvolvimento com sustentabilidade ambiental é economicamente viável, pois se baseia no princípio da eficiência na utilização de recursos, o que reforça a expansão econômica e contribui para criar empregos, erradicar a pobreza e proteger a natureza. Tomar medidas para combater as mudanças climáticas e seus impactos é necessidade explícita nos ODS devido aos seus impactos na saúde pública, na segurança alimentar e hídrica, na migração, na paz e na segurança. Investimentos em desenvolvimento sustentável podem contribuir para o combate à mudança do clima, por meio da mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e da adaptação às mudanças climáticas.

Em relação à mudança do clima, destaca-se o fato de o Brasil ter assumido o compromisso de reduzir, em 2025, as emissões de GEEs em 37% abaixo dos níveis de 2005, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030²⁶. Esta contribuição é consistente com níveis de emissão de 1,3 GtCO₂e (GWP-100; IPCC AR5) em 2025 e 1,2 GtCO₂e (GWP-100; IPCC AR5) em 2030. O compromisso corresponde a uma redução estimada em 66% em termos de emissões de GEE por unidade do PIB (intensidade de emissões em CO₂e per \$ PIB PPP) em 2025 e em 75% em termos de intensidade de emissões em 2030, ambas em relação a 2005. O gráfico 20 ilustra a situação do Brasil, em relação ao mundo e com alguns recortes selecionados. Em 2014, a emissão brasileira estava em 0,16 CO₂e per \$ PIB PPP.

GRÁFICO 20 / Emissão de CO₂e (Em kg per \$ PIB PPP)



Fonte: Banco Mundial.

Elaboração: SEPLAN/MP.

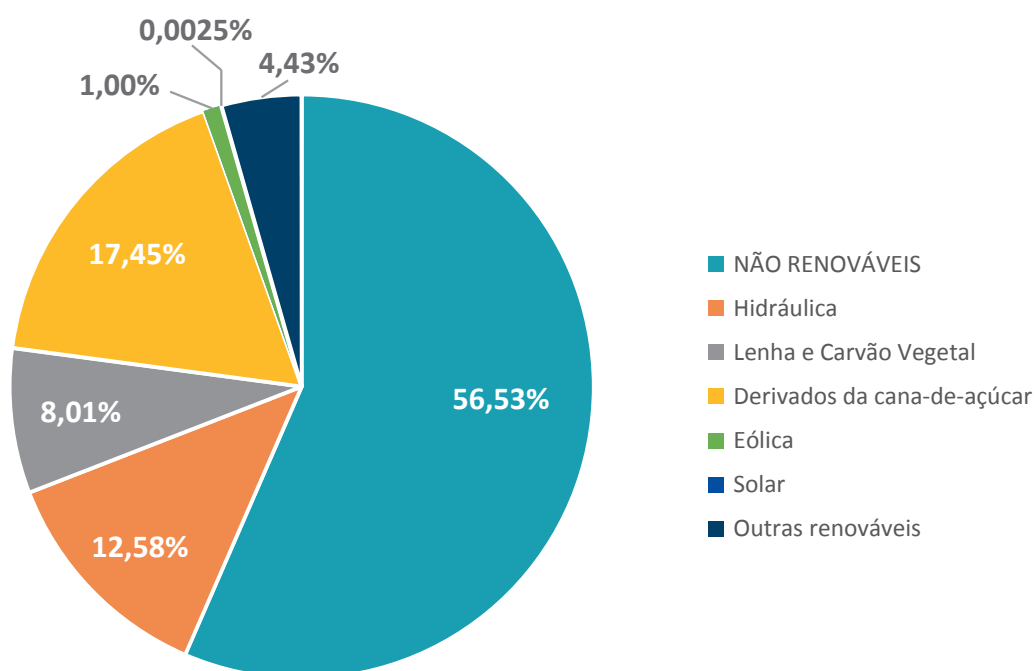
²⁵ Considera a oferta interna total de energia (Balanço Energético Nacional - BEN, 2017).

²⁶ Compromissos assumidos pelo país junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC da sigla em inglês) do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016.

Um fator que contribuiu para a queda da intensidade de emissões do país foi a redução do desmatamento. Em 2014, a taxa de desmatamento anual na área conhecida como Amazônia Legal foi 75% abaixo da média dos 10 anos anteriores. Dessa forma, é provável que o Brasil supere sua meta de redução do desmatamento na região em 80% até o ano 2020. No entanto, o progresso tem sido desigual entre os estados da região e o ritmo atual ainda significa uma perda de cobertura florestal considerável. Nos anos recentes, as taxas de desmatamento caíram também na maioria dos outros biomas, mas as pressões permanecem altas no Cerrado. No geral, a área total de floresta diminuiu em cerca de 5%, desde o ano 2000²⁷.

Outro importante fator que contribui para que o Brasil tenha um nível menor de intensidade de emissão de GEE (CO₂e kg *per* \$ PIB PPP) é a composição de sua matriz energética²⁸, na qual 43,47%²⁹ da oferta interna de energia vem de fontes renováveis, em especial da energia hidráulica (12,58%) e derivados de cana-de-açúcar (17,45%), conforme disposto no gráfico 21.

GRÁFICO 21 / Matriz energética do Brasil (2016)



Fonte: Balanço Energético Nacional 2017.
Elaboração: Seplan/MP.

²⁷ OCDE (2015). Avaliações de Desempenho Ambiental do Brasil.

²⁸ Dados retirados do BEN, 2017.

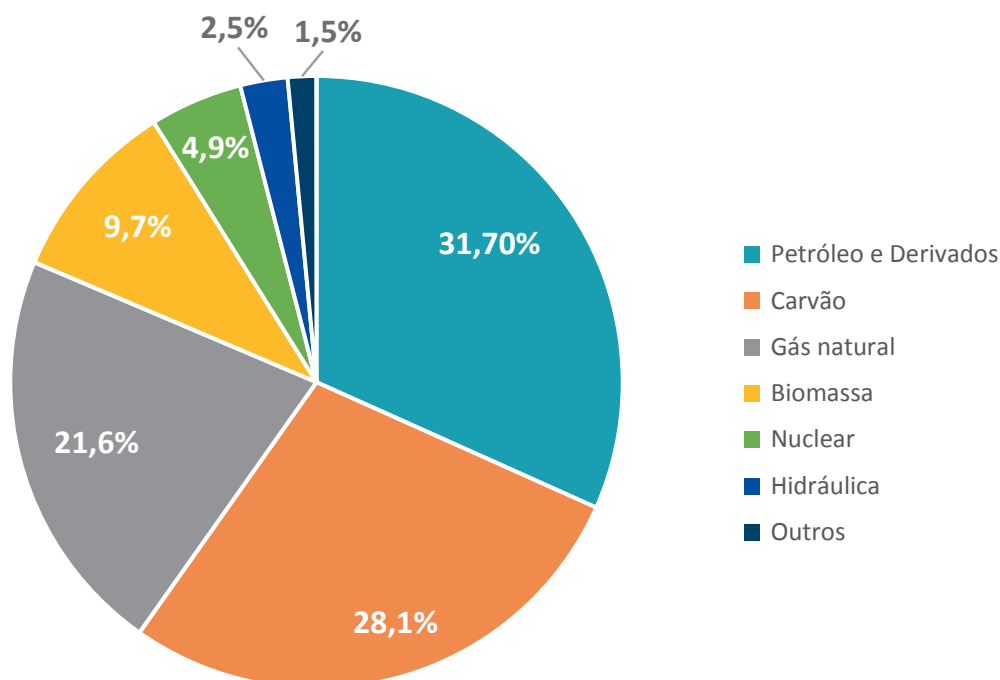
²⁹ É a resultante da soma dos montantes referentes à produção nacional mais as importações, que são essencialmente de origem renovável.

No Brasil, a máxima participação do petróleo e de seus derivados na matriz energética ocorreu em 1979, quando atingiu 50,4%. A redução de 9,1 pontos percentuais (p. p.) entre 1973 e 2016 evidencia que o país, seguindo a tendência mundial, também desenvolveu esforço significativo de substituição desses energéticos fósseis, sendo digno de nota, neste caso, os aumentos da geração hidráulica, da produção de biodiesel e dos usos de derivados da cana, como etanol carburante e bagaço, para fins térmicos.

Entretanto, desde 1990 a participação de energias renováveis na matriz energética vem diminuindo. Esse fato ocorre, principalmente, por dois motivos: a redução do uso de lenha e carvão vegetal como fonte de energia e o aumento do uso do gás natural. Com um maior nível de desenvolvimento e urbanização, o gás natural passou a ser a principal fonte de energia para a cocção de alimentos, reduzindo o papel da lenha.

Mesmo assim, cabe ressaltar que o Brasil continua sendo um dos países que apresenta a matriz energética com maior participação de fontes renováveis e, conseqüentemente, menor intensidade de emissões de GEEs. A maioria dos países do mundo ainda possui uma matriz energética predominantemente composta por fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural. Fontes renováveis como solar, eólica e geotérmica, por exemplo, juntas correspondem a apenas 1,5% da matriz energética mundial, assinaladas como “Outros” no gráfico 22. Somadas à participação da energia hidráulica, as renováveis totalizam 3,8% (EPE, 2017).

GRÁFICO 22 / Matriz energética mundial (2015)



Fonte: EPE, 2017.

Elaboração: Seplan/MP.

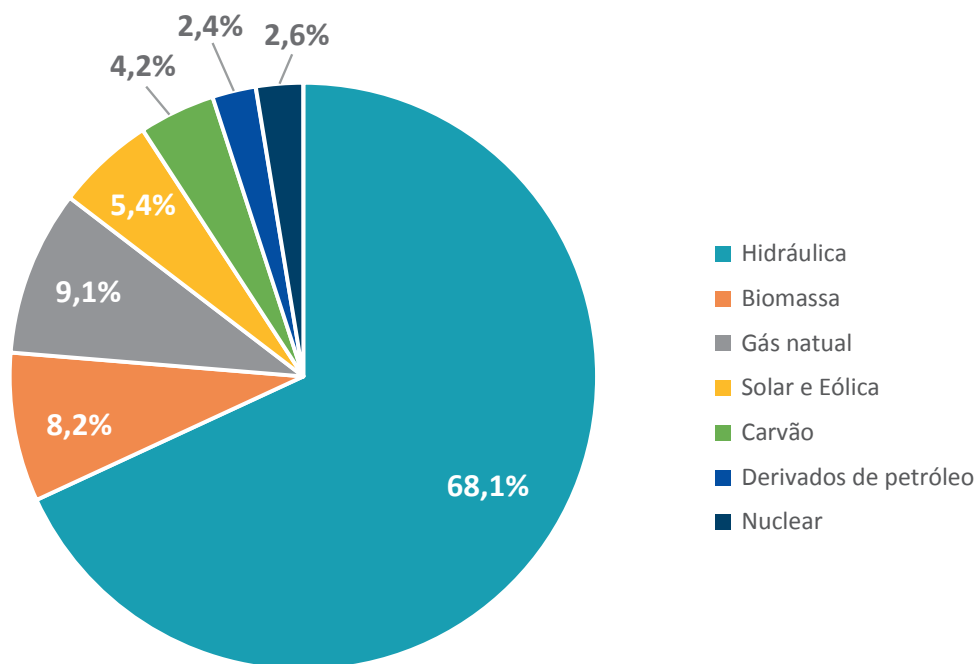
Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica#ENERGETICA>>.

Desde 1990, as fontes de energia renováveis cresceram a uma taxa média anual de 2,0%, um pouco maior do que a taxa observada na oferta total de energia primária mundial, 1,8%. O crescimento tem sido especialmente alto para a energia solar fotovoltaica e a energia eólica, que cresceram em média anual as taxas de 45,5% e 24,0% respectivamente, ambas com bases muito baixas em 1990. O biogás teve a terceira maior taxa de crescimento, 12,8%, e os biocombustíveis líquidos, 10,1% (IEA, 2017)³⁰.

A priorização da participação de fontes renováveis no atendimento ao crescimento do consumo de energia mantém o compromisso brasileiro de promover seu crescimento econômico apoiado em uma matriz energética limpa, aderente à Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) e aos demais compromissos internacionais firmados pelo país.

A matriz de energia elétrica do Brasil é mais renovável que a energética, isso porque grande parte da energia elétrica gerada vem de usinas hidrelétricas. A energia eólica também vem crescendo bastante, contribuindo para que a nossa matriz elétrica continue sendo, em maior parte, renovável (*gráfico 23*).

GRÁFICO 23 / Matriz elétrica do Brasil (2016)



Fonte: EPE, 2017.

Elaboração: Seplan/MP.

Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica#ENERGETICA>>.

³⁰ IEA, 2017. Renewables Information: Overview.

Em todo o mundo, as energias renováveis têm sido, nos anos recentes, em todo o mundo, a opção prioritária para expandir a geração elétrica, aproveitando a difusão de novos conhecimentos técnicos – em especial, as fontes de energia eólica e solar. Em 2015, as fontes renováveis foram o terceiro maior contribuinte para a produção de eletricidade. Eles representaram 22,8% da geração mundial de eletricidade, depois do carvão (39,3%) e do gás (22,9%), e à frente da nuclear (10,6%) e derivados de petróleo (4,1%) (IEA, 2017).

Entre as fontes renováveis, a hidroeletricidade fornece a maior parte, gerando 16,0% da eletricidade mundial, o que representa 70,3% do total de eletricidade renovável, enquanto biocombustíveis e resíduos (incluindo os biocombustíveis sólidos) possuem um papel menor na geração de eletricidade, fornecendo 1,9% da eletricidade mundial. Apesar de crescerem rapidamente, as fontes geotérmicas, solares, eólicas e das marés representaram apenas 4,8% da produção mundial de eletricidade, e 21,2% do total de eletricidade renovável em 2015 (IEA, 2017).

Desde 1990, a geração de eletricidade renovável em todo o mundo cresceu em média 3,6% ao ano, o que é ligeiramente maior que a taxa de aumento da geração total de eletricidade (2,9%). Em 1990, 19,4% da eletricidade global foi produzida a partir de fontes renováveis, e em 2015 essa participação aumentou para 22,8% (IEA, 2017).

Nesse período, a energia hidroelétrica viu sua participação na produção mundial total de eletricidade cair de 18,1%, em 1990, para 16,0%, em 2015. Tirando a hidroeletricidade das energias renováveis, a parte do restante das fontes renováveis usadas para produzir eletricidade cresceu de 1,3%, em 1990, para 6,8%, em 2015 (IEA, 2017).

No Brasil, a produção de eletricidade por fontes renováveis, excluindo a produção da hidroelétrica, apresentou avanços substanciais nos últimos anos. A energia eólica atingiu, ao final de 2016, a capacidade instalada de 10,7 GW, ou 7% de todo o parque gerador. Com isso, o país ficou no nono lugar entre os detentores de maiores capacidades instaladas de energia eólica no mundo. No Nordeste, ventos constantes e intensos favorecem a produção de eletricidade, e isto resulta em alto fator de utilização no Brasil (38%), bem superior à média mundial (24%).

A energia eólica apresenta dois pontos positivos frente às demais fontes renováveis (excluindo hidroelétrica) na atual matriz energética brasileira. Primeiro, apresenta elevada complementariedade com a fonte energética dominante (a hidroelétrica). Períodos de maior incidência hidrológica correspondem a períodos de ventos desfavoráveis e vice-versa, ou seja, ventos e chuvas apresentam uma correlação negativa que contribui para a segurança do abastecimento. Segundo, a intermitência eólica pode ser regularizada por meio de água acumulada nos reservatórios no Brasil, a custos bem menores que os dos sistemas predominantemente termelétricos.

Outra fonte renovável de energia na qual o Brasil possui grande potencial é a energia solar, embora sua participação na matriz ainda seja insignificante (menos de 1%). Na Europa, os países com maior potencial instalado de energia fotovoltaica são Alemanha, Itália e França (energia descentralizada); e Espanha e Reino Unido (energia centralizada). A descentralizada é aquela utilizada em residências, estabelecimentos comerciais e industriais conectados à rede de distribuição. A centralizada é produzida em parques de geração e conectada à rede de transmissão.

No Brasil, o desenvolvimento mais significativo da fonte solar se deu através da contratação de parques de geração solares em leilões de energia de reserva, cujo objetivo consiste em aumentar a segurança no fornecimento de eletricidade.

Outro fator que contribui para uma matriz energética mais renovável é a relevante participação de biocombustíveis. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis para o setor de transportes. Brasil e EUA responderam por 70% de sua produção em 2016 (REN21, 2017) ³¹.

O biodiesel começou a ser misturado obrigatoriamente ao óleo diesel a partir de 2008. Em 2017, o percentual de mistura obrigatória de biodiesel no óleo diesel comercializado no país era de 8%. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou o aumento para 10% a partir de 1º de março de 2018 (ANP, 2017) ³².

Já o etanol (anidro e hidratado) é parte da matriz veicular nacional desde a década de 70 e hoje representa 27% na composição da gasolina comercializada ao consumidor (gasolina C), além de ser vendido como etanol hidratado para atender à demanda dos veículos flex. Em 2016, 88% dos veículos novos licenciados possuíam esta tecnologia (ANP, 2017).

Em 2016, os biocombustíveis convencionais representaram cerca de 4% do combustível rodoviário mundial. O crescimento de dois dígitos da produção global antes de 2010 desacelerou para uma taxa modesta de 2% a. a., devido a desafios estruturais e incerteza política nos principais mercados (IEA, 2017) ³³.

Nos Estados Unidos, espera-se que a produção de etanol se estabilize devido ao menor investimento em nova capacidade e ao alcance do limite de etanol de milho dentro do Programa Padrão de Combustível Renovável. Cumprir o compromisso do Brasil de, em 2030, alcançar uma participação de 18% de biocombustíveis em seu mix de energia equivaleria a mais de 50 bilhões de litros de etanol para atender a demanda por combustíveis.

³¹ Fonte: http://www.ren21.net/wp-content/uploads/2017/06/17-8399_GSR_2017_Full_Report_0621_Opt.pdf

³² Fonte: http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/Livreto_Oportunidades_na_Producao_e_no_Abastecimento_v3.pdf

³³ Fonte: <https://www.iea.org/etp/tracking2017/transportbiofuels/>

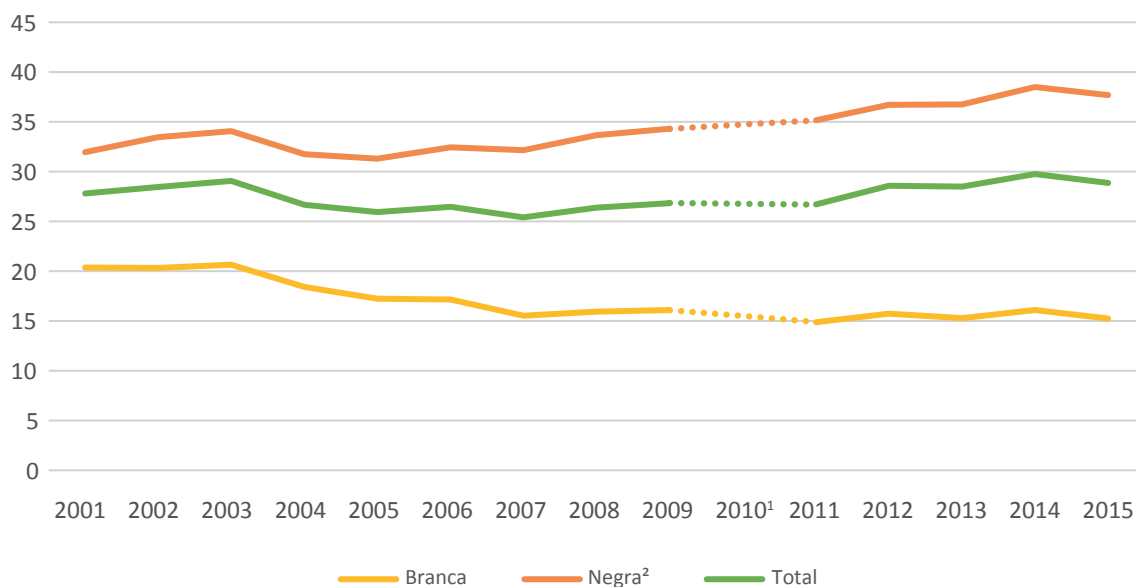
Eixo 5: social

Os indicadores norteadores do eixo social estão relacionados às dimensões de segurança, saúde, educação, pobreza e desigualdade, quais sejam:

- i) taxa de homicídio (por 100 mil hab.);
- ii) taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos);
- iii) esperança de vida ao nascer;
- iv) porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental;
- v) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- vi) Índice de Gini; e
- vii) proporção da população abaixo da linha de pobreza.

O sentimento de insegurança e a crescente violência são fatores que impactam sobremaneira as condições de vida da população e a produtividade da economia brasileira. O Brasil, desde a década de 1990, apresenta altas taxas de homicídios. Este é provavelmente o problema mais grave relativo à segurança pública brasileira. De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), desde 2001, a taxa de homicídios brasileira oscila entre 25 e 29 homicídios por 100 mil habitantes, uma das mais altas do mundo. Em relatório lançado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o tema da prevenção global da violência, foi apontado que 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil.

GRÁFICO 24 / Taxa de homicídio por raça (Em homicídios por 100 mil hab.)



Fonte: SIM/MS, PNAD.

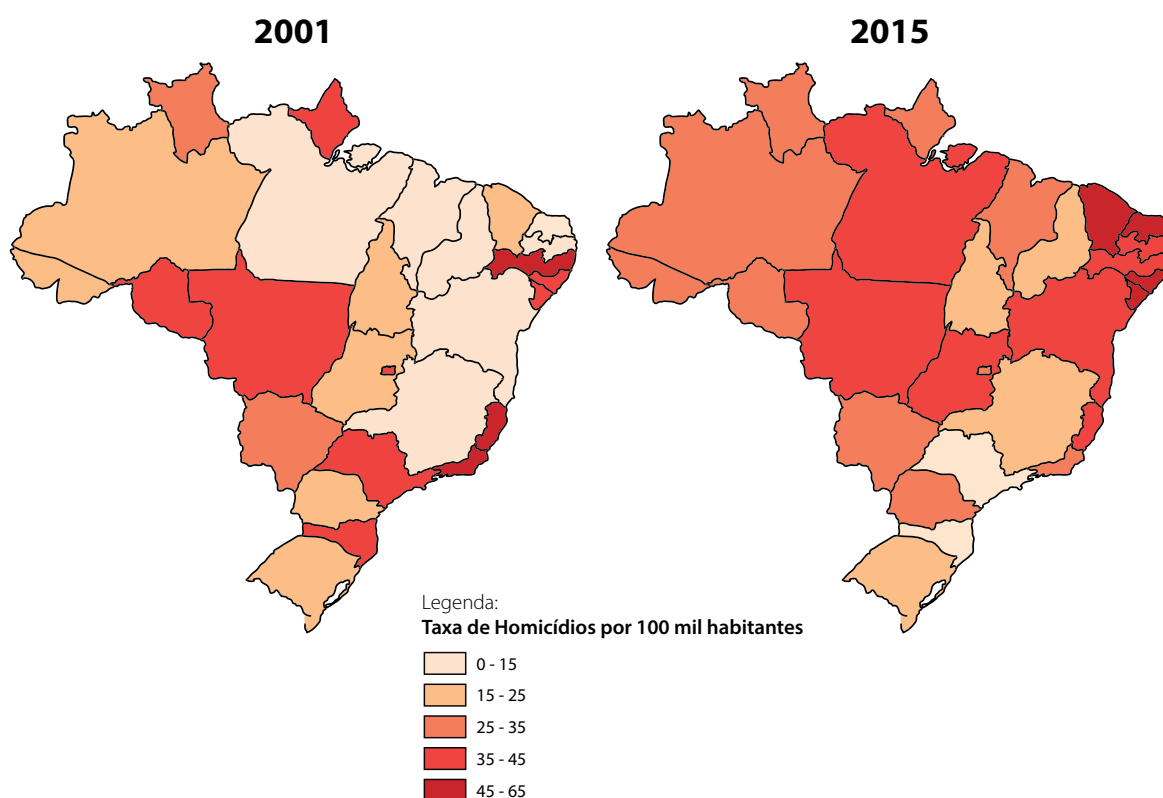
Elaboração: Seplan/MP.

Nota: ¹Em 2010 não foi realizada a PNAD. ²Na cor/raça negra estão incluídas as pessoas que se declararam pretas e pardas.

É possível traçar um perfil das vítimas de morte por agressão, com base nos dados do SIM/MS. No ano de 2015, 92,1% das vítimas eram homens e 70,4% eram negras³⁴. Ainda, 52,9% foram jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Ou seja, o maior alvo das mortes por agressão no Brasil, segundo o perfil das vítimas, é o jovem negro do sexo masculino, conforme destacado no gráfico 24, cuja taxa de homicídio por 100 mil habitantes foi de 153,6, em 2014, sendo que o coeficiente mínimo para níveis epidêmicos adotado pela Organização Mundial de Saúde é de 10 homicídios para 100 mil habitantes.

No que se refere à distribuição espacial dos homicídios, as regiões Nordeste e Sudeste se destacam ao representarem, respectivamente, 39,5% e 27,8% do total de homicídios registrados em 2015. Apesar das expressivas participações no total dos homicídios, as duas regiões apresentaram tendências distintas entre 2001 e 2015. Neste período, o número absoluto de homicídios ocorridos no Nordeste cresceu 120%, enquanto no Sudeste caiu 39%. Como demonstrado na figura 6, esta foi a única região que apresentou redução no número de homicídios.

FIGURA 6 / Cartograma da taxa de homicídios por unidade da federação (2001-2015)



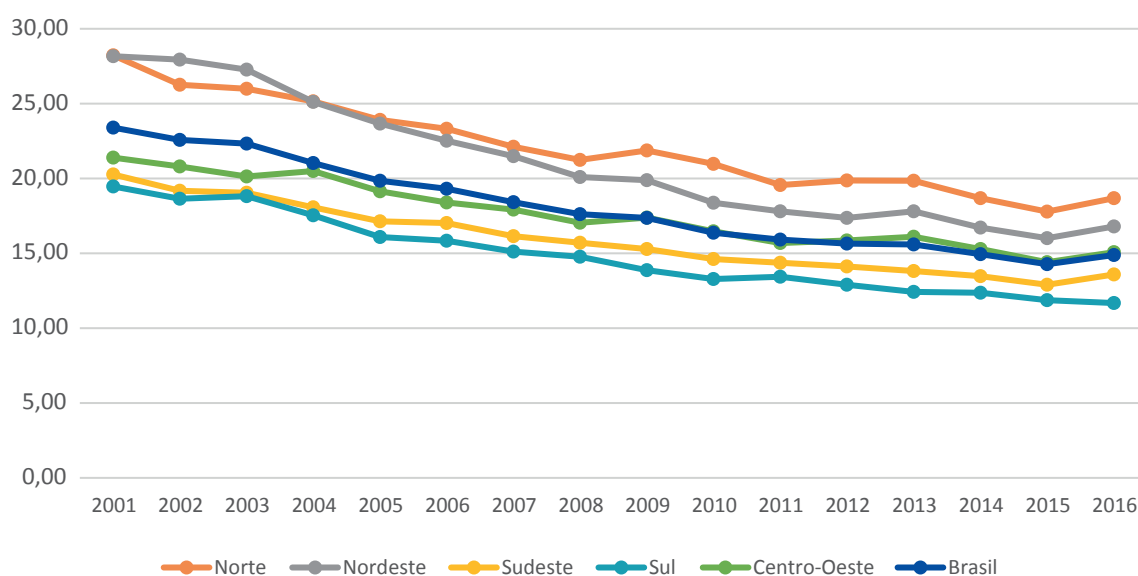
Fonte: SIM/MS.

Elaboração Seplan/MP.

³⁴ A população negra se refere às pessoas que se declararam pretas ou pardas.

O Brasil apresentou avanços consideráveis nos indicadores socioeconômicos nos últimos anos que se refletiram, por exemplo, na redução da mortalidade na infância de 23,3 óbitos a cada mil nascimentos, em 2001, para 14,9, em 2016 (*gráfico 25*). Apesar dos avanços, ainda apresenta uma desigualdade significativa entre suas regiões, com a taxa de mortalidade na infância da região Norte sendo 60% superior à da região Sul. Esta desigualdade é mais significativa quando se trata de populações vulneráveis, como a população indígena, que apresentou, em 2016, 29,5 mortes para cada mil nascimentos. Esse quadro evidencia que as políticas públicas precisam focalizar ações nas populações mais vulneráveis a fim de manter a evolução recente do indicador para os próximos anos.

GRÁFICO 25 / Brasil: Taxa de mortalidade na infância (<5 anos) (Em óbitos por 1.000 nascidos vivos)



Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - SIM

Elaboração: Seplan/MP.

Da mesma forma que a mortalidade na infância, a esperança de vida ao nascer também apresenta uma evolução positiva para o Brasil. Esse indicador mostra o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Assim, quando a esperança de vida ao nascer aumenta, há indicação de melhoria das condições de vida e de saúde da população como um todo.

De 2000 a 2017, a esperança de vida ao nascer passou de 69,8 anos para 76 anos, um aumento de mais de 6 anos, como se pode observar na tabela 5. Nesse mesmo período, o diferencial de anos entre os sexos também reduziu de 7,9 anos em 2000 para 7,1 em 2017, mostrando uma melhora relativa para os homens em relação às mulheres. Apesar de o crescimento contínuo na expectativa de vida, o Brasil ainda está abaixo de países como Japão, Itália, Singapura e Suíça, que, em 2015, tinham o indicador na faixa dos 83 anos.

TABELA 5

Brasil: Esperança de vida ao nascer (anos) (2000-2017)

Ano	Total	Homens	Mulheres	Diferencial entre os sexos (anos)
2000	69,8	66,0	73,9	7,9
2001	70,3	66,5	74,3	7,9
2002	70,7	66,9	74,7	7,8
2003	71,2	67,4	75,1	7,8
2004	71,6	67,8	75,5	7,7
2005	72,0	68,3	75,9	7,6
2006	72,4	68,7	76,3	7,6
2007	72,8	69,1	76,6	7,5
2008	73,1	69,5	77,0	7,5
2009	73,5	69,8	77,3	7,4
2010	73,9	70,2	77,6	7,4
2011	74,2	70,6	77,9	7,3
2012	74,5	70,9	78,2	7,3
2013	74,8	71,2	78,5	7,3
2014	75,1	71,6	78,8	7,2
2015	75,4	71,9	79,1	7,2
2016	75,7	72,2	79,3	7,1
2017	76,0	72,5	79,6	7,1
Diferença 2000/2017	6,2	6,5	5,6	

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2060, Revisão 2013.

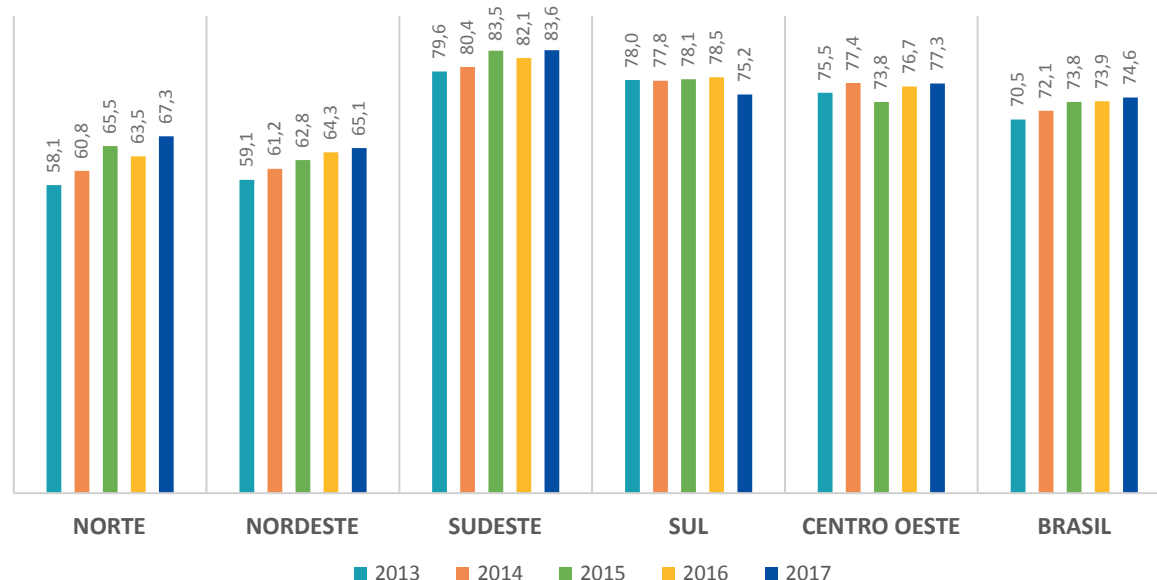
A educação, outra dimensão estruturante para o eixo social, é direito de todos, garantida pela Constituição e reconhecida como um importante elemento para o desenvolvimento da vida cidadã e para o necessário aumento da produtividade da economia brasileira. A melhoria do acesso e da qualidade da educação é tema de grande relevância para a Estratégia Nacional por sua condição agregadora. A baixa qualidade da educação impede que crianças e jovens tenham oportunidades de ascensão socioeconômica, e também é vista como um dos principais limitadores à nossa qualidade de vida, resultando em uma sociedade mais violenta, com maiores desafios de saúde e com baixa produtividade.

Os indicadores educacionais mostram que o sistema não consegue alfabetizar plenamente as crianças até os 8 anos de idade. Nos anos iniciais do ensino fundamental, apesar de haver melhora nos índices de aprendizagem, as desigualdades ainda são grandes entre os diferentes segmentos da população – mais ricos e mais pobres; brancos e negros; moradores da cidade e da área rural.

Essa condição do ensino fundamental leva a outro problema da educação no Brasil, que é a alta evasão de adolescentes no ensino médio, relacionada, muitas vezes, à desmotivação provocada pela chegada tardia a essa etapa devido a casos de repetência, que seguram os alunos no ensino fundamental por mais alguns anos, somando-se ainda à pressão para entrada precoce no mercado de trabalho. Para tanto, utiliza-se o indicador “porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental” para aferir o fluxo escolar adequado para a idade, o qual deve ser influenciado pela melhoria das condições no ensino fundamental.

Dados de 2017 (*gráfico 26*) apontam que apenas 74,6% dos adolescentes com 16 anos concluíram o ensino fundamental, aumento de 4,1 p. p. em relação a 2013. A análise regional, no entanto, evidencia grandes distorções entre as regiões Norte e Nordeste e as demais. Apesar disso, são as regiões que apresentaram melhora mais acentuada entre 2013 e 2017, 9,2 p.p. na região Norte e 6 p.p. na região Nordeste, embora deva ser observado que ambas partem de uma base muito baixa.

GRÁFICO 26 / Brasil: Adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental (%)



Fonte: PNAD Contínua - 2º trimestre 2013-2017

Elaboração: Seplan/MP.

Outro indicador importante para a política educacional no Brasil é o Ideb, que é uma medida de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação) ³⁵.

Estudos e análises sobre qualidade educacional raramente combinam as informações produzidas por esses dois tipos de indicadores, ainda que a complementaridade entre elas seja evidente. Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, ainda que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Não obstante, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso os alunos aprendam muito pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem de forma adequada.

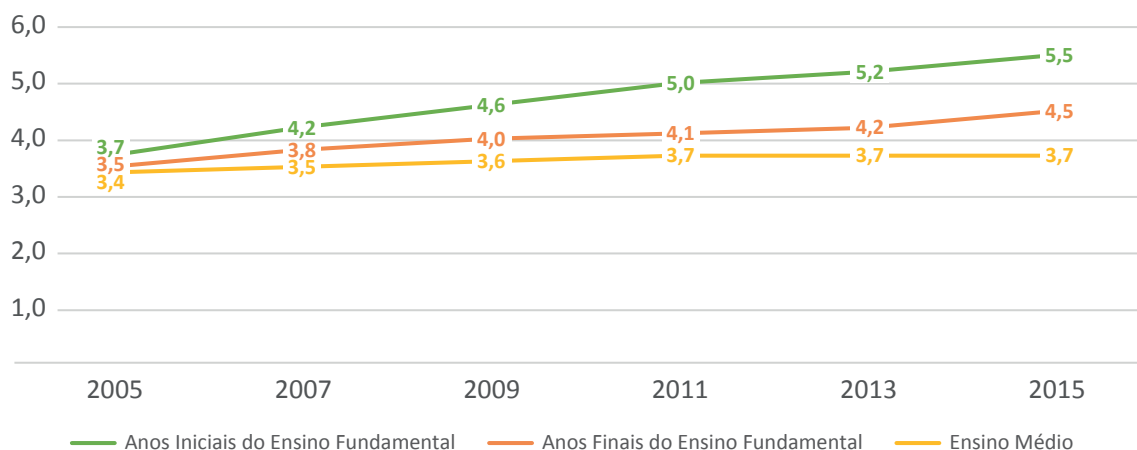
Teoricamente, o Ideb varia de 0 a 10, mas, na prática, valores próximos a 0 ou a 10 não são observados. Em 2011, o Ideb das unidades da federação variou de 2,8 a 5,9. Valores próximos a 6 são considerados razoáveis, porque são compatíveis com o nível de qualidade médio de países da OCDE em 2006³⁶.

O Ideb aumentou em todas as etapas de ensino entre 2005 a 2015, porém não na mesma medida. Como se pode observar pelo gráfico 27, enquanto o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental aumentou em 1,8 pontos no período, o Ideb do ensino médio aumentou apenas 0,3 pontos, estando praticamente estagnado nos últimos anos.

³⁵ Para maiores detalhes sobre a definição e construção do Ideb, consultar a publicação Ideb, na Série Documental – Texto para Discussão nº 26. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>

³⁶ De Olho nas Metas 2015-16, p.161. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/olho_metas_2015_16_final.pdf>

GRÁFICO 27 / Brasil: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (2005-2015)



Fonte: INEP/MEC.

Elaboração: Seplan/MP.

A comparação internacional mostra que o Brasil ainda tem muito a melhorar na educação. O desempenho dos alunos em 2015 no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês), está abaixo da média dos alunos de países da OCDE em ciências (401 pontos, comparados à média de 493 pontos), em leitura (407 pontos, comparados à média de 493 pontos) e em matemática (377 pontos, comparados à média de 490 pontos)³⁷.

Analisando os resultados do PISA, a média do Brasil na área de ciências se manteve estável desde 2006. O último ciclo do PISA com foco em ciências registrou uma elevação aproximada de 10 pontos nas notas – que passaram de 390 pontos, em 2006, para 401 pontos, em 2015 – e não representa uma mudança estatisticamente significativa. Paralelamente, a trajetória histórica observada entre os países da OCDE indica um leve declínio na média de 498 pontos, em 2006, para 493 pontos, em 2015, o que também não representa uma mudança estatisticamente significativa.

A média do Brasil na área de leitura no PISA também se manteve estável desde o ano 2000. Embora tenha havido uma elevação na pontuação de 396 pontos, em 2000, para 407 pontos, em 2015, esta diferença não representa uma mudança estatisticamente significativa. Na área de matemática, houve um aumento significativo de 21 pontos na média dos alunos entre 2003 a 2015. Ao mesmo tempo, houve um declínio de 11 pontos se compararmos a média de 2012 à média de 2015.

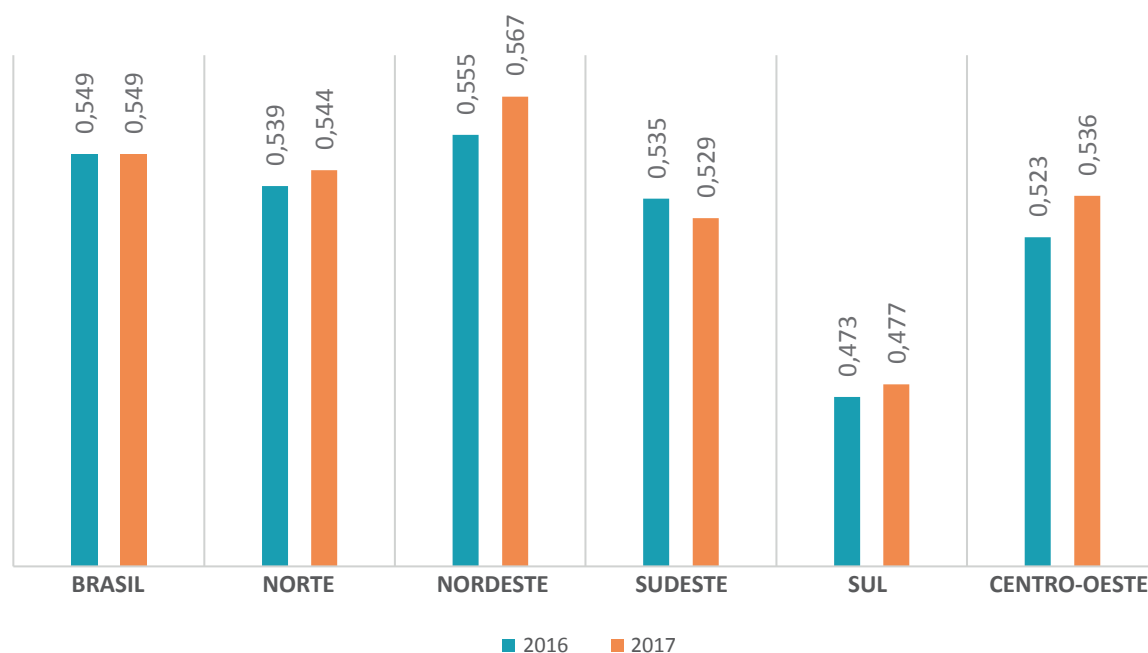
Grande parte dos problemas sociais brasileiros tem relação com os fenômenos da pobreza, da desigualdade, da exclusão e da vulnerabilidade socioeconômica, que se encontram inter-relacionados. Apesar de avanços significativos nos últimos anos, ainda há muito a se fazer, especialmente em relação a públicos específicos.

³⁷ Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_2015_brazil_prt.pdf>

O Brasil ainda é um país de alta desigualdade de renda, inclusive quando comparado a outros países da América Latina, região do planeta onde a desigualdade é mais pronunciada³⁸. Esses altos níveis são preocupantes por si só, numa perspectiva de equidade, mas também podem trazer ineficiência econômica³⁹. Em comparações internacionais, altos níveis de desigualdade estão relacionados a comportamentos não cooperativos, à criminalidade e ao baixo crescimento econômico no médio e longo prazo⁴⁰. É possível produzir vários indicadores para abordar a desigualdade de renda, entre eles o Índice de Gini, que varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

Em 2017, o Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* para o Brasil foi estimado em 0,549, o mesmo registrado em 2016. Nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, as mais populosas do País, esses índices foram de 0,529, 0,567 e 0,477, respectivamente (*gráfico 28*).

GRÁFICO 28 / Índice de Gini: Brasil e grandes regiões (2016/2017)⁴¹



Fonte: IBGE/PNADC 2016 e 2017, consolidado de primeiras entrevistas.

³⁸ HUMAN development report 2016: human development for everyone. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2016. 270 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em: Nov. 2017.

³⁹ BARR, N. The economics of the welfare state. 5th ed. Oxford: Oxford University Press, c2012. 386 p.

⁴⁰ THE SUSTAINABLE development goals report 2017. New York: United Nations, 2017. 60 p. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2017/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2017.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

⁴¹ O rendimento domiciliar per capita não inclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de «Pensionista», «Empregado doméstico» ou «Parente de empregado doméstico». Na composição do rendimento domiciliar per capita, o rendimento de trabalho efetivamente recebido no mês de referência é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Outro indicador de desigualdade, o Índice de Palma⁴², complementa o retrato dado pelo Índice de Gini, uma vez que este é influenciado pelas movimentações no centro da distribuição de rendimentos, enquanto o outro mostra historicamente maior variação, ao dar destaque às classes de rendimento para as quais se tende a direcionar políticas – topo e base, por exemplo, com política fiscal e de transferência de renda, respectivamente^{43 44}. No Brasil, em 2016, a massa do rendimento mensal real domiciliar *per capita* apropriada pelos 10% com maiores rendimentos era 4,34 vezes maior que o total de renda apropriado pelos 40% com menores rendimentos, esse índice piorou um pouco mais em 2017, chegando a 4,38.

A recessão econômica que ocorreu nos anos de 2015 e 2016, conjugada com a deterioração das contas públicas e a redução dos ganhos reais de renda da parcela mais pobre da sociedade, interrompeu o processo de redução da desigualdade. O nível de concentração de renda nos 10% mais ricos em 2016 coloca o Brasil atrás apenas dos países do Oriente Médio. Se consideramos o 1% mais rico da população, o Brasil fica em primeiro lugar, com essa parcela concentrando aproximadamente 27% da renda nacional⁴⁵.

A erradicação da pobreza é um dos pressupostos da Agenda 2030, ao mesmo tempo em que a luta contra esse fenômeno já compunha os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁴⁶, sem contar que a temática figura há alguns anos nos esforços de desenvolvimento brasileiros.

O conceito de pobreza remete a privações de diferentes tipos e tende a ser atualmente entendida como um fenômeno multidimensional, o que estaria ligado ao aumento da disponibilidade de dados. Ao mesmo tempo, permanece mais recorrente a análise unidimensional e monetária (pela renda ou pelo consumo) por razões de preferências e/ou disponibilidade de dados monetários.

⁴² Razão entre a renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres – 10+/40-

⁴³ COBHAM, A. Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality. London: Center for Global Development, 2013. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>>. Acesso em: Nov. 2017.

⁴⁴ PALMA, J. G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the “inverted-u”: the share of the rich is what it’s all about. Cambridge [Reino Unido]: University of Cambridge, Faculty of Economics, 2011. 65 p. (Cambridge working papers in economics - CWPE, 1111). Disponível em: <<http://www.econ.cam.ac.uk/research-files/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

⁴⁵ World Inequality Report, 2018.

⁴⁶ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Presidência da República: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 182 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

Para determinar pobres e não pobres sob a ótica monetária é necessário optar por uma linha de corte. A escolha de uma linha (nacional ou diferenciando as regiões do país, quer dizer, variando segundo o nível de vida local) costuma ser influenciada por critérios científicos, administrativos, políticos, disponibilidade de dados e até mesmo as preferências dos pesquisadores. No Brasil, não há linha oficial de pobreza, mas há diversas linhas (chamadas administrativas) utilizadas pelas políticas, como demonstrado na tabela 6, tais como linhas do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) – R\$ 85,00⁴⁷ (pobreza extrema) e R\$ 170,00 (pobreza)^{48,49} em seus valores de 2016 – e a linha do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – definida como o rendimento domiciliar *per capita* de ¼ de salário mínimo. Essas linhas podem ser definidas por lei (como o BPC na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, atendendo ao princípio constitucional de as pessoas viverem e envelhecerem com dignidade) ou por decisões administrativas.

Considerando-se a linha do PBSM de R\$ 170,00, pode-se dizer que, em 2016, 8,5% da população brasileira estava em situação de pobreza, alcançando 16,7% no Nordeste e 15,8% no Norte. Por outro lado, a partir da linha de pobreza do BPC, de ¼ de salário mínimo, 12,1% da população estava nessa situação.

TABELA 6

Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar per capita selecionadas segundo as grandes regiões (2016)

Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares									
	Total (1 000 pessoas)	Classes de rendimento domiciliar per capita								
		Até ¼ de salário mínimo (R\$220)	Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 440)	Até R\$85	Mais de R\$85 a R\$170	Até US\$ 1,9 PPC 2011 ¹	Até US\$ 3,1 PPC 2011 ¹	Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1)	Até 50% mediana nacional ²	Até 50% mediana regional ²
Brasil	205 386	12,1	17,8	4,2	4,3	6,5	11,9	25,4	30,1	..
Norte	17 420	22,7	26,0	6,2	9,6	11,2	22,7	43,1	49,1	32,4
Nordeste	56 733	23,1	25,9	7,9	8,8	12,9	22,9	43,5	49,4	31,1
Sudeste	86 305	6,3	13,5	2,6	1,6	3,3	6,1	15,9	19,9	25,4
Sul	29 393	4,7	10,9	1,8	1,3	2,4	4,8	12,3	16,0	22,5
Centro-Oeste	15 534	6,0	15,2	2,2	1,8	2,9	5,7	17,0	21,4	24,1

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2017 (p.63).

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

¹Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, inflacionado pelo IPCA para anos recentes.

²Mediana calculada no nível do domicílio, à exclusão dos domicílios com pessoas sem rendimento ou sem declaração de rendimentos.

⁴⁷ O valor foi atualizado para R\$ 89,00 pelo Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Durante o período da consulta pública será atualizada a distribuição percentual constante da tabela 6 e serão realizados os ajustes necessários no texto.

⁴⁸ Decreto nº 8.794, em 29 de junho de 2016.

⁴⁹ O valor foi atualizado para R\$ 178,00 pelo Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Durante o período da consulta pública será atualizada a distribuição percentual constante da tabela 6 e serão realizados os ajustes necessários no texto.

O foco da Estratégia Nacional está na linha de pobreza definida no PBSM. De qualquer forma, qualquer linha tem vantagens e inconvenientes. Uma linha administrativa em reais pode estar defasada pela inflação, pois não costuma haver atualização sistemática – tornando-a então inadequada para aferir a evolução do padrão de vida. As linhas balizadas em uma porcentagem do salário mínimo têm o benefício de incluir um fator de correção implícito, mas sofrem de outro viés, pois o salário mínimo pode ter perdas ou ganhos reais no tempo.

Outra medida relevante é o recorte da linha de pobreza extrema internacional, construída a partir dos 15 países mais pobres, estabelecida como indicador global e calculada pelo Banco Mundial. Seu valor é atualmente de US\$ 1,90 por dia de renda ou consumo⁵⁰ *per capita* em paridade de poder de compra – PPC, revisada em 2011. Mesmo se calculada a partir dos países mais pobres, essa linha tem muita relevância no nível mundial, pois o relatório global de acompanhamento da Agenda 2030 estimou que ainda havia 767 milhões de pessoas na pobreza extrema em 2013⁵¹. Um cálculo aproximado com a PNAD Contínua, em 2016, indica que 6,5% dos moradores de domicílios permanentes estavam na pobreza extrema segundo esse critério. O quantitativo de pessoas com renda ou consumo até de 50% da mediana nacional é outro indicador relevante, já que foi proposto para a meta 10.2 dos ODS: *“Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”*.

No nível internacional há, além da linha de pobreza extrema global, outras que se constroem a partir de linhas nacionais e dão conta das diferenças de nível de desenvolvimento dos países. Atualmente, para países de nível médio-alto de desenvolvimento, como os da América Latina, o Banco Mundial usa a linha de pobreza de US\$ 5,5 por dia PPC (revisão 2011). Calculada a partir da PNAD Contínua, a linha de US\$ 5,5 por dia correspondia a R\$ 387,07 por mês em 2016 e incluía 25,4% da população brasileira na pobreza, tendo a maior incidência no Nordeste (43,5%) e a menor no Sul (12,3%). A linha de US\$ 5,5 é defendida como um recorte válido para detalhar o nível de vida da população brasileira, revelando desigualdades.

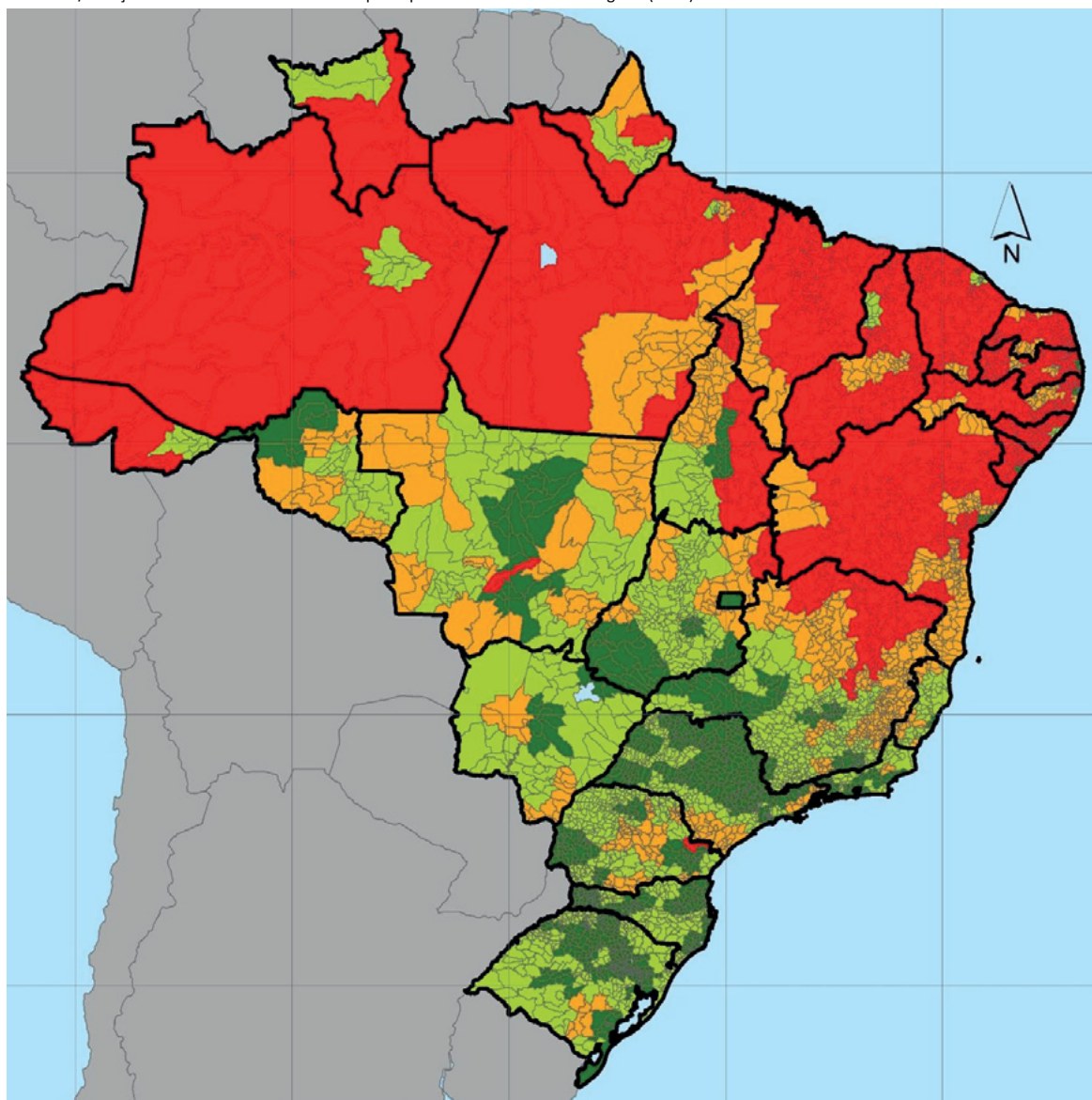
Avaliar as diferenças regionais é importante para apontar os lugares onde maiores e menores contingentes de pessoas estão passando por dificuldades econômicas por não terem acesso a recursos monetários. A Figura 7 mostra que, em uma parcela expressiva das regiões Norte e Nordeste, a população vive com menos da metade da renda média domiciliar per capita do país. Desta forma, ao trabalhar a questão da desigualdade e pobreza

⁵⁰ As Nações Unidas e o Banco Mundial iniciaram o acompanhamento da pobreza global com a medida de 1 dólar por dia em 1990. Essa medida foi consagrada pelos ODM e se mantém na Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável. Tal medida foi revisada para US\$1,08 em 1993, US\$1,25 em 2005 e chegou a US\$1,90 em 2015.

⁵¹ UNITED NATIONS. *Sustainable development goals*. New York, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>. Acesso em: nov. 2017.

no país, é necessário considerar explicitamente as variáveis territoriais, pois a pobreza se concentra regionalmente e apresenta forte desigualdade intra-regional. As desigualdades regionais têm diminuído nas últimas décadas, mas a um ritmo lento que, mantida a renda da região Nordeste, demoraria mais de meio século para chegar à média nacional⁵².

FIGURA 7 / Relação entre o rendimento domiciliar per capita nacional e das microrregiões (2010)



Legenda

- Até 50% do Rendimento Domiciliar PC nacional
- De 50% a 75% do Rendimento Domiciliar PC nacional
- De 75% a 100% do Rendimento Domiciliar PC nacional
- Superior ao Rendimento Domiciliar PC nacional
- Sem informação

Fonte: SDR/MI

⁵² “Projetando-se a taxa de crescimento observada na década de 2000, estimou-se que seriam necessários cerca de cinquenta anos para o PIB *per capita* do Nordeste atingir 75% do PIB *per capita* nacional” p. 35. Resende, Guilherme Mendes “Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos Regionais” Rio de Janeiro: Ipea, 2014.v.1: il., mapas.

4

MEGATENDÊNCIAS E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a elaboração desta Estratégia Nacional, devem ser observados os rumos que o mundo e o país estão sendo direcionados. Como *proxy* destes rumos, este relatório aborda as megatendências mundiais e os acordos internacionais, aqui representados pelos ODS.

As megatendências – fatores de grande certeza de ocorrência no desenvolvimento mundial, que já se desenham no presente e, de modo contínuo, apontam para o futuro – devem, necessariamente, ser incluídas quando se pensa o planejamento nacional, haja vista representarem importantes oportunidades ou riscos para a forma como as políticas deverão evoluir.

Por sua vez, os ODS fazem parte de um protocolo internacional assinado pelo Brasil em conjunto com 192 países, em setembro de 2015. Nele, o país assumiu o compromisso de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Considerando-se sua amplitude, os ODS são uma boa *proxy* para os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

4.1

Megatendências

Para o levantamento das megatendências, este documento recorreu a trabalhos feitos por diversos agentes, entre eles, o estudo do Ipea Megatendências Mundiais 2030, em trabalho conjunto com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento, em trabalho conjunto com a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor), a publicação do BNDES intitulada Panoramas Setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil e algumas publicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), entre elas, Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável e As tendências mundiais e o futuro da América Latina.

Mesmo ciente de que as megatendências perpassam todos os eixos, buscou-se dividir as tendências por eixo tendo por base as políticas que serão mais impactadas por estas.

Eixo 1: econômico

As megatendências da área econômica estão relacionadas com os desenvolvimentos científico e tecnológico que impactam de forma significativa a eficiência dos setores produtivos. Também se espera a continuidade da globalização da economia mundial e um crescimento mais acelerado por parte dos países emergentes. Nesse sentido, destacam-se algumas megatendências, conforme descritas a seguir.

QUADRO 7 / Megatendências do eixo econômico

O crescimento econômico mundial será sustentado pelos países emergentes.

O setor de serviços ampliará sua participação no PIB mundial em detrimento dos demais setores.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) continuarão modificando a natureza do trabalho e a estrutura de produção, de educação, de relacionamento pessoal e de lazer.

O desenvolvimento tecnológico multidisciplinar ocorrerá em ritmo cada vez maior e com aplicações tecnológicas cada vez mais integradas.

A demanda mundial por alimentos continuará em crescimento.

Elaboração dos autores.

Estima-se que, em 2030, os países em desenvolvimento corresponderão a mais da metade do PIB global. Enquanto o mundo, conforme Cepal (2016) se move para mega-acordos comerciais e se articula em torno de um conjunto de poucos atores (Estados Unidos, União Europeia e China), integrados a suas regiões e com grande poder de negociação, a América Latina continua fragmentada e sem uma estratégia comum. As dificuldades do cenário internacional tornam necessário um esforço a favor da convergência e fortalecimento dos mecanismos de integração regional.

A despeito disso, desigualdades regionais continuarão a existir. Índia e China terão mais de 35% da população mundial e 25% do PIB. Nesses países, assim como no resto do mundo, ocorre também o processo de ampliação da participação do setor de serviços em detrimento dos demais setores, em especial o industrial. Os países desenvolvidos, entretanto, têm enfrentado esse processo, mas investem fortemente na capacidade produtiva intelectual da população, por meio de educação e pesquisa, o que permite a geração de empregos mais sofisticados no setor de serviços. Nesse caso, a expansão do setor de serviços acaba sendo benéfica devido à dinâmica produtiva, podendo esta gerar produtividade para os demais setores, em um movimento de transformação e geração de mais riqueza.

Ademais, os avanços científicos e tecnológicos vêm contribuindo para acelerar o desenvolvimento das nações e o empoderamento dos cidadãos, e para nortear políticas inovadoras de difusão da informação e do conhecimento. Ciência e tecnologia têm sido cada vez mais impulsionadas pela economia da inovação, consolidando uma nova era, movida pela automação, robótica, nanotecnologia e biotecnologia. Dessa forma, a natureza das relações humanas e a economia serão gradualmente influenciadas pelas TICs, modificando a natureza do trabalho e a estrutura de produção, de educação, de relação entre pessoas e lazer, com potenciais reflexos na estrutura do contrato social.

Ao mesmo tempo, a tendência de aceleração do desenvolvimento tecnológico tem desenvolvido aplicações tecnológicas cada vez mais integradas. Os novos produtos e serviços serão desenvolvidos já integrados às diversas mídias e conectados à internet (internet das coisas). O impacto da Indústria 4.0 sobre a produtividade, a redução de custos, o controle sobre o processo produtivo, a customização da produção, a aplicação de inteligência à massa de dados, entre outros, aponta para uma transformação profunda nas plantas fabris, com impactos sobre os empregos, as organizações e as instituições das sociedades modernas, elevando riscos da exclusão digital e novas formas de exclusão.

Percebe-se, também, maior segurança na transferência de informação a partir de métodos de mecânica quântica de codificação. Haverá crescimento da pesquisa e desenvolvimento com o tratamento e a geração de informação de grandes bases de dados (*big data*). No setor de petróleo e gás, o tratamento de grande quantidade de dados por meio de *big data* deverá acelerar a utilização de tecnologias de: i) processamento de superfície; ii) tecnologia de poços; e iii) instalações submarinas. Existe a expectativa de que, até 2030, em vez de ficarem na plataforma, as unidades de processamento passem a ser instaladas no leito submarino, o que irá reduzir custos e tempo para a entrada em operação dos campos do pré-sal brasileiro.

A nanofabricação e a produção de tecnologias híbridas – que mesclam eletrônica com biologia – deverão ser as bases da cadeia eletrônica no futuro. A computação cognitiva, com uso de inteligência artificial (AI) para gerar informações relevantes, a partir de *big data*, é outra fronteira que será amplamente explorada. A manufatura aditiva (impressão 3D), por sua vez, deverá revolucionar cadeias produtivas com a produção de peças sobressalentes somente quando e no local onde são necessárias (BNDES, 2017).

A medicina será mais personalizada, suportada por informações genômicas de cada indivíduo. A pesquisa genômica permitirá:

i) aprofundar a visão e a perspectiva sobre os mecanismos subjacentes

- da doença em nível molecular e o desenvolvimento de biomarcadores;*
- ii) estratificar doenças complexas em seus subtipos distintos para teste, diagnóstico e tratamento contra as drogas adequadas, elevando o nível de precisão da medicina; e*
- iii) gerar métricas para monitoramento do estado de saúde e bem-estar.*

Nesse contexto, a possibilidade de desenvolver produtos específicos para grupos menores de pacientes pode baratear os custos de desenvolvimento, em função da redução do universo de pessoas tratadas, representando, assim, uma oportunidade para inserção de empresas brasileiras em produtos de nicho (BNDES, 2017).

Na agropecuária, as mudanças tecnológicas envolvem avanços na agricultura de precisão, em que ferramentas de controle são acopladas à internet, permitindo análise remota das operações no campo, e a utilização de *drones* capazes de detectar a presença de pragas. A tendência é de aumento da demanda mundial por alimentos. Haverá aumento, principalmente, da demanda por carne bovina, laticínios e peixe. Além disso, prevê-se intensificação nos investimentos em alimentos básicos geneticamente modificados (especialmente nos países desenvolvidos) e em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que garantam a segurança alimentar global, desenvolvendo as tecnologias de energia e biotecnologia, que deverão ter forte impacto mundial em diversos setores produtivos.

Essa tendência consubstancia-se em um fato positivo para o Brasil, onde tem-se uma notável vantagem competitiva na agricultura e em tecnologias bio em geral, além de nichos nos quais o Brasil possui reconhecida *expertise* – por exemplo: exploração de petróleo em águas profundas, aviação, *softwares* bancários, *e-governement*, apenas para citar alguns. Essas *expertises* e potencialidades, se bem aproveitadas, nos permitirão manter a posição de liderança mundial no desenvolvimento de rotas tecnológicas nesses segmentos. A agropecuária brasileira deverá continuar a se expandir em ritmo superior à média mundial, o que implica em manutenção de importante papel das *commodities* na balança comercial brasileira e na pauta exportadora, ainda que a diversificação na direção de outros segmentos de elevado valor agregado e menos vulneráveis a oscilações de preços internacionais (elevação da complexidade das exportações) seja um objetivo.

Eixo 2: institucional

No eixo institucional, esperam-se governos mais preocupados com a responsabilidade fiscal e transparência, com uma crescente participação de empresas privadas na prestação de serviços públicos e maior participação da sociedade civil que cobrará cada vez mais um Estado eficiente e com melhoria crescente na prestação dos serviços públicos. As TICs serão importantes aliadas dos governos na gestão e prestação de serviços públicos, em particular pelo fornecimento de ferramentas mais efetivas de transparência da gestão e de participação popular. Dessa maneira, destacam-se, a seguir, algumas megatendências observadas no eixo institucional.

QUADRO 8 / Megatendências do eixo institucional

A responsabilidade fiscal dos governos permanecerá como uma das principais questões de governança global.

A participação na prestação de serviços públicos por empresas privadas será crescente.

O empoderamento dos indivíduos e da sociedade civil organizada será crescente, elevando demandas de ações de prestações de contas e transparência no setor público.

As tecnologias de informação e comunicação terão usos crescentes na gestão e prestação dos serviços públicos.

O mundo será mais multipolarizado e globalizado, com crescimento da importância econômica e geopolítica da Ásia.

Os Estados Unidos permanecerão com grande influência econômica e política.

O crescimento da influência das empresas transnacionais nas decisões políticas dos estados.

A reorganização comercial ocorrerá por mega-acordos.

Elaboração dos autores.

A responsabilidade fiscal dos governos tende a permanecer como uma questão global, pois o nível global da dívida pública líquida deverá elevar-se. Este dado, conjugado com a tendência de envelhecimento populacional, traz grandes desafios para o equacionamento de questões fiscais por conta do consequente aumento dos gastos com saúde e previdência. De forma geral, são fatores que afetam a capacidade dos governos de oferecerem serviços públicos, ao mesmo tempo em que trazem riscos, na medida em que pioram a percepção dos mercados da sustentabilidade da dívida pública.

Para superar os novos desafios ligados à rápida urbanização, espera-se que o setor privado assuma mais funções de serviços públicos, surgindo novas questões sobre o controle democrático, a transparência e a prestação de contas (European Commission, 2011 *apud* Ipea, 2015). No Brasil, essa tendência vem acelerando a partir da década de 1990, com o processo de transição para um Estado regulador. Algumas evidências são a privatização de empresas públicas e a concessão e a autorização para a operação de serviços públicos e dos investimentos em telefonia, saneamento, energia elétrica, transporte rodoviário, ferroviário e aeroviário.

Ao mesmo tempo, pode-se salientar que a redução da pobreza, o crescimento do nível de escolaridade, as melhorias na saúde, o uso disseminado das TICs e a ascensão das mulheres e da classe média contribuirão para o aumento da autonomia e da participação dos indivíduos. Esse empoderamento individual, movimento cuja tendência é de aceleração durante os próximos doze anos, provavelmente conduzirá a uma nova era de democratização, com crescimento dos valores de liberdade individual, de igualdade e de direitos humanos, tanto em nível internacional quanto doméstico (European Commission, 2011; Dynkin, 2011; United States, 2012^a; KPMG International, 2013 *apud* Ipea, 2015).

Com o crescimento do empoderamento individual, cresce também o das organizações não estatais. Em particular, as redes da sociedade civil nacional e transnacional e as empresas privadas irão desempenhar um papel fundamental nas próximas décadas. Seus poderes e suas influências serão maiores do que os de muitos Estados e poderão levar a novas formas de governança e de ação cívica. A maior participação dos indivíduos também poderá gerar a criação de um poder paraestatal que coloque em xeque as instituições públicas e seus poderes (European Commission, 2011; United States, 2012^a; KPMG International, 2013 *apud* Ipea, 2015). Poderá, também, haver aumento da pressão da sociedade civil para a participação direta na arena política, bem como tendem a minguar a influência central da política partidária tradicional e das estruturas de governança.

Dessa maneira, é possível um crescimento de tensão e conflitos, pois, a maior demanda por qualidade de vida, fruto da melhora do nível educacional, da consciência de cidadania, da redução da assimetria de informações e da incapacidade dos governos de disponibilizarem tais serviços, poderá gerar uma lacuna entre as expectativas populares e os serviços governamentais prestados. Quanto mais as pessoas prosperarem, maiores serão seus desejos e suas expectativas para si e para sua família e, por consequência, maior será o potencial de descontentamento. Essas lacunas poderão vir a promover mudanças nos processos de decisão política e de prestação de contas, tornando-as mais eficazes e democráticas, apesar de, inicialmente, poderem também ser uma fonte potencial de tensão e de conflitos (Rockefeller Foundation e GBN, 2010; European Commission, 2011; Shell, 2013 apud Ipea, 2015).

Por outro lado, o uso intensivo de TICs pelo setor público ampliará a eficiência e a eficácia da administração pública, possibilitando a integração de bancos de dados e o melhor conhecimento das necessidades e demandas dos cidadãos, além de uma melhor identificação de fraudes e, portanto, maior aprimoramento dos mecanismos de recuperação e de prevenção do desvio de recursos públicos. O avanço das TICs permitirá oferecimento de serviços públicos de maior qualidade e customizados à necessidade de cada cidadão. São exemplos de soluções de internet das coisas, propiciando cidades inteligentes, com grande potencial de impacto socioeconômico:

- i) monitoramento de crime por vídeo e sensores;*
- ii) câmeras de trânsito e controle de tráfego centralizado e adaptável;*
- iii) medidores inteligentes de energia elétrica;*
- iv) iluminação pública inteligente; e*
- v) medidores de água inteligentes para gestão da demanda.*

No campo das relações internacionais, o período deve ser marcado por incertezas quanto à existência de convergência ou de conflito entre países no campo da segurança internacional. O mundo tende a apresentar um caráter mais multipolarizado e globalizado, com: a entrada de novas potências emergentes; o crescimento da importância econômica e geopolítica da Ásia; a influência de estados médios na geopolítica mundial; e o desgaste relativo dos Estados Unidos e da Europa. Apesar disso, os Estados Unidos permanecerão com grande influência econômica e política e a União Europeia envidará esforços para manter-se como centro transnacional de influência.

Em meio à crescente globalização, observar-se-á o crescimento da influência das empresas transnacionais nas decisões políticas dos Estados. Instituições globais como a

Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a ONU terão de se adaptar ao novo cenário de poder global. Serão estabelecidas instituições políticas para assegurar a regulação de áreas de domínio econômico público internacional, o que pode gerar concorrências e conflitos políticos. Haverá, também, crescimento da atuação de organizações não governamentais para superar desafios globais de desenvolvimento humano.

Eixo 3: infraestrutura

As megatendências do eixo infraestrutura estão bastante relacionadas com o crescimento populacional e o adensamento urbano, com o consequente aumento na demanda por infraestrutura urbana, de transportes, de telecomunicações, de energia e de água. A seguir, destacam-se as megatendências observadas para o eixo da infraestrutura.

QUADRO 9 / Megatendências do eixo infraestrutura

A demanda por energia continuará em crescimento.

As energias renováveis terão maior participação na matriz energética.

O acesso à internet e aos serviços de comunicação serão ampliados.

A demanda de infraestrutura e serviços básicos crescerá com a intensificação da urbanização, da concentração da população e da expansão das cidades.

A utilização de veículos automatizados no transporte coletivo vai aumentar.

Elaboração dos autores.

No campo da energia, é previsto aumento da demanda mundial em 50% e espera-se que sua oferta seja por meio de uma matriz energética diversificada, com aumento do peso de energias renováveis. Haverá um aumento na participação de novas fontes de energia, mas as fontes tradicionais – petróleo, gás e carvão – e de energia nuclear manterão sua posição de liderança (EPP-ED Group, 2007; Rockefeller Foundation e GBN, 2010; KPMG International, 2013; United States, 2013; Shell, 2013 apud Ipea, 2015). Espera-se, também, o aumento de incentivos tarifários para investimentos em energia verde. Outro ponto importante, no campo da energia, é que os veículos híbridos serão maioria no mundo na década de 2030.

No Brasil, o diferencial de custos entre a fonte hidrelétrica e as energias alternativas tem se reduzido, contribuindo para o desenvolvimento das energias eólica, solar e biomassa. Nesse contexto, novos avanços tecnológicos deverão aumentar a competitividade e o uso da biomassa, como é o caso da evolução tecnológica na produção de etanol por hidrólise.

Adicionalmente, as novas tecnologias associadas à internet das coisas, aplicadas ao setor elétrico, por meio das redes elétricas inteligentes, tenderão a empoderar os consumidores a decidirem: *i)* quando e quanto consumir em cada momento do tempo (devido à medição e à sinalização de preços por volume de energia consumida em cada momento); e *ii)* investir em recursos energéticos distribuídos, nos casos em que é mais econômico gerar a própria energia em vez de unicamente comprá-la de distribuidoras ou comercializadoras de energia.

Têm-se ainda como tendências que, na década de 2030, o mundo seja cada vez mais interconectado, com mais da metade da população mundial com acesso à internet. A internet de alta velocidade sem fio estará disponível em todo o mundo, para as classes alta e média e para todas as regiões rurais dos países desenvolvidos. Haverá crescimento dos sistemas de comunicação sem fio incluindo redes de longa distância. É preciso, porém, atentar para a exclusão digital e as novas formas de exclusão tecnológica nos países mais pobres.

Por fim, dado o crescimento populacional e o processo de intensificação da urbanização, da expansão das cidades e da concentração da população, haverá aumento da demanda por infraestrutura e serviços básicos. Em 2030, mais de 80% da população mundial viverá em cidades; a população urbana da América Latina será superior a 90%, tornando-se a região com maior concentração urbana no planeta. No entanto, a intensificação desse processo ocorrerá especialmente na África e na Ásia, o que poderá agravar a degradação ambiental e aumentar as tensões sobre recursos como água e energia e pressionar serviços de infraestrutura, como habitação, transporte, saneamento e telecomunicações, bem como emprego e serviços básicos, por exemplo, educação e saúde.

Tais investimentos serão influenciados pelo avanço tecnológico em função do surgimento de tecnologias disruptivas. Desse modo, é provável que os sistemas de transportes no futuro sejam predominantemente elétricos e altamente automatizados, sobretudo nos países desenvolvidos, contribuindo para a redução do uso de veículos particulares e, consequentemente, dos problemas de congestionamentos nos grandes centros urbanos e da emissão de gases poluentes. Segundo o Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), os veículos autônomos poderão reduzir a demanda de veículos particulares em 80%. Além disso, o Banco Mundial estima que os veículos autônomos representarão 25% do mercado mundial em 2040⁵³.

⁵³ Para mais informações, acessar o *link*: <<https://bit.ly/2L4iOdj>>.

Em nível global, apesar dos esforços dos governos nacionais, a lacuna de investimentos em infraestrutura permanece significativa tanto nas economias desenvolvidas quanto nas emergentes. Embora exista uma forte demanda por infraestrutura na maioria das economias, há desafios em atrair financiamento apropriado para apoiar o desenvolvimento de tais infraestruturas, em particular o financiamento do setor privado. Investimento em infraestrutura, em geral, exige prazos longos, pois as transações são vultosas, singulares, ilíquidas e a exposição ao risco subjacente não é facilmente compreendida.

Eixo 4: ambiental

O eixo ambiental caracteriza-se pela forte dependência em relação aos demais eixos. O aumento populacional, conjugado com a manutenção do modelo econômico vigente e a maior disseminação do padrão ocidental de consumo, levará a uma maior exploração dos recursos naturais e ambientais. Como consequência, a seguir, salienta-se as megatendências observadas para o eixo ambiental.

QUADRO 10 / Megatendências do eixo ambiental

A degradação ambiental continuará sendo uma preocupação mundial.

A demanda por recursos hídricos será crescente.

A participação de fontes renováveis na matriz energética mundial será ampliada.

A manutenção da ocorrência de eventos climáticos extremos e o aumento do debate sobre as questões relacionadas às mudanças do clima.

O aumento da pressão pela adoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento.

A biotecnologia e, conseqüentemente, a bioeconomia continuarão se desenvolvendo.

Elaboração dos autores.

O modelo econômico vigente e a maior demanda por alimentos, associados ao comportamento de cidadãos e países, continuarão a pressionar o meio-ambiente e manterão a degradação ambiental, conduzindo à escassez de recursos naturais, se nada for feito objetivando mudar tal situação.

Espera-se, também, o aumento da demanda por recursos hídricos, que, por sua vez, estarão menos disponíveis. Essa tendência acarretará no fato de, aproximadamente, 1 bilhão de pessoas a mais viverão em áreas com escassez de água e quase metade da população mundial viverá em áreas com grave estresse hídrico. Devido a esse contexto de escassez hídrica, o conflito pelo uso dos recursos hídricos será ampliado.

O setor energético desempenhará um papel essencial na redefinição do estilo de desenvolvimento. Os avanços tecnológicos diminuíram os custos das energias renováveis para níveis que as tornam competitivas com as energias fósseis. Assim, espera-se a ampliação da participação de fontes renováveis na matriz energética. A América Latina, e sobretudo o Brasil, tem vantagens na geração de energias renováveis, particularmente a hidráulica, a solar e a eólica.

A degradação ambiental e a manutenção da primazia dos combustíveis fósseis como principal fonte de energia, apesar da tendência de ampliação da participação de fontes renováveis, intensificará os efeitos da mudança do clima, como, por exemplo, a ocorrência de eventos climáticos extremos.

O aumento da pressão pela adoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento pode acelerar o ciclo de inovações ambientais, que se transformarão em ativos competitivos das empresas. A ascensão de ideais de preservação e sustentabilidade entre os consumidores fará com que considerável parte dos empreendimentos passe a ver o sustentável como oportunidade de negócios; nessa perspectiva, as regulações nesta matéria terminam favorecendo sua competitividade. Por isso, pode-se considerar que a questão ambiental abre uma ampla oportunidade para uma transformação tecnológica e produtiva que seja a base da geração de empregos de qualidade.

Os desenvolvimentos da biotecnologia e da bioeconomia⁵⁴ também representam oportunidades em um mundo onde as questões ambientais tenderão a ser cada vez relevantes. A geração de conhecimento, tecnologias, inovações, produtos e serviços, a partir da

⁵⁴ Entende-se por bioeconomia as atividades econômicas provenientes da inovação no campo das ciências biológicas, que culminam no desenvolvimento de produtos, processos e serviços mais sustentáveis, por meio da biotecnologia. A bioeconomia traz ao mercado soluções inovadoras, em sua maioria, de alto valor agregado, cuja produção deverá contribuir intensamente para o desenvolvimento socioeconômico do país.

biodiversidade brasileira, tem potencial para dar um salto qualitativo e competitivo na agregação de valor aos recursos naturais e aos serviços ambientais e na obtenção de produtos e processos inovadores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país, em consonância com a preservação e a conservação da biodiversidade.

A bioeconomia representa uma estratégia eficaz para a descarbonização da economia. É um âmbito no qual interagem, estreitamente, as dimensões ambiental e tecnológica e a criação de novos setores, com potencial de efetivamente promover mudanças com capacidade de elevado impacto transformacional.

Eixo 5: social

O eixo social tem como ideia predominante a transição demográfica para um novo perfil populacional mundial, com peso maior da classe média. Nesse sentido, a sociedade está cada vez mais envelhecida, escolarizada, conectada e empoderada, exigindo dos governos maior qualidade de vida, o que implicará uma adaptação do papel do Estado frente aos novos desafios sociais e populacionais. Destacam-se, adiante, as megatendências observadas para o eixo social.

QUADRO 10 / Megatendências do eixo ambiental

O crescimento da população se dará em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional.

A mortalidade infantil se manterá em redução.

A participação da população em idade ativa (PIA) será reduzida em escala global.

Os movimentos migratórios se intensificarão.

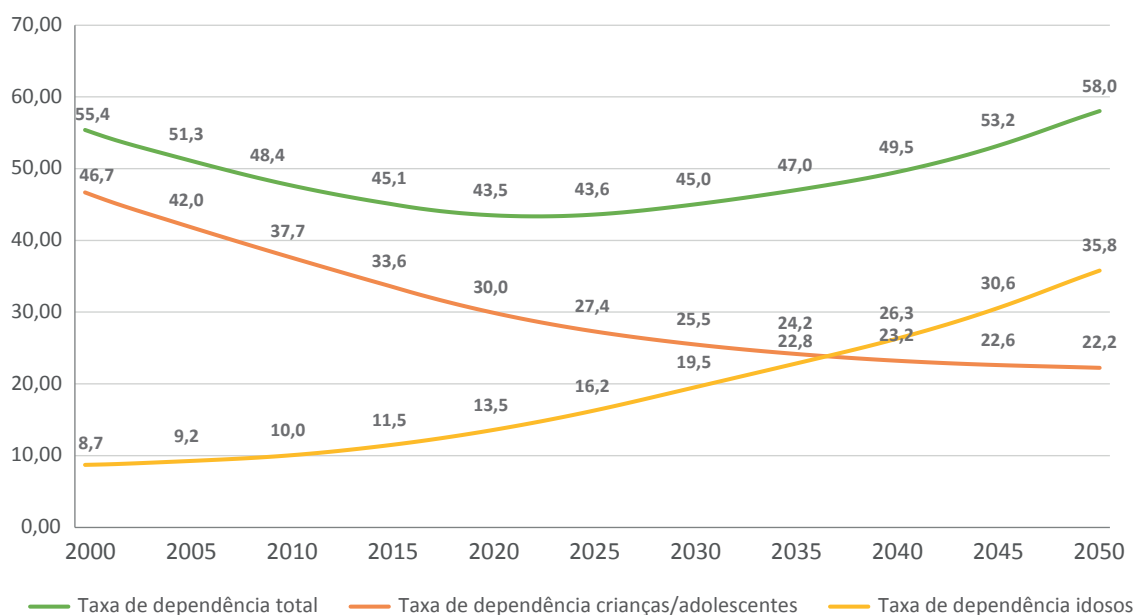
A pressão social para alcançar proporções equitativas em todos os níveis será maior: renda do trabalho e capital; população urbana e rural; capital e regiões; homens e mulheres; raças distintas; e povos indígenas.

Elaboração dos autores.

O crescimento populacional pressionará fontes de energia, água, alimentação, uso da terra e extração mineral, sobretudo no mundo em desenvolvimento. Prevê-se a redução da taxa de natalidade, impulsionada pelo aumento do nível educacional das mulheres e a maior inserção destas no mercado de trabalho. Ademais, a mortalidade na infância tende a se manter em redução.

O envelhecimento populacional é resultado da taxa de natalidade decrescente e do aumento da expectativa de vida. Essa tendência elevará em 3,2 pontos percentuais do PIB os gastos com seguridade social nos países em desenvolvimento até 2030. Nesse contexto, o aumento da população idosa desafia os sistemas de previdência e saúde, bem como a produtividade do mercado de trabalho, a capacidade fiscal e a inclusão social. Para o Brasil, dados do IBGE demonstram que a razão de dependência de pessoas idosas de 65 anos ou mais⁵⁵ será maior que a razão de dependência de crianças e adolescentes com até 14 anos⁵⁶ por volta de 2037, conforme demonstrado no gráfico 29.

GRÁFICO 29 / Taxas de dependência e bônus demográfico no Brasil



Fonte: IBGE (2013).

Elaboração: Seplan/MP.

Em termos mundiais, há tendência de redução da participação da população em idade de trabalhar (entre 15 e 64 anos). O Brasil, pelo contrário, ainda experimenta o bônus demográfico, com crescimento na participação da PIA, mas a “janela de oportunidade” demográfica do Brasil está se fechando rapidamente. Estima-se que ocorra uma inflexão

⁵⁵ Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população de 15 a 64 anos de idade (pessoas em idade de trabalhar).

⁵⁶ Razão entre a população de até 14 anos de idade e a população de 15 a 64 anos de idade (pessoas em idade de trabalhar).

por volta de 2023, quando a razão de dependência total alcançará o valor mínimo de 43,4 e começará a aumentar. Como consequência, o país precisa encontrar novas fontes de crescimento, pois reduzirá o efeito demográfico da expansão da força de trabalho, um dos fatores que elevaram o PIB nos últimos anos.

Países desenvolvidos terão na intensificação de movimentos migratórios internacionais – em decorrência da instabilidade política e econômica, bem como de fatores climáticos globais – um mitigador da forte redução que sentiriam na PIA. O fator mais importante na determinação dos fluxos migratórios será a política de acolhimento dos países.

Na América Latina, haverá maior pressão social para alcançar proporções equitativas em todos os níveis: renda do trabalho e capital; população urbana e rural; capital e regiões; homens e mulheres; raças distintas; e povos indígenas. Vale ressaltar que os programas para reduzir a pobreza foram ampliados, nas últimas décadas, e alcançaram progressos visíveis em vários países, mas o nível de desigualdade variou pouco. Embora a questão do crescimento das desigualdades seja um tema central no debate internacional e um dos temas priorizados nos ODS, a redução das desigualdades de renda não pode ser considerada propriamente uma tendência, mas sim uma incerteza crítica para os cenários globais⁵⁷. Olhando para o futuro, as políticas sociais mudarão da luta contra a pobreza para o estreitamento da diferença entre ricos e pobres, a fim de gerar mais mobilidade social, agora limitada.

4.2 ODS

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada pelos 193 Estados-membros da ONU, em 2015, e define 17 ODS, 169 metas e 244 indicadores a eles associadas. As principais temáticas do desenvolvimento nacional vão desde a erradicação da pobreza e da fome até a superação dos desafios inerentes a: infraestrutura para o desenvolvimento; ciência, tecnologia e inovação; cidades sustentáveis; trabalho decente; crescimento econômico; paz e justiça; combate às mudanças climáticas; oferta de saneamento básico; redução das desigualdades; saúde e bem-estar; educação de qualidade; entre outros.

⁵⁷ Ver mais informações em Word Economic Forum (2017b).

A Agenda 2030 caracteriza-se como oportunidade à sociedade brasileira de endereçar, por exemplo, questões que são fundamentais ao futuro do país, como a retomada do planejamento de longo prazo, uma vez que estabelece objetivos e metas para um período que extrapola os tradicionais ciclos de médio prazo (mais recentes) do planejamento brasileiro (de quatro anos).

Na chamada fase de internalização da Agenda 2030, na qual o compromisso global é apropriado pelo país e se transforma na Agenda 2030 Brasil, existe considerável esforço em andamento de adequação das metas e dos indicadores globais à realidade brasileira, ao que vivemos aqui, à realidade que nos diz respeito, aos desafios nacionais. Em razão da transversalidade dos ODS e da importância da participação conjunta entre governo federal e sociedade civil em geral, sua implementação requer ações articuladas e integradas para a promoção de políticas públicas que contribuam para o alcance de objetivos e metas.

Por essas razões, a chamada Agenda 2030 Brasil deve ser internalizada pela Estratégia Nacional, uma vez que é um compromisso do Estado brasileiro, mas, sobretudo, uma oportunidade ímpar para a sociedade brasileira romper o *status quo* vigente e se organizar para uma caminhada com foco determinado até 2030. Ademais, esse ambicioso compromisso internacional possui grandes convergências com esta proposta de Estratégia Nacional, tanto na identificação de desafios e ações necessárias para superá-los quanto no seu horizonte temporal. Assim, os dois instrumentos se retroalimentam, sendo que:

- as prioridades definidas na Estratégia Nacional devem ser refletidas na gestão da Agenda 2030; e
- a internalização da Agenda 2030, mediada pela Comissão Nacional dos ODS, se reflete na Estratégia Nacional, como no caso dos índices-chave que foram definidos levando em consideração as metas e indicadores dos ODS.

A tabela 7 traz a relação entre os índices-chave da Estratégia Nacional e os ODS.

TABELA 7

Relação entre os índices-chave da Estratégia Nacional de desenvolvimento econômico e social e os ODS

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
	IDH	<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p> <p>Indicador 1.2.1 – Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade</p> <p>Indicador 1.2.2 – Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais</p> <p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p> <p>Indicador 2.1.1 – Prevalência de subalimentação</p> <p>Indicador 2.2.1 – Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade</p> <p>Indicador 2.2.2 – Prevalência de mal nutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de mal nutrição (baixo peso e excesso de peso)</p> <p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</p> <p>Indicador 3.8.1 - Cobertura da Atenção Primária à Saúde</p> <p>Indicador 3.b.3 - Proporção de estabelecimentos de saúde que dispõem de um conjunto básico de medicamentos essenciais e relevantes disponíveis e a custo acessível em uma base sustentável</p> <p>Indicador 3.c.1 - Número de profissionais de saúde por habitante</p> <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p> <p>Indicador 4.3.1 – Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos doze meses, por sexo</p> <p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos</p> <p>Indicador 8.5.1 – Salário médio por hora de empregados por sexo, por ocupação, idade e pessoas com deficiência</p>
Econômico	Varição real do Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i>	<p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos</p> <p>Meta 8.1 – Sustentar o crescimento econômico <i>per capita</i> de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do PIB nos países menos desenvolvidos</p> <p>Indicador 8.1.1 – Taxa de crescimento real do PIB <i>per capita</i></p>
	Varição real da produtividade	<p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</p> <p>Meta 8.2 – Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra</p> <p>Indicador 8.2.1 – Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada</p> <p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p> <p>Meta 2.3 – Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola</p> <p>Indicador 2.3.1 – Volume de produção por unidade de trabalho por dimensão da empresa agrícola/pastoril/florestal</p> <p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p> <p>Meta 9.5 – Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento</p> <p>Indicador 9.5.2 – Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Econômico	Corrente de Comércio Exterior da economia brasileira	<p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p> <p>Meta 17.10 – Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da OMC, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha</p> <p>Indicador 17.10.1 – Média ponderada das tarifas aduaneiras à escala mundial</p> <p>Meta 17.11 – Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020</p> <p>Meta 17.12 – Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado</p>
Institucional	ICG	<p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos</p> <p>Meta 7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia</p> <p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</p>
	Grau de facilidade de se fazer negócios	<p>Meta 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros</p> <p>Meta 8.10 – Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos</p> <p>Objetivo 9. Indústria Inovação e Infraestrutura</p> <p>Meta 9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos</p> <p>Meta 9.3 – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados</p> <p>Indicador 9.3.1 – Proporção do valor adicionado das empresas de “pequena escala” no total do valor adicionado da indústria</p> <p>Indicador 9.3.2 – Proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou linhas de crédito</p> <p>Objetivo 10. Redução das desigualdades</p> <p>Meta 10.5 – Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e das instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações</p> <p>Indicador 10.5.1 – Indicadores de Solidez Financeira</p> <p>Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes</p> <p>Meta 16.6 – Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Infraestrutura	Participação das obras de infraestrutura no PIB	<p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos</p> <p>Meta 6.2 – Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade</p> <p>Indicador 6.2.1 – Proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura, incluindo instalação para lavagem das mãos com água e sabão</p> <p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos</p> <p>Meta 7.1 – Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia</p> <p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p> <p>Meta 9.1 – Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos</p> <p>Meta 9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades</p> <p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p> <p>Meta 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos</p> <p>Meta 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento</p> <p>Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos</p> <p>Meta 13.1 – Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países</p>
	Índice de Desempenho Logístico	
	Percentual de domicílios com condição satisfatória de bem-estar	<p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos</p> <p>Meta 6.2 – Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade</p> <p>Indicador 6.2.1 – Proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura, incluindo instalação para lavagem das mãos com água e sabão</p> <p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p> <p>Meta 9.c – Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020</p> <p>Indicador 9.c.1 – Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia</p> <p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p> <p>Meta 11.1 – Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas</p> <p>Indicador 11.1.1 – Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados</p> <p>Meta 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Ambiental	Intensidade de emissão de GEE (CO ₂ e per \$ PIB PPP)	<p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p> <p>Meta 9.4 – Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência no uso de recursos aumentada e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades</p> <p>Indicador 9.4.1 – Emissão de CO₂ por unidade de valor adicionado</p> <p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p> <p>Meta 11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros</p> <p>Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p> <p>Meta 12.4 – Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus 27 impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente</p> <p>Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade</p> <p>Meta 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente</p>
	Participação de fontes de energia renovável na matriz energética	<p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos</p> <p>Meta 7.2 – Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global</p> <p>Indicador 7.2.1 – Quota de energia renovável no total final do consumo de energia</p> <p>Meta 7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética</p> <p>Meta 7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa</p> <p>Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p> <p>Meta 12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Social	Taxa de homicídio (por 100 mil hab.)	<p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p> <p>Meta 4.7 – Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável</p> <p>Indicador 4.7.1 – Em que medida: i) a educação para a cidadania global; e ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de: a) políticas nacionais de educação; b) currículos escolares; c) formação dos professores; e d) avaliação dos alunos</p> <p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p> <p>Meta 5.2 – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos</p> <p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</p> <p>Meta 16.1 – Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade em todos os lugares</p> <p>Indicador 16.1.1 – Número de vítimas de homicídio intencional, por 100 mil habitantes, por sexo e idade</p> <p>Indicador 16.1.2 – Óbitos relacionados com conflitos por 100 mil habitantes, por sexo, idade e causa</p> <p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p> <p>Meta 11.7 – Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Social	Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)	<p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p> <p>Meta 2.2 – Até 2030, acabar com todas as formas de má nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas</p> <p>Indicador 2.2.1 – Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade</p> <p>Indicador 2.2.2 – Prevalência de má nutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de má nutrição (baixo peso e excesso de peso)</p> <p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</p> <p>Meta 3.2 – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1 mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1 mil nascidos vivos</p> <p>Indicador 3.2.1 – Taxa de mortalidade em menores de 5 anos</p> <p>Indicador 3.2.2 – Taxa de mortalidade neonatal</p> <p>Meta 3.7 – Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais</p> <p>Meta 3.b – Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos</p> <p>Indicador 3.b.1 – Taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação</p> <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p> <p>Meta 4.2 – Até 2030, garantir que todas as meninas e todos os meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário</p> <p>Indicador 4.2.1 – Proporção de crianças com menos de 5 anos que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo</p> <p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p> <p>Meta 5.6 – Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Social	Esperança de vida ao nascer	<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p> <p>Meta 1.3 – Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis</p> <p>Indicador 1.3.1 – Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada; população idosa; população com deficiência; mulheres grávidas; crianças recém-nascidas; pessoas que sofreram acidentes de trabalho; população em risco de pobreza; e outros grupos populacionais vulneráveis</p> <p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p> <p>Meta 2.1 – Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano</p> <p>Indicador 2.1.1 – Prevalência de subalimentação</p> <p>Indicador 2.1.2 – Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES)</p> <p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</p> <p>Meta 3.8 – Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos</p> <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p> <p>Meta 4.7 – Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável</p> <p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos</p> <p>Meta 6.1 – Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos</p> <p>Meta 6.2 – Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade</p> <p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</p> <p>Meta 16.1 – Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade em todos os lugares</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Social	Percentual de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental	<p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p> <p>Meta 4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e todos os meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes</p> <p>Indicador 4.1.1 – Proporção de crianças e jovens: i) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; ii) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e iii) no final dos anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em leitura e matemática, por sexo</p>
	IDEB	<p>Meta 4.2 – Até 2030, garantir que todos os meninos e todas as meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário</p> <p>Indicador 4.2.2 – Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo</p> <p>Meta 4.5 – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade</p> <p>Indicador 4.5.1 – Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1o/5o quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados</p> <p>Meta 4.6 – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática</p> <p>Indicador 4.6.1 – Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo</p> <p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos</p> <p>Meta 8.6 – Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação</p> <p>Meta 8.7 – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas</p> <p>Indicador 8.7.1 – Proporção e número de crianças de 5-17 anos envolvidos no trabalho infantil, por sexo e idade</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Social	Índice de Gini	<p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p> <p>Meta 4.5 – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade</p> <p>Meta 4.5.1 – Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados</p> <p>Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p> <p>Meta 10.1 – Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional</p> <p>Indicador 10.1.1 – Taxa de crescimento das despesas domiciliares ou rendimento per capita entre os 40% com os menores rendimentos da população e a população total</p> <p>Meta 10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra</p> <p>Meta 10.2.1 – Proporção da pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência</p> <p>10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito</p> <p>10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade</p> <p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</p> <p>Objetivo 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e todos os homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor</p> <p>Meta 8.5.1 – Salário médio por hora de empregados por sexo, por ocupação, idade e pessoas com deficiência</p> <p>Meta 8.5.2 – Taxa de desocupação, por sexo, idade e pessoas com deficiência</p>

Eixo	Índices-chave	Relação com os ODS
Social	Proporção da população abaixo da linha de pobreza	<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p> <p>Meta 1.1 – Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia</p> <p>Indicador 1.1.1 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)</p> <p>Meta 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais</p> <p>Meta 1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis</p> <p>Meta 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças</p> <p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</p> <p>Meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e todos os homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor</p> <p>Meta 8.8 – Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários</p> <p>Meta 8.10 – Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos</p> <p>Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p> <p>Meta 10.3 – Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito</p> <p>Indicador 10.3.1 – Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos doze meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos</p>

Elaboração dos autores.

5 CENÁRIO MACROECONÔMICO

Como destacado na Introdução, a utilização dos cenários macroeconômicos no processo de planejamento não pretende eliminar as incertezas ou predizer o futuro com relação ao comportamento da economia do País, mas permite a definição de diretrizes e orientações mais consistentes com o provável desenvolvimento da economia, ampliando a chance de se alcançar o desejado. Além disso, o cenário macroeconômico deverá balizar a elaboração de planos nacionais, setoriais e regionais, com vistas a homogeneizar seus parâmetros.

Nesse sentido, é importante destacar que as perspectivas para o cenário econômico internacional, no curto prazo, são positivas. O cenário atual contempla uma pequena elevação da taxa de juros dos EUA, em resposta a um aumento igualmente gradual nos núcleos de inflação e salários. De modo semelhante, é contemplada também elevação gradual de juros na Zona do Euro, em linha com o avanço nas taxas de crescimento e de inflação.

Todavia, esse cenário embute riscos. Um cenário de crescimento sincronizado entre essas economias em conjuntura com pouca capacidade de reação por parte da oferta poderia levar a uma pressão mais aprofundada no mercado de trabalho, com efeitos mais contundentes sobre o ritmo de elevação de juros e, por conseguinte, sobre o ritmo de crescimento do resto do mundo. Some-se a isto o risco de uma amplificação das disputas comerciais. Um desempenho econômico chinês abaixo do esperado teria ramificações importantes para o crescimento global, com efeitos relevantes para o Brasil, sendo aquele país um importante parceiro comercial.

Em uma visão de prazo mais amplo, compatível com o da Estratégia Nacional, o cenário internacional apresenta desafios significativos para a economia brasileira, tendo em vista o aprofundamento do desenvolvimento tecnológico, com disputas comerciais e finanças públicas frágeis em países relevantes. Mas também há aspectos positivos para nossa economia, como o aumento da demanda global por alimentos.

Para a elaboração do cenário macroeconômico doméstico, este capítulo baseou-se no “Desafios da Nação”, publicação coordenada pelo IPEA e que contou com a participação de diversos especialistas da sociedade brasileira. Como ressaltado naquela publicação, é essencial deixar claro que, para um crescimento sustentável, com retomada dos investimentos e evolução da produtividade, “o país precisa ter um ambiente macroeconômico estável, com políticas monetária e fiscal críveis e sustentáveis”.

Dessa forma, não há como pensar em uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do País ao longo dos próximos anos sem a correção de alguns desequilíbrios relevantes nas finanças públicas. Desde 2014, a economia brasileira opera com déficit primário. Em 2017, o resultado primário do governo central foi de -1,8% do PIB, e déficit nominal 7% do PIB.

Diversas medidas implementadas têm colaborado para a busca do equilíbrio das contas públicas, dentre as quais podem-se citar a Emenda Constitucional nº 95/2016, que criou um Novo Regime Fiscal, limitando o crescimento do gasto público; e a introdução da Taxa de Longo Prazo (TLP) instituída pela Lei nº 13.483/2017. Há também diversas medidas em curso que buscam a modernização da gestão e a redução de custos para o Estado, que buscam expandir e melhorar o programa de concessões das obras de infraestrutura no País.

Mesmo com essas medidas, as projeções do Governo apresentadas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano (PLDO 2019) indicam que os déficits primários devem persistir, pelo menos, até 2021, de forma que a dívida bruta seguirá em trajetória de alta, passando de 51,5% do PIB em 2013, para 74% do PIB em 2017 até atingir 81,1% do PIB em 2021.

Nesse sentido, a Estratégia Nacional apresenta um **cenário básico**, que pressupõe estabilidade macroeconômica com reformas que viabilizariam o equilíbrio fiscal de longo prazo, mas não haveria reformas microeconômicas. Ou seja, sem alterar o potencial atual de crescimento da economia brasileira. Como resultado, o crescimento do PIB *per capita* no período 2019-2031 seria da ordem de 1,8% ao ano. Dado um crescimento populacional de 0,5% aa no período, o PIB teria um crescimento médio de cerca de 2,3% aa entre 2019 e 2031 nesse cenário básico.

O IPEA elaborou cenários alternativos, que consideram reformas pró-investimento, aumento do capital humano e aumento da produtividade. A Estratégia Nacional considera um **cenário transformador**, com reformas que elevam o potencial de crescimento da economia brasileira. Como resultado dessas amplas reformas, o crescimento do PIB *per capita* poderia atingir 3,3% aa ao longo do período 2019-2031. Dada a expansão populacional, o crescimento do PIB no período seria da ordem de 3,9% aa.

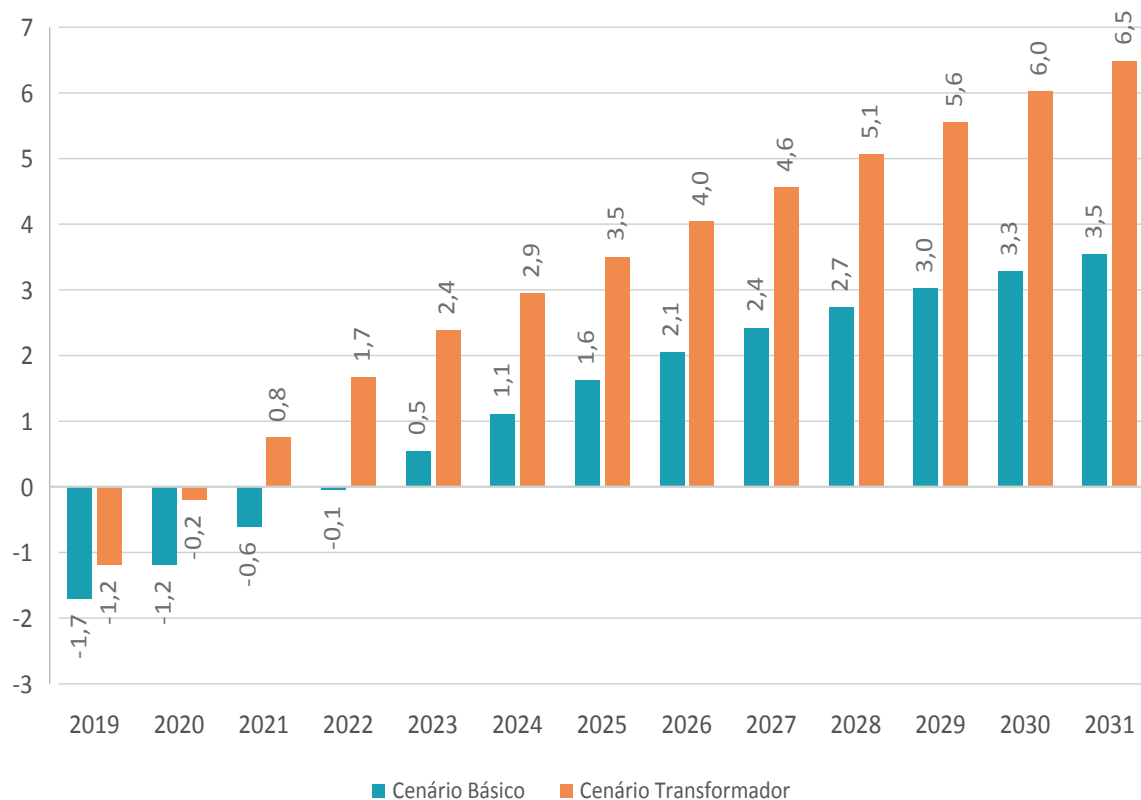
Dessa forma, o PIB *per capita* atingiria, em 2031, valores entre R\$ 42 mil, no cenário básico (com reformas macro que geram o equilíbrio fiscal), e R\$ 51 mil, no cenário transformador (com reformas mais amplas). Para calcular o PIB *per capita* em dólares, a valores de 2018, utilizou-se a projeção mais recente do Boletim FOCUS (R\$/US\$ 3,49, divulgada em 01/06/2018). O PIB *per capita* alcança valores entre US\$ 12,1 mil e US\$ 14,6 mil, respectivamente nos cenários básico e transformador.

No **cenário transformador**, nosso PIB *per capita* seria superior ao verificado atualmente em países como Argentina, Polônia e Croácia, aproximando-se do patamar atual do Chile e da Hungria. Esses países têm nível de IDH acima de 0,800, o que os colocam no grupo de países com muito alto desenvolvimento humano.

Com relação às finanças públicas, mantendo o Novo Regime Fiscal, que limita o crescimento das despesas públicas à taxa de inflação do período anterior, e considerando uma elasticidade unitária entre a receita e o crescimento do PIB, o resultado primário voltaria a ser positivo em 2023, no **cenário básico**, elevando-se até atingir 3,5% do PIB em 2031 (*Gráfico 30*). A dívida bruta do governo geral (DBGG)⁵⁸ atinge o valor máximo de 82,2% do PIB, em 2023, recuando nos anos seguintes, até atingir 73,6% do PIB, em 2031 (*Gráfico 31*).

No **cenário transformador**, com o maior crescimento do PIB no período, o resultado primário já volta a ser superavitário em 2021, o que gera uma redução mais acentuada da dívida bruta, com trajetória de queda já a partir de 2019. Nesse ambiente de melhora nas contas públicas, mantendo a regra do teto do gasto, o resultado primário seria elevado a 6,5% do PIB, em 2031, com a dívida bruta recuando a 34% do PIB.

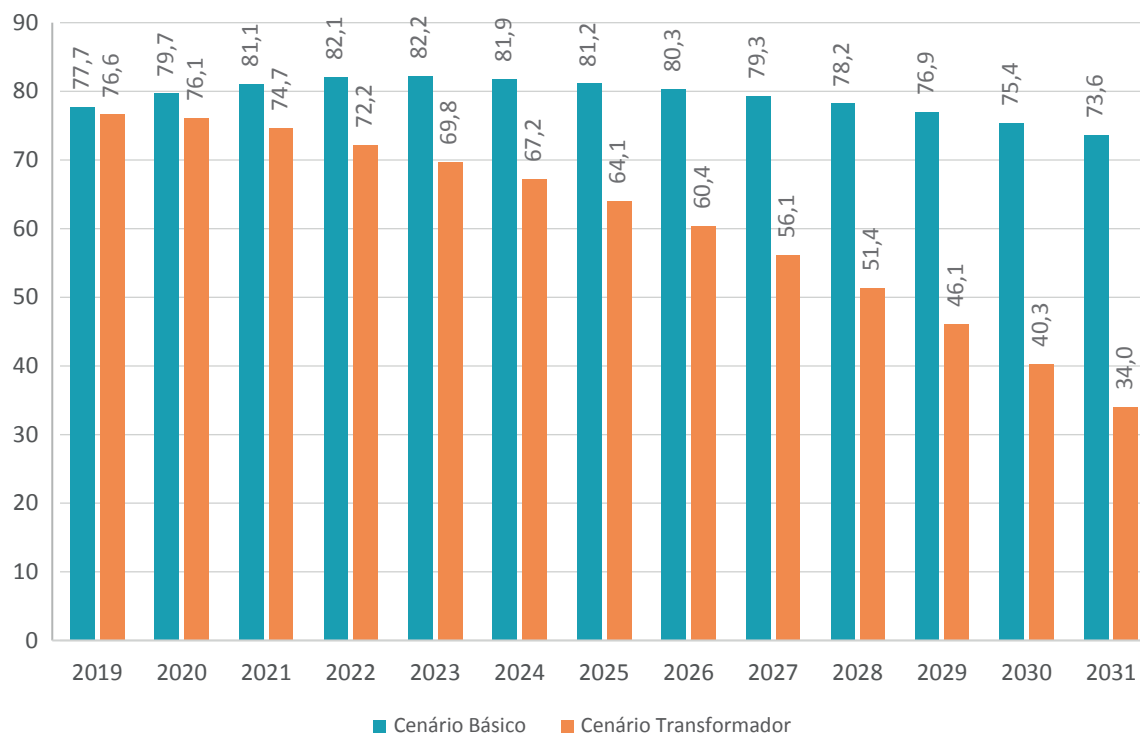
GRÁFICO 30 / Resultado Primário do Governo Geral (% do PIB)



Elaboração: IPEA e Seplan/MP

⁵⁸ As projeções da DBGG consideram taxa Selic de 8% ano e inflação de 4% ao ano.

GRÁFICO 31 / Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)



Elaboração: IPEA e Seplan/MP

O CAMINHO ATÉ 2031

A partir da situação atual do país, das principais megatendências mundiais e do cenário macroeconômico nacional, este documento irá detalhar os principais desafios e as principais orientações para que se possa alcançar a diretriz principal da estratégia de elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos.

Nesse sentido, conforme Matus (2006), é preciso ter em mente que a ação governamental precisa ser composta por duas faces: na primeira, o governante declara suas próprias ações; e na outra, reclama a cooperação de outros atores ou denuncia a sua oposição. Dessa forma, a primeira parte deste capítulo abordará os desafios e as orientações estratégicas que nortearão não apenas a atuação governamental mas a de todos os atores envolvidos.

Não se pode subestimar, entretanto, a probabilidade da ocorrência de eventos que venham impactar negativamente a implementação das ações necessárias ao alcance das diretrizes. Para esses eventos, classificados neste documento como riscos, é preciso pensar em ações mitigadoras, visando à elaboração de planos de contingência que minimizem seus efeitos. Dessa maneira, a segunda parte deste capítulo abordará os riscos e suas medidas mitigadoras.

A figura 8 esquematiza a relação entre as ações governamentais e da sociedade civil e as medidas mitigadoras.

FIGURA 8 / Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Elaboração: Seplan/MP

A elaboração dos desafios e orientações e a seleção dos riscos seguiram o encadeamento dos eixos da Estratégia Nacional. Para o Brasil crescer é preciso aumentar a produtividade e a competitividade da economia, o que requer que o Estado qualifique sua atuação e incentive a melhoria do ambiente de negócios, de forma a propiciar o aumento dos investimentos privados. Com um ambiente de negócios mais propício, espera-se que ocorra uma alavancagem dos investimentos em infraestrutura econômica e social, sendo que esse movimento de expansão econômica deve ser compatível com a preservação, conservação e recuperação do meio-ambiente. Por sua vez, o fator ambiental apresenta oportunidades de novos investimentos, como a biotecnologia, o uso de fontes renováveis na produção de energia, além da geração de empregos verdes. Essa sistemática propiciará maiores oportunidades de emprego e renda para a população, o que deve ser complementado com acesso de maior qualidade aos serviços públicos, em especial de saúde, educação e segurança pública, gerando melhoria na qualidade de vida da população.

6.1

Desafios e orientações

Para que a Estratégia Nacional se concretize, foram traçados desafios e orientações para a atuação dos diferentes atores, quais sejam: do setor público, do setor privado, da academia, do terceiro setor, de entidades de pesquisa, entre outros. Os desafios e orientações presentes nesta versão para discussão trazem uma visão mais estratégica e norteadora para o que deve ser feito para o alcance das diretrizes da Estratégia Nacional, não apresentando detalhes e orientações específicas. Cabe destacar que as orientações táticas são a interface com o planejamento de médio e curto prazo e serão apresentadas, no âmbito federal, pelo conteúdo dos planos nacionais, setoriais e regionais, pelos programas temáticos dos PPAs e pelas leis orçamentárias.

Eixo 1: econômico

Os maiores desafios no eixo econômico assumidos pelo país são: crescimento do PIB *per capita* nacional; aumento da produtividade; maior integração global e regional; e aproveitamento das potencialidades regionais. Destaca-se que a realização de reformas estruturais é de relevância ímpar, pois é por meio dessas medidas que será possível atingir o equilíbrio das contas públicas, mantendo-se a garantia de sustentabilidade do crescimento inclusivo e a eficiência dos serviços públicos.

Vale ressaltar, também, que os níveis de investimento da economia brasileira encontram-se em patamares reduzidos e necessitam ser ampliados. A taxa de investimento atual do Brasil atingiu 15,6% em 2017⁵⁹, com inversões voltadas basicamente à reposição do estoque de capital físico (desgastado pela depreciação). Esse nível, portanto, precisa ser aumentado para que haja um crescimento sustentável da renda nacional. Dessa forma, há várias ações que precisam ser implementadas no aprimoramento, fortalecimento e ampliação dos mecanismos de financiamento, de modo a promover o desenvolvimento econômico e social e um padrão mais ampliado dos mecanismos de crédito.

⁵⁹ Contas Nacionais Trimestrais, 4º trimestre de 2017/IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/servicos/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=20165&t=resultados>>.

Outra questão essencial é o aumento da competitividade pelo adensamento de cadeias produtivas, tanto as inovadoras quanto as mais tradicionais. O Brasil possui diversos setores com vantagens comparativas relevantes, especialmente aquelas baseadas em recursos naturais e relacionadas ao agronegócio. É necessário, no entanto, avançar em segmentos mais inovadores, tais como a economia digital, a economia verde e a bioeconomia, assim como fortalecer o setor de serviços.

Aproveitar as potencialidades e reduzir as carências regionais, além de contribuir para o crescimento do país, é de suma importância para reduzir as desigualdades regionais, invertendo o fluxo de pessoas pelo de serviços, tornando o Brasil um país mais equitativo. Dessa forma, a tabela 8 traz uma lista de potencialidades e de carências por região. Destaca-se que a lista apresentada não é exaustiva, mas serve como balizadora para a tomada de decisão sobre os investimentos futuros.

TABELA 8

Potencialidades e carências por região

Região	Potencialidades	Carências
Nordeste	Energias renováveis, com destaque para a energia eólica e fotovoltaica Biотecnologia e farmoquímica Turismo e economia criativa Agronegócio de grãos e do algodão herbáceo nos cerrados Agronegócio da fruticultura irrigada no semiárido Cadeias da agricultura familiar, com destaque para a ovinocaprinocultura	Deficiência hídrica e avanço no processo de desertificação Deficiências de infraestrutura Matriz energética regional, com excessiva dependência de fontes hídricas Crescimento desordenado dos centros urbanos e baixos padrões de saneamento básico Baixo acesso à banda larga nos domicílios Baixa capacidade científico-tecnológica local e deficiências na formação profissional
Centro-Oeste	Industrialização das cadeias produtivas dos grãos Industrialização da cadeia produtiva da pecuária de corte Cadeia produtiva florestal-madeireira e mercado de crédito de carbono Turismo e ecoturismo Posição estratégica para a integração sul-americana	Deficiências na infraestrutura econômica e logística regional, incluindo a energia Elevados custos de transporte e dependência de corredores de exportação dos portos do centro-sul Rede urbana com baixa integração Degradação ambiental ocasionada pela penetração das atividades agropecuárias nos biomas do Centro-Oeste (desmatamento, erosão do solo e deterioração de bacias hidrográficas)

Região	Potencialidades	Carências
Norte	<p>Biotecnologia e biopesquisa</p> <p>Mineração (óleo e gás, nióbio e o estanho)</p> <p>Pesca e aquicultura</p> <p>Uso sustentável dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros</p> <p>Oferta de bens naturais que interessam ao mercado global e posição estratégica para integração sul-americana e defesa nacional</p>	<p>Deficiência em infraestrutura, com destaque em energia e transporte</p> <p>Capacidade institucional limitada e recursos humanos com baixa qualificação</p> <p>Expansão do modelo primário-exportador com agravamento do desmatamento</p> <p>Concentração industrial na Zona Franca de Manaus</p> <p>Estrutura agrária concentrada e rede de cidades com escassas relações entre os núcleos</p>
Sul	<p>Agronegócio e inserção em cadeias globais, como setor couro-calçadista e TICs</p> <p>Redes de apoio ao desenvolvimento (presença de cooperativas, instituições de ensino superior, incubadoras e bancos de fomento)</p> <p>Alta qualificação profissional, em termos comparados</p> <p>Rede de cidades bem estabelecida e forte articulação com as redes urbanas no Cone Sul, com potencial para a integração sul-americana e articulação com a estrutura sócio produtiva dos países vizinhos</p>	<p>Desertificação, em particular nos Pampas</p> <p>Envelhecimento da população</p> <p>Baixa integração com os mercados do Mercosul (logística e produção)</p>
Sudeste	<p>Inserção em cadeias globais de valor como setor aeroespacial, petróleo e gás e CT&I</p> <p>Parque fabril instalado e diversificado</p> <p>Amplo mercado consumidor</p> <p>Liderança econômica e financeira e centro de competência técnico-científica nacional</p>	<p>Megalópoles e problemas derivados da concentração urbana</p> <p>Desigualdades intrarregionais (por exemplo: Vale do Ribeira e Vale do Jequitinhonha)</p>

Fonte: BNDES/Banco do Nordeste/Ministério da Integração Nacional/MP.

Elaboração: Seplan/MP.

Desafio: crescimento do PIB per capita nacional

O PIB *per capita* do Brasil foi de US\$ 9.896 no ano de 2017. Nos últimos quarenta anos, o país praticamente dobrou seu PIB *per capita* e conseguiu superar as crises características dos anos 1980, de descontrole inflacionário e crise da dívida externa. Todavia, ainda é necessário avançar para que se possa atingir o nível de renda de países desenvolvidos.

Para os próximos doze anos, para que o Brasil consiga ter crescimento do PIB *per capita* e garantir que a retomada atual do crescimento seja consolidada num novo ciclo duradouro e estável, há quatro orientações que precisam ser discutidas e consideradas: garantia da estabilidade econômica e da sustentabilidade da trajetória da dívida pública; reformas estruturais; aprimoramento, fortalecimento e ampliação dos mecanismos de financiamento; e aproveitamento das potencialidades regionais.

Orientações

Para garantia da estabilidade econômica e da sustentabilidade da trajetória da dívida pública:

- consolidar o ajuste fiscal de longo prazo que reduza a relação dívida pública/PIB e permita a manutenção da estabilidade econômica;
- aperfeiçoar a gestão das contas públicas, fundamentada no lado das despesas;
- aprimorar o sistema de planejamento e orçamento públicos, com o objetivo de reduzir a rigidez do orçamento, aumentar a previsibilidade da execução e a transparência dos gastos públicos, assim como ampliar a efetividade das ações e o estabelecimento de metas voltadas a resultados concretos;
- adotar políticas de aumento da eficiência na provisão de bens e serviços públicos, assegurada a manutenção ou a redução dos níveis de carga tributária; e
- consolidar o controle de inflação, em linha com o regime de metas para a inflação, favorecendo a elevação da renda da população.

Para realização de reformas estruturais:

- aperfeiçoar o sistema previdenciário, considerando-se o envelhecimento da população brasileira, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social necessárias;
- aperfeiçoar o sistema tributário brasileiro, com o objetivo de simplificar a arrecadação dos tributos; racionalizar os determinantes da carga tributária e aumentar sua progressividade; e torná-lo concorrencialmente neutro, gerando uma melhor repartição entre os entes federativos e efeitos positivos sobre a desigualdade de renda; e
- aperfeiçoar a governança da condução da política monetária, alinhando o país às melhores práticas internacionais.

Para aprimoramento, fortalecimento e ampliação dos mecanismos de financiamento:

- reforçar os mecanismos de financiamento do investimento de longo prazo, por meio da redução dos custos das transações financeiras, de maiores incentivos à captação de recursos pelas empresas, pelo alongamento dos prazos e pela ampliação do setor bancário privado no financiamento de longo prazo;
- estimular a concorrência e a competitividade do Sistema Financeiro Nacional, por intermédio da democratização da informação do crédito, do incentivo a novos entrantes, da simplificação das obrigações regulatórias e da adoção de boas práticas de governança;
- ampliar os produtos financeiros de apoio às *startups* (ampliação de recursos para capital semente, incluindo não reembolsáveis e maior prioridade para fundos de *venture capital* para inovação);
- diversificar as estratégias de maior captação de recursos nos mercados doméstico e internacional para o mercado de capitais, mercado de títulos, empréstimos, securitização de carteiras, entre outros; e
- direcionar o foco da atuação dos bancos de desenvolvimento para projetos e atividades não atendidas pelo mercado de forma adequada; e para a transformação da estrutura produtiva e da infraestrutura na direção do aumento da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade.

Para aproveitamento das potencialidades regionais:

- prover melhor infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas, o que irá ampliar as oportunidades de investimentos produtivos, permitindo saltos de produtividade e geração de emprego e renda a essas regiões;
- incentivar os investimentos e a efetiva implementação de projetos estruturantes em cada estado, visando a efeitos positivos não apenas no crescimento do PIB mas também na redução das desigualdades entre as regiões;
- identificar e explorar as potencialidades econômicas de cada região, com foco na inovação tecnológica e no adensamento das cadeias produtivas locais;
- aprimorar os mecanismos de financiamento voltados para o desenvolvimento regional; e
- fortalecer as cidades médias como âncora da interiorização do desenvolvimento do país.

Desafio: aumentar a produtividade da economia brasileira

Outro desafio a ser assumido no eixo econômico é a reduzida produtividade da economia brasileira, o principal determinante para o crescimento sustentado ao longo dos próximos anos, considerando-se as tendências demográficas.

A agenda de produtividade é ampla e envolve todos os setores da economia. Na indústria, incorpora apoio à inovação em áreas estratégicas com oportunidades identificadas e a promoção de um ecossistema inovador. Para além da promoção de inovações disruptivas, faz-se necessária a difusão de tecnologias emergentes da manufatura avançada e da transformação digital. Outros pontos envolvem: melhorias na gestão das empresas, qualificação e requalificação de trabalhadores, entre outras agendas.

Já na agricultura, na qual o crescimento da produtividade tem sido superior aos demais setores, a agenda pretende garantir a competitividade dos diferentes segmentos do agro-negócio, por meio da melhoria da logística e do armazenamento. Para além da redução de custos, a agenda enfatiza, a difusão de tecnologias produtivas que incorporem serviços de alto valor agregado, como o uso de tecnologias digitais, biotecnologia, tecnologia da informação e ciência de dados. A incorporação desses serviços à agricultura permitirá

ao país aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzir a intensidade de uso de recursos naturais e de insumos químicos, além de possibilitar o uso mais responsável do solo e a exploração sustentável da nossa biodiversidade. Por fim, a agenda da competitividade possui ênfase no aumento da parcela de serviços com maior agregação de conhecimento, o que também contribuirá para a geração de empregos.

As orientações a serem implementadas para se conseguir o aumento da produtividade no Brasil envolvem, entre outros: a ampliação dos esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação e o aumento da competitividade de segmentos produtivos inovadores, assim como o adensamento de cadeias produtivas nacionais. A melhoria da competitividade e o adensamento das cadeias produtivas nacionais deve estar associado ao objetivo de inserção do país nas cadeias globais de comércio, com aumento da competição internacional.

Orientações

Para ampliação dos esforços em pesquisa, desenvolvimento e inovação:

- desenvolver mecanismos que estimulem a inovação tecnológica nas empresas, ampliando a aplicação de recursos privados em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), de modo a incentivar a agregação de valor e dinamizar o sistema de propriedade industrial do país para fomentar ativos intangíveis (patentes, marcas, desenhos industriais etc);
- construir um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado, incentivando a formação de ecossistemas de inovação e *clusters* de produção, a partir da identificação das potencialidades regionais;
- coordenar e otimizar o investimento público em pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como orientar suas ações pela busca de resultados e ampliar os mecanismos de incentivo a ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, o que irá gerar um ecossistema de inovação mais simbiótico e um ambiente de negócios mais empreendedor e dinâmico;
- incentivar o desenvolvimento da economia digital, ampliando o apoio à difusão de tecnologias emergentes (interconectividade, automação, energias, nanotecnologia, novos materiais e biotecnologias) e suas aplicações no país (indústria 4.0);

- desenvolver e ampliar a difusão de tecnologias críticas, sobretudo dos setores nuclear, aeroespacial e cibernético; e
- aprimorar e intensificar o ensino de ciências, tecnologias, engenharia e matemática no país.

Para adensamento de cadeias produtivas:

- criar condições favoráveis para o adensamento industrial das cadeias tradicionais competitivas, a fim de que se possa agregar valor à produção e expandir os mercados;
- manter a competitividade do agronegócio, observando as questões de sustentabilidade, respeitando a diversidade regional brasileira e buscando agregação de valor e diversificação, a montante e a jusante da cadeia produtiva;
- atualizar o arcabouço normativo e fortalecer os segmentos inovadores como possíveis eixos de desenvolvimento, tais como a economia criativa, a economia digital, a economia verde e a bioeconomia, de forma a induzir o desenvolvimento de uma economia baseada em informação, preservando os direitos individuais;
- incentivar ações de agregação de valor no setor de serviços, melhorando a qualidade da força de trabalho, com investimentos na formação do capital humano; e
- desenvolver o potencial do turismo no Brasil, por meio da valorização do patrimônio cultural e natural para visitação, do aproveitamento de destinos turísticos inteligentes e da expansão segmentada dos produtos turísticos brasileiros.

Desafio: alcançar uma maior integração econômica regional e global

O último desafio do eixo econômico é alcançar uma maior integração econômica regional e global. Há fortes evidências de que uma maior integração econômica do Brasil facilitará o acesso das empresas a melhores insumos, aumentará o dinamismo de nossas exportações e elevará a produtividade doméstica, como resultado da exposição a uma maior competição.

Orientações

Para maior participação no fluxo comercial

- ampliar as iniciativas de integração econômica e comercial no âmbito regional, dos BRICS e por meio de acordos bilaterais;
- atuar de forma coordenada na defesa dos interesses comerciais e estratégicos do Brasil, com o uso de instrumentos financeiros e diplomáticos;
- fortalecer a estratégia de promoção de investimentos diretos estrangeiros, com foco na eficiência produtiva e inserção internacional; e
- remover os obstáculos à internacionalização de empresas brasileiras, com apoio efetivo ao investimento brasileiro no exterior.

Eixo 2: institucional

Os desafios do eixo institucional são: melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e eficácia das ações governamentais; ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas e consolidar o papel do país no âmbito internacional.

A melhoria da governança do setor público é fundamental para o fomento do desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades sociais, visto que o Estado é um dos seus alicerces para concretização dos objetivos fundamentais da República. Por sua vez, a melhoria do ambiente de negócios é necessária na medida em que eleva a segurança jurídica, reduz o custo e oferece maior previsibilidade aos agentes econômicos. A consolidação do papel do Brasil no âmbito internacional, que se caracteriza pelo surgimento de novas potências e pela tendência a multipolaridade mundial, é uma oportunidade para se pensar a governança mundial com maior influência dos países em desenvolvimento.

Desafio: melhorar a governança do setor público, aumentando a eficiência e eficácia das ações de governo

A melhoria da governança do setor público, com maior eficiência e efetividade das ações governamentais, demanda o fortalecimento da capacidade de gestão do Estado e da cooperação interfederativa, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência e na participação social, bem como na prevenção e no combate à corrupção. Visa à efetivação dos direitos e garantias fundamentais necessários ao pleno exercício da cidadania, sem preconceitos de origem, etnia, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação.

Com a superação desse desafio, espera-se uma melhoria na atuação estatal, que será refletida na evolução do conjunto dos indicadores do eixo institucional.

Orientações

Para fortalecimento da capacidade de gestão do Estado:

- incorporar as práticas de avaliação periódica de eficácia e efetividade das políticas públicas e dos subsídios (benefícios tributários, financeiros e creditícios) ao processo decisório;
- estimular a identificação e difusão de boas práticas de governança de programas e/ou instituições públicas que demonstrem, de forma clara e efetiva, suas entregas ao cidadão;
- instrumentalizar o setor público de modo a permitir respostas tempestivas às mudanças sociais e econômicas;
- ampliar e aperfeiçoar o uso de TICs na prestação de serviços ao cidadão, com vistas ao pleno exercício da cidadania e melhoria da eficiência;
- promover a transparência, a prestação de contas e o aprimoramento dos mecanismos de participação e controle social existentes;
- qualificar a atuação das agências reguladoras, sobretudo com a adequada avaliação de impacto regulatório;

- qualificar as indicações dos dirigentes do setor público, principalmente nas empresas estatais, por meio de critérios adequados de seleção;
- aperfeiçoar os instrumentos legais de contratação e seleção pública visando a maior agilidade, qualidade, produtividade, acessibilidade e tempestividade do serviço público; e
- fortalecer os instrumentos de mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

Para garantia dos direitos fundamentais:

- promover redes de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, abrangendo inclusive os ambientes virtuais;
- fortalecer os mecanismos de combate ao trabalho escravo e de acesso ao trabalho decente para a população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal;
- promover a igualdade de oportunidade de grupos sociais vulnerabilizados; e
- promover a igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo e de todas as formas de preconceito, o respeito aos povos indígenas e comunidades tradicionais e as liberdades individuais.

Para melhoria do pacto federativo:

- estruturar um sistema de governança federativa que assegure a cooperação entre os entes na elaboração e execução de políticas públicas;
- promover o fortalecimento gerencial e administrativo dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, ampliando a autonomia dos entes federados e incrementando seus processos de planejamento e gestão por resultados; e
- viabilizar instâncias de negociação permanentes entre os entes federados.

Desafio: ampliar a competitividade do Brasil de forma a se aproximar das economias desenvolvidas.

Esse desafio constitui-se na melhoria do ambiente de negócios por meio da adoção de medidas administrativas e da promoção de alterações no arcabouço legal, visando estimular a competitividade, o empreendedorismo e a inovação do setor privado, além de ampliar os investimentos na economia brasileira. Essas medidas trarão o aumento da segurança jurídica, redução de custo e oferecimento de maior previsibilidade aos agentes econômicos, possibilitando ampliação dos investimentos, melhoria do ambiente macroeconômico, ampliação da concorrência e dos mercados, aceleração do processo de incorporação de novas tecnologias pelas empresas e maior inovação e sofisticação dos negócios.

Todas essas dimensões constituem fatores importantes na capacidade competitiva de um país. Faz-se necessário, igualmente, fortalecer instituições e revisar marcos regulatórios, eliminando sobreposições e agilizando questões burocráticas. Assim, espera-se que o cumprimento desse desafio seja refletido na ascensão do Brasil no *ranking* do Índice de Competitividade Global, no qual o país se encontra na 80ª posição.

Orientações

Para melhoria do ambiente de negócios:

- desburocratizar e digitalizar a abertura e o fechamento de empresas, atos negociais e recolhimentos tributários;
- facilitar o acesso ao crédito, ao mercado de capitais e às compras públicas a médias, micros e pequenas empresas;
- melhorar e aperfeiçoar os marcos regulatórios dos diversos setores, buscando a coerência normativa no arcabouço legal e infralegal, o aumento da segurança jurídica nas relações públicas e privadas e na qualidade dos serviços prestados à sociedade; e
- ampliar a cooperação institucional, reduzir custos administrativos e obrigações tributárias acessórias, bem como dar maior agilidade à obtenção de licenças e concessões.

Desafio: consolidar o papel do Brasil no âmbito internacional

A América Latina e o Caribe – nosso entorno imediato – são importantes elementos na plataforma para inserção internacional do Brasil. A consolidação da América Latina e do Caribe como espaço de paz, cooperação e desenvolvimento sustentável é objetivo central da política externa brasileira. Por esse motivo, o país prioriza o aprofundamento da integração econômico-comercial e a integração física, além da cooperação fronteiriça. A segurança das fronteiras, em particular, é tema que vem se tornando prioridade no âmbito regional, à luz da importância do combate ao crime organizado transnacional para assegurar ambiente seguro aos cidadãos brasileiros. O Brasil busca, assim, estreitar cooperação com os países vizinhos – e também com países de fora da região –, a fim de enfrentar de maneira mais eficaz as atividades criminais que ultrapassam as fronteiras.

A política externa deve buscar o aprofundamento do relacionamento com países da Europa e da América do Norte, além do Japão, que continuam ocupando posição influente no cenário internacional. Ao intensificar a interlocução bilateral com esses parceiros, o Brasil visa aumentar, no curto e médio prazo, o fluxo de comércio e de investimentos; a cooperação em temas como ciência, tecnologia e inovação, defesa, energia e meio ambiente; e a aproximação entre as sociedades civis.

O deslocamento do eixo dinâmico da economia global para o leste, renunciando o que se convencionou chamar de “século asiático”, é, contudo, um fenômeno histórico que o Brasil não pode ignorar. A crescente importância da Ásia se reflete no extraordinário aumento do comércio e dos investimentos com aquela região. Por conta disso, o Brasil persegue o estreitamento dos laços políticos e econômico-comerciais com os países asiáticos, e também com os países africanos e do Oriente Médio.

Orientações

Para política externa:

- atuar nos fóruns internacionais com vistas ao incremento da participação dos países em desenvolvimento no processo decisório internacional e na mitigação do protecionismo;
- desenvolver iniciativas de integração regional, pautando temas de interesse estratégico para a agenda nacional e regional;

- intensificar a cooperação fronteiriça e interagências nacionais e internacionais em duas vertentes: *i)* expansão e integração das infraestruturas logística e energética, e *ii)* combate ao crime organizado transnacional para assegurar ambiente seguro aos cidadãos brasileiros;
- aprofundar o relacionamento com países da Europa e da América do Norte, além do Japão, que ocupam posição influente no cenário internacional;
- diversificar as parcerias internacionais com os países africanos, asiáticos e do Oriente Médio;
- intensificar a participação do Brasil no BRICS importante mecanismo de diálogo com outras grandes potências emergentes, e no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS);
- promover medidas de resguardo das infraestruturas críticas, das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo e do espaço aéreo nacional;
- aproximar-se, progressiva e gradualmente, de organismos internacionais que contribuam para aumentar a eficiência do Estado brasileiro;
- consolidar a presença brasileira na Antártica de modo a garantir a sua participação no processo de decisão sobre o destino da região; e
- incrementar a promoção internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros.

Eixo 3: infraestrutura

O Brasil é um país de grande extensão territorial e com grandes desigualdades regionais, onde a infraestrutura nacional reflete em parte o padrão de concentração do dinamismo econômico. Todavia, mesmo em regiões mais dinâmicas, se reconhece que a infraestrutura nacional ainda está aquém da demanda da sociedade, seja para superar os gargalos do setor produtivo nacional, seja para melhorar as condições de vida da população. Dessa forma, há o reconhecimento de que ainda há um déficit a ser superado, o que requer um planejamento que vislumbre e viabilize investimentos no curto e longo prazos.

Ademais, o aumento populacional, a degradação dos mananciais das bacias hidrográficas e a redução das chuvas, com longos períodos de estiagem, fazem emergir a preocupação com a segurança hídrica no Brasil. A valorização do recurso hídrico como bem público

finito e a conscientização da necessidade de um uso mais sustentável são essenciais para que se tenha maior garantia da oferta de água para múltiplos usos: consumo humano, agrícola e industrial; hidrovias; e energia.

Os efeitos demográficos e da mudança climática global não devem ser ignorados e, para isso, é importante investir em infraestrutura e agir para integrar a gestão de riscos entre os órgãos estaduais. Além disso, também é preciso otimizar o uso e o armazenamento da água no país.

Para os próximos doze anos, a infraestrutura econômica e social a ser implantada tem de ser capaz de promover a integração territorial, promover o desenvolvimento regional, possibilitar o fluxo de mercadorias de forma mais eficiente, fixar as populações em suas localidades, reduzir desigualdades de acesso, propiciando melhor condição de bem-estar aos cidadãos e maior eficiência ao setor produtivo.

Diante do cenário fiscal desafiador, faz-se necessária, ainda, uma maior participação do setor privado na implantação dos empreendimentos estruturantes e seus complementares. O Estado deverá assumir um papel de articulador e indutor dos investimentos privados. Essa mudança requer o desenvolvimento de instrumentos financeiros adequados, o aprimoramento dos marcos regulatórios e dos modelos de concessões e das Parcerias Público Privadas (PPP), para que os projetos tenham viabilidade para os investimentos privados.

Os desafios assumidos para se conseguir atender às necessidades deste eixo serão, por consequência, a ampliação dos investimentos; a melhora do desempenho logístico do país; e o desenvolvimento da infraestrutura urbana.

Desafio: ampliar os investimentos em infraestrutura

Em 2015, o país investiu 2,0% do PIB nas obras de infraestrutura e esse patamar precisa ser ampliado. As ações relevantes para ampliação dos investimentos em infraestrutura implicam na melhoria do planejamento, no aumento das fontes de financiamento de tais investimentos; na melhoria da eficiência na geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica, na modernização permanente da infraestrutura de telecomunicações; e na promoção da segurança hídrica, permitindo usos múltiplos da água com eficiência.

Orientações

Para planejamento e expansão das fontes de financiamento dos investimentos em infraestrutura:

- melhorar a gestão da infraestrutura pública, com a definição de carteira de projetos de médio e longo prazo prioritários, e foco nos projetos vetores de desenvolvimento econômico, social e regional;
- aprimorar os modelos de concessão da prestação de serviços públicos na área de infraestrutura; e
- incentivar o investimento privado (nacional e estrangeiro), reduzindo as necessidades de comprometimento de recursos fiscais.

Para eficiência e segurança energéticas:

- planejar e implementar os investimentos na expansão da capacidade instalada da produção de energia de forma eficiente;
- fomentar tecnologias e produtos com melhor eficiência energética;
- ampliar a inserção de redes elétricas inteligentes como forma de permitir a obtenção de ganhos sistêmicos de eficiência; e
- aumentar a participação das fontes renováveis não convencionais na matriz energética, conforme metas do Acordo de Paris, com incentivo à geração distribuída e à modernização de ativos existentes.

Para modernização da infraestrutura de telecomunicações:

- garantir regras e instrumentos para a expansão e acesso da infraestrutura de banda larga em regiões carentes/remotas e naquelas com maior densidade populacional;
- incentivar o desenvolvimento de *softwares* e aplicativos para o setor;
- fortalecer os provedores regionais; e
- aperfeiçoar os sistemas de comunicação dos órgãos envolvidos em inteligência e defesa nacional.

Para promoção da segurança hídrica, permitindo usos múltiplos da água com eficiência:

- discutir o valor da água, de forma a promover o uso racional e os investimentos no setor, sem prejuízo da sua função social;
- promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos por meio da indução de boas práticas de uso da água e do solo, da revitalização de bacias hidrográficas e do gerenciamento efetivo desse recurso natural;
- ampliar e difundir o conhecimento sobre as águas subterrâneas e suas interações com as águas superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas; e
- ampliar a oferta de água por meio de infraestruturas hídricas que garanta quantidades suficientes para: uso consuntivo, hidrovias e energia.

Desafio: melhorar o desempenho logístico do país

O segundo desafio no eixo de infraestrutura é melhorar o desempenho logístico do país. Isso envolve a disponibilização de uma infraestrutura logística eficiente, com diversificação da matriz e integração dos modais de transporte, o que reduzirá os custos para toda a economia e ampliará a competitividade do país. O Brasil atualmente ocupa a 55^a posição do *ranking* de desempenho logístico publicado pelo Banco Mundial.

Orientações

- realizar o planejamento sistêmico integrado entre os modais, considerando a dinâmica de desenvolvimento socioeconômico do país;
- desenvolver os diversos modais de transporte regional de passageiros e cargas, de forma a promover a integração territorial e a intensificação das interações espaciais;
- ampliar o uso de modais mais eficientes na matriz de transportes, tais como ferroviário e hidroviário (marítimo e fluvial), e incentivar a intermodalidade e a concorrência intramodal e intermodal;

- articular o planejamento do setor de transporte com as necessidades dos setores industrial, agrícola e agroindustrial, de forma a ofertar uma rede viária ampliada e integrada;
- aperfeiçoar os marcos legais transversais, de forma a evitar a dissonância legislativa entre os vários entes públicos, modernizar processos e obter avaliações mais céleres e de maior qualidade; e
- incentivar o uso de veículos, equipamentos e infraestrutura verde, mais eficientes e sustentáveis energeticamente.

Desafio: proporcionar maior bem-estar para a população

O último desafio do eixo de infraestrutura é proporcionar maior bem-estar para a população, visando à ampliação da qualidade de vida de todos, com ênfase na sustentabilidade e redução das desigualdades. A prioridade para esse desafio é a redução do tempo de deslocamento casa-trabalho e a priorização do transporte coletivo. A agenda também pressupõe melhorar a mobilidade intrarregional, com foco em regiões menos dinâmicas.

Orientações

Para melhoria da infraestrutura urbana e rural

- induzir as boas práticas de planejamento urbano, com foco no crescimento ordenado e sustentável das cidades, ampliando a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- fomentar a qualificação da gestão pública e iniciativas e métricas de controle para aumentar a participação social no planejamento urbano;
- planejar a infraestrutura urbana considerando a complementariedade e sinergia dos investimentos público e privado em infraestrutura urbana (saneamento, mobilidade e habitação);
- incrementar a capacidade dos entes federativos no planejamento e regulação dos serviços públicos, dando maior segurança para ampliação da iniciativa privada na prestação dos serviços;

- estimular ações que contribuam para a universalização do saneamento básico urbano, considerando a integralidade entre as diversas modalidades e, sempre que possível, com incentivo ao aproveitamento do biogás para produção de energia;
- ampliar a condição satisfatória de bem-estar dos domicílios nas áreas rurais, respeitando as peculiaridades locais;
- facilitar a ampliação da oferta de infraestrutura urbana nas áreas de maior vulnerabilidade social e a recuperação de centros históricos degradados;
- desenvolver programas habitacionais de interesse social, com foco na população mais carente;
- incorporar as novas tecnologias (*IoT* – internet das coisas) no planejamento urbano, de modo a viabilizar os projetos de cidades inteligentes;
- incentivar o investimento em transporte coletivo, melhorando o ambiente urbano e a qualidade de vida da população; e
- promover políticas públicas que reduzam a população exposta em áreas de riscos.

Eixo 4: ambiental

A interpretação atual dos objetivos fundamentais da República estabelece o compromisso do Brasil de buscar o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável. Esse compromisso é reforçado pelos acordos internacionais dos quais o país é signatário, como a conferência Rio+20, o Acordo de Paris e a construção da Agenda 2030 da ONU, que resultou nos ODS.

Para o alcance dos ODS e a construção do desenvolvimento sustentável, o Brasil possui relevantes desafios a serem perseguidos nos próximos doze anos. Esses desafios são necessários tanto para a preservação e recuperação do meio ambiente quanto para o aproveitamento das potencialidades ambientais brasileiras, como vetor de promoção do desenvolvimento sustentável.

Esse eixo busca, sobretudo, tornar mais limpo e sustentável o sistema produtivo e de consumo brasileiro, por meio da ampliação de fontes renováveis na geração de energia elétrica, da redução dos impactos das atividades produtivas no meio ambiente e do aproveitamento das oportunidades oriundas da biodiversidade e dos recursos naturais do Brasil.

Desafio: ampliar a participação das fontes renováveis na matriz energética

Esse desafio propõe diversificar a matriz de oferta de energia por meio do aumento da participação de outras fontes renováveis. Atualmente, a matriz energética do Brasil é composta por 43,5% de geração a partir de fontes renováveis. Dessa forma, o desafio é que o crescimento da matriz energética se dê por meio de outras fontes renováveis nas quais o país possui grande potencial, como as energias eólica e solar. Essa diversificação permitirá suprir a demanda oriunda do crescimento econômico, aumentar a segurança em relação à disponibilidade de energia e manter o Brasil entre os países com a matriz energética mais renovável do mundo.

Orientações

Para diversificação da matriz energética:

- ampliar a participação de fontes renováveis de geração de energia, conforme metas do Acordo de Paris, com incentivo à geração distribuída, propiciando a elevação do papel do consumidor na produção de energia;
- estimular o adensamento da cadeia produtiva, de forma competitiva, associada à produção de energias renováveis; e
- aproveitar as potencialidades regionais na geração de energia renovável.

Desafio: reduzir a intensidade de emissão de GEE (CO₂e kg per \$ PIB PPP)

Esse desafio propõe ampliar a parcela da infraestrutura econômica e produtiva do país que é “limpa”, em termos de emissão de GEE. A implementação desse desafio requer mudanças nos padrões de produção e consumo para a economia como um todo, não apenas em determinados setores.

No período de 2004-2012, o PIB aumentou (32%), e as emissões foram reduzidas (em 52%). Nesse período, o setor que contribuiu de forma mais representativa para a redução das emissões foi o de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, devido, principalmente, aos esforços para a redução do desmatamento, em especial na Amazônia. A redução do desmatamento, no entanto, apresenta uma tendência de estagnação.

Levando em consideração as projeções de aumento do PIB para os próximos anos, as emissões dos setores produtivos deverão ser cada vez mais representativas no perfil de emissões de GEE do Brasil, o que exigirá tornar o sistema produtivo e de consumo do país mais sustentável ambientalmente.

Orientações

Para a transição para uma economia de baixo carbono:

- implementar políticas e medidas de adaptação à mudança do clima para a construção de resiliência de populações, ecossistemas, infraestrutura e sistemas de produção;
- ampliar e fortalecer instrumentos econômicos para promoção de atividades de baixa emissão de carbono, considerando a inclusão produtiva e social (economia circular);
- garantir a continuidade do declínio do desmatamento, promover a implementação efetiva do Código Florestal e fomentar o mercado de recuperação de áreas desmatadas/degradadas;
- fortalecer a agricultura de baixa emissão de carbono e promover a sustentabilidade da produção agropecuária-florestal como as principais medidas para o desenvolvimento sustentável na agricultura e ampliação do acesso a novos mercados;
- promover novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono, no setor industrial; e
- aumentar a competitividade do setor de biocombustível e veículos elétricos/híbridos.

Para reduzir os impactos das atividades produtivas no meio ambiente, aproveitando as oportunidades oriundas da biodiversidade e dos recursos naturais do Brasil:

- reduzir a ameaça de extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável;
- incentivar atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, fomentando a preservação e o uso sustentável dos biomas brasileiros, com elevação de renda e inclusão social e produtiva;
- promover a proteção da biodiversidade da Amazônia e da Amazônia Azul, dos recursos minerais, hídricos e do potencial energético no território brasileiro;
- internalizar as variáveis ambientais na tomada de decisão econômica para o desenvolvimento de baixo carbono;
- fomentar a pesquisa científica e o adensamento da cadeia produtiva da bioeconomia, com foco no desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades da biodiversidade para utilização como fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros do interesse da indústria; e
- desenvolver o potencial dos negócios ambientais, com ênfase no turismo sustentável.

Eixo 5: social

O pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF/1988 pelos cidadãos passa pelo acesso a bens e serviços essenciais, os quais são responsáveis por promover bem-estar para todos. O Brasil conquistou grandes avanços na área social nas últimas décadas, no entanto, ainda há um grande caminho a percorrer. Reconhecendo a desigualdade social, a pobreza e as situações de vulnerabilidade como limitadoras do pleno exercício dos direitos, cabe ao Estado atuar por meio do acolhimento, da assistência e da promoção de políticas públicas adequadas para que população como um todo alcance um nível de bem-estar satisfatório.

Os desafios do eixo social para os próximos doze anos são grandes e envolvem um conjunto de medidas que visam à inclusão produtiva de grande parcela da sociedade; à geração de renda; à redução das vulnerabilidades sociais, da pobreza e das desigualdades sociais e regionais; à melhoria do acesso e da qualidade da saúde e da educação; à efetivação de políticas públicas de caráter progressivo; e ao fortalecimento da cidadania e da garantia de segurança.

Desafio: reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais

O Brasil obteve nos últimos quinze anos avanços relevantes na redução da parcela da população pobre⁶⁰, tornando-se um país de renda média, em que a maior parcela da população encontra-se nesse estrato de renda. Esses avanços foram possíveis a partir de políticas direcionadas ao fortalecimento do mercado interno; ao aumento dos investimentos em infraestrutura econômica e social; à expansão dos investimentos para ampliar a capacidade produtiva em recursos naturais; à valorização do salário mínimo; e a políticas de transferências de renda. Além disso, outros fatores, como maior escolarização, reformas estruturais na década de 1990 e 2000, que impulsionaram o desenvolvimento econômico interno, crescimento econômico mundial, em particular o *boom* de *commodities*, que favoreceu os países da América Latina, também contribuíram para o aumento real da renda e sua melhor distribuição, expressa pelo índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*.

A crise fiscal e econômica dos últimos anos, contudo, afetou o mercado de trabalho (principal fonte de renda da população), com aumento do desemprego. Além disso, não houve avanço nas questões relativas ao combate às desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. Dessa forma, ainda é necessário desenvolver, para os próximos doze anos, novos mecanismos que contribuam para redução da pobreza e das desigualdades, sem sobrecarregar as contas públicas. Esses mecanismos envolvem, além da maior progressividade tributária, políticas de inclusão produtiva, geração de renda, redução das vulnerabilidades sociais e aproveitamento das potencialidades regionais, uma vez que a desigualdade de renda também possui forte caráter regional.

Orientações

Para políticas públicas de inclusão:

- aperfeiçoar políticas e mecanismos de apoio aos agricultores familiares, especialmente as mulheres e os jovens, para desenvolvimento das zonas rurais e da agricultura familiar sustentável;

⁶⁰ Segundo Ipea e SPI (2014), o Brasil foi um dos países que mais contribuiu para o alcance global, ao reduzir a pobreza extrema a menos de um sétimo do nível de 1990.

- combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural;
- estimular políticas para a promoção da equidade e estudos sobre as desigualdades nacionais;
- focalizar os investimentos e transferências sociais na parcela mais pobre da população;
- promover ações para ampliar o acesso às tecnologias sociais e microfinanças, em especial para as populações mais vulneráveis, de forma a fortalecer o empreendedorismo;
- estimular políticas de inclusão produtiva e de qualificação dos trabalhadores mais afetados pela mudança tecnológica, com foco na atualização tecnológica e desenvolvimento de aptidões;
- universalizar o acesso à energia elétrica nas áreas rurais, propiciando o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida;
- incentivar o acesso e o uso da terra de forma sustentável a trabalhadores rurais, garantindo assistência social e produtiva e visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural; e
- incentivar o cooperativismo como forma de fortalecimento de pequenos produtores.

Para aproveitamento das potencialidades regionais para geração de renda:

- ampliar o acesso ao microcrédito, com foco nas regiões Norte e Nordeste;
- priorizar projetos com alto grau de apropriação local, inclusive com forte encadeamento produtivo;
- fomentar o desenvolvimento endógeno e a inteligência competitiva local, obtendo a convergência dos indicadores sociais entre e intra as regiões brasileiras; e
- gerar atividades econômicas a partir da identidade cultural das regiões.

Desafio: melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde

A Estratégia Nacional apresenta esse desafio na perspectiva de ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços de saúde, sob a lógica da universalidade de direitos, da integralidade e da integração entre redes e níveis de complexidade de ações e serviços.

A mortalidade na infância apresenta tendência de diminuição, mas é preciso acelerar essa queda por meio de ações que priorizem os municípios onde os índices relacionados a esse tipo de morte são maiores, o que contribuirá para redução da desigualdade regional hoje existente.

O aumento da expectativa de vida envolve questões relacionadas à saúde, redução da mortalidade na infância e de mortes prematuras por doenças e de mortes oriundas de causas externas, que possuem nos homicídios e nos acidentes de trânsito suas categorias mais relevantes no Brasil. Nesse desafio, serão tratados apenas os aspectos relacionados à saúde que afetam esse indicador. Dessa maneira, um fator que deve merecer atenção nos próximos doze anos é a maior participação das doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, neoplasias e das doenças por causas externas, acompanhada da redução das mortes por doenças infecciosas e parasitárias, na mortalidade proporcional por grupos de causas. Desafio mais intenso na medida em que se articula com a transição etária, que demanda ações de saúde atentas ao envelhecimento populacional, e com a transição nutricional, caracterizada por maiores índices de excesso de peso, em função de hábitos alimentares e alterações nos estilos de vida da população.

Orientações

Para melhoria dos serviços de saúde:

- adequar os serviços de saúde para atendimento às novas demandas decorrentes do envelhecimento populacional;
- rever os atos normativos e aperfeiçoar as estratégias de enfrentamento para a redução da judicialização da área de saúde;
- melhorar a competitividade da indústria de saúde, reduzindo a dependência externa, com o desenvolvimento e a produção de vacinas, medicamentos, insumos e equipamentos médicos;

- aprimorar a gestão do SUS, de forma a tornar o sistema mais eficiente, com melhor articulação entre setor público e privado, e adequar o seu financiamento às necessidades da população;
- integrar as informações de saúde provenientes das redes públicas e privada a partir da criação de padrão de dados único e da implantação do prontuário eletrônico pelo SUS, a fim de atender a demanda com equidade
- ampliar a ênfase na atenção primária, por meio da melhoria da estrutura e garantia do acesso a profissionais qualificados;
- fortalecer a cooperação interfederativa e resgatar o papel dos estados na rede de assistência;
- reforçar as políticas de promoção e prevenção da saúde;
- promover o fortalecimento e a integração das políticas de prevenção, atenção e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas; e
- incrementar as políticas de promoção à prática e à cultura de esportes, haja vista o papel do comportamento ativo na prevenção e tratamento de doenças crônicas.

Desafio: reduzir a mortalidade por homicídios no país, sobretudo na população jovem e negra

A sensação de insegurança está diretamente associada ao fenômeno da violência, que tem nos homicídios uma de suas expressões mais cruéis. Em 2015, foram registrados mais de 59 mil homicídios no país, correspondendo a uma taxa de cerca de 29 casos por 100 mil habitantes. No âmbito regional, as maiores taxas são observadas nas regiões Norte e Nordeste. No que se refere aos segmentos mais vulneráveis, registra-se que a incidência dos homicídios é maior nos homens jovens, destacando-se os de raça/cor negra⁶¹. A tendência é de estabilização da taxa de homicídios no país, porém, ao se comparar as diversas macrorregiões brasileiras, percebe-se que o movimento de redução dos homicídios na região Sudeste é contraposto pelo crescimento da taxa nas outras regiões, destacando-se novamente as regiões Norte e Nordeste. Outra tendência no cenário de segurança pública é a interiorização da violência, expressa pelo crescimento dos homicídios nas cidades médias e regiões de fronteira, que estão em franco crescimento populacional.

⁶¹ Raça/cor negra inclui aqueles que se declararam pretos ou pardos. Para mais detalhes sobre a distribuição dos homicídios na população e no território brasileiro ver o capítulo *Onde estamos – eixo social*.

Um dos principais desafios da segurança é lidar com os espaços urbanos deflagrados, típicos de grandes cidades. Cabe avançar no restabelecimento da presença do Estado nessas regiões, fortalecendo a integração de ações de prevenção da violência e combate de suas causas, com ações de repressão e ordenamento social.

Outros desafios na área de segurança pública são: a consolidação de uma visão mais integrada dos problemas associados à segurança pública; a revisão do modelo de policiamento em prol de maior aproximação entre a polícia e a sociedade; o investimento em ações estratégicas e de inteligência com base em informações qualificadas; a redução dos tempos de resolução de crimes, do déficit prisional e da reincidência no crime, o que envolve uma agenda de reinserção social dos infratores, a ampliação dos espaços de participação democrática na gestão da política de segurança pública, a redução substancial das mortes dos agentes públicos e o tratamento do problema de toxicod dependência como saúde pública.

Orientações

Para melhoria da segurança pública:

- aprimorar o combate à criminalidade, por meio do fortalecimento do monitoramento e da vigilância das fronteiras, da integração dos sistemas de inteligência policial dos entes federados e da maior coordenação de suas ações;
- fortalecer as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TICs pelas instituições de segurança pública;
- ampliar, reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, de forma a reduzir o déficit de vagas no sistema, fortalecer a aplicação de medidas alternativas à prisão, combater o crime organizado e tornar menor a reiteração criminosa;
- coordenar as ações de policiamento comunitário e preventivo com a disponibilização de serviços de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, infraestrutura e acesso à justiça em territórios de elevados índices de vulnerabilidade social e criminal; e
- elaborar programas sociais articulados com a estratégia de prevenção à violência.

Desafio: melhorar o acesso e a qualidade da educação

Esse desafio visa, entre outras coisas, aumentar o percentual de adolescentes com dezesseis anos que concluíram o ensino fundamental e elevar o índice de desenvolvimento da educação (Ideb) nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio.

A educação pode ser dividida em básica (infantil, ensino fundamental e ensino médio) e profissional, tecnológica e superior. A educação básica é um processo de formação de indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Na educação infantil, o país enfrenta o desafio de acesso com qualidade à creche e à pré-escola para crianças na primeira infância (até seis anos). O ensino fundamental pode ser considerado universalizado. Ainda é necessário, no entanto, melhorar a qualidade, expandindo a educação integral e enfrentando questões como a retenção, a distorção idade-série, o atraso no início da escolarização, a repetência e a evasão. No ensino médio, observa-se menor interesse dos estudantes pelo conteúdo ensinado, piora no desempenho escolar, baixa qualidade do ensino, com carência de professores com formação adequada. Um grande desafio da educação básica está relacionado à alfabetização e educação de jovens e adultos, com elevado percentual de pessoas com quinze anos ou mais de idade que não concluíram o ensino fundamental e adultos analfabetos.

O alcance desse desafio passa pelo incentivo do retorno de jovens e adultos à escola e, também, pela continuidade desse público nas etapas subsequentes da educação básica.

Quanto à educação profissional, tecnológica e superior, a expectativa de expansão esperada pelo país nos próximos doze anos, aliada às rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos, exige significativo investimento na formação dos trabalhadores para garantir a ampliação qualitativa e quantitativa da oferta de mão de obra, que ainda é escassa quando comparada com a demanda apresentada pelo setor produtivo. Esse momento traz consigo a exigência de uma educação profissional e tecnológica que atenda às demandas do mercado de trabalho, mas também que forme um profissional capaz de compreender a realidade que o cerca, de ultrapassar obstáculos e de pensar e agir em prol das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis à construção de um país menos desigual e mais justo.

Avanços nesse desafio possuem grande impacto no aumento da competitividade e produtividade do país, com maior desenvolvimento em CT&I, incorporação de tecnologia nos sistemas produtivos e expansão das atividades econômicas intensivas em conhecimento.

Além disso, a educação é fundamental para a convergência de condições econômicas e sociais entre as regiões, sendo determinante para a inclusão social e a efetivação de direitos.

Orientações

Para educação de qualidade:

- aprimorar a gestão e a governança da rede pública, garantindo maior qualidade e valorizando os profissionais de ensino;
- implementar uma política nacional de formação inicial e continuada de docentes e gestores, com foco na prática, valorizando aspectos motivacionais, competências interpessoais e de liderança, articulada à promoção em bases meritocráticas;
- melhorar as bases curriculares de modo a elevar a qualidade do ensino em todo o Brasil;
- implantar infraestrutura de banda larga nas escolas e estimular a adoção de tecnologias digitais na educação e uso de novas tecnologias de ensino à distância;
- reorganizar o sistema de pós-graduação e pesquisa, estímulo à prática multidisciplinar e vinculação entre pesquisa e setor produtivo;
- adequar a política de formação profissional, tornando-a mais flexível e próxima das necessidades do mercado de trabalho, inclusive com maior integração dos setores produtivos com as instituições de ensino;
- estimular o intercâmbio com instituições de ensino no exterior, os projetos conjuntos de pesquisa e as parcerias universitárias, dando incentivo à vinda de pesquisadores estrangeiros;
- aperfeiçoar o mecanismo de transferência dos recursos existentes (União e estados), condicionando parte dos repasses a indicadores de desempenho;
- difundir boas práticas de regiões que conseguiram dar saltos de qualidade na educação;

- ampliar o acesso com qualidade à creche e à pré-escola para crianças na primeira infância; e
- amplificar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, em especial para aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.

Desafio: fortalecer a cidadania a partir da construção de um sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático.

A Estratégia Nacional trata a dimensão de direitos e cidadania em todos os seus eixos, explicitando em diversos desafios o foco em grupos e segmentos específicos: mulheres; negros; lésbicas, gays, bissexuais e transexuais; povos e comunidades tradicionais; população em situação de rua; e pessoas com deficiência. Devido ao grande desafio que será continuar avançando na promoção dos direitos e da cidadania nos próximos doze anos, contudo, optou-se pela criação de um desafio específico para essa temática.

O perfil daqueles que ainda se encontram em situação de extrema pobreza indica que há segmentos mais vulneráveis, como as populações feminina e negra. Entre aqueles com renda abaixo da linha de extrema pobreza, mais de 70% são negros e mais de 20% dos seus domicílios são constituídos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres (Brasil, 2014a), indicando as dimensões de gênero e raça associadas à pobreza, o que demanda políticas públicas específicas para a autonomia desses segmentos.

As vulnerabilidades não se restringem à dimensão da renda. Mulheres, negros e outros grupos ainda sofrem discriminações e violências físicas, sexuais, morais e psicológicas que devem ser tratadas a partir da interlocução com o sistema de justiça, da difusão de informação, da reversão de estereótipos e de imagens negativas e do acesso a serviços em áreas como saúde e assistência social.

Outro público extremamente vulnerável que está ganhando relevância no país é o de imigrantes fugindo de guerras, desastres naturais, crises econômicas e mudanças climáticas intensas e que se encontram em situação pior que os grupos anteriormente citados, uma vez que ainda é necessário solidificar o reconhecimento do imigrante, independentemente de sua classificação migratória, como um ser humano detentor de direitos.

Orientações

Para fortalecimento da cidadania:

- melhorar a governança dos programas e serviços especializados de atendimento e assistência social a públicos vulneráveis em situação de violência ou restrição de direitos;
- ampliar e qualificar a prestação da assistência jurídica integral e gratuita;
- aumentar a eficiência do Poder Judiciário e democratizar seu acesso, fomentando os sistemas de resolução de conflitos extrajudiciais; e
- consolidar em todas as políticas públicas o objetivo de concretização dos direitos humanos, com ênfase em públicos vulneráveis (idosos, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, imigrantes, pessoas com deficiência, entre outros).

6.2

Riscos e medidas mitigadoras

Este item elenca e detalha os principais riscos à implementação da Estratégia Nacional. Para os fins deste documento, entende-se como riscos os eventos cuja possibilidade de ocorrência têm impacto negativo e podem comprometer o alcance do futuro desejado. Os riscos descritos foram selecionados a partir da sua severidade e probabilidade de ocorrência, sendo os mesmos acompanhados por suas respectivas medidas mitigadoras.

Também é importante destacar que os riscos selecionados não são específicos para cada setor, e tendem a alcançar todos os eixos e desafios. O tratamento de riscos mais específicos deve ser abordado nos planos setoriais e no PPA, instrumentos mais adequados para trabalhar de forma detalhada os setores.

A existência de uma fragmentação política que impeça a implementação de medidas fiscais necessárias à consolidação de um equilíbrio fiscal apresenta-se como um risco relevante, dado o seu impacto na implementação da Estratégia Nacional. O desequilíbrio fiscal duradouro afeta a capacidade do Estado de prestar serviços públicos de qualidade e amplia o endividamento público, repercutindo nas expectativas dos agentes econômicos, na taxa de juros, na inflação e no crescimento do PIB.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização desse risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- ampliar o debate público sobre a necessidade de realização de reformas estruturais (tributária e previdenciária), de forma a obter o apoio da população;
- aumentar a efetividade do Estado, por meio da constante revisão e avaliação das políticas públicas, dos gastos tributários e subsídios; e
- estimular o aumento da produtividade com vistas a sustentar o crescimento econômico, com impactos positivos na arrecadação de recursos e na redução do déficit público.

A reduzida atração de investimentos privados, os quais são necessários para reverter o atual cenário de baixos investimentos em infraestrutura e diminuir o *gap* do país em relação às economias desenvolvidas, apresenta-se como um risco à implementação da Estratégia Nacional. Como é sabido, o setor requer vultosos investimentos, e o desafiador cenário fiscal não favorece a elevação dos investimentos públicos. Dessa forma, devem ser adotadas medidas que possam ocasionar a maior participação de entes privados

nos investimentos em infraestrutura. Entende-se aqui incluída a infraestrutura social, determinante para que o país atinja os objetivos assumidos nos ODS.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização deste risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- aprimorar os modelos de concessão da prestação de serviços públicos na área de infraestrutura;
- estruturar os marcos regulatórios setoriais que forneçam segurança econômica e jurídica aos investidores e ao setor público;
- diversificação das fontes de financiamento dos empreendimentos; e
- selecionar os investimentos públicos, de forma a evitar a pulverização dos recursos e descontinuidade das obras.

Outro risco relevante para a competitividade e a produtividade brasileira é a incorporação de forma defasada dos avanços tecnológicos oriundos de TICs, indústria 4.0 e bioeconomia. A reestruturação dos processos produtivos consolidados e a potencialização de novas indústrias a partir de avanços tecnológicos criam janelas de oportunidades para uma nova inserção do Brasil nas cadeias globais de valor. O aproveitamento dessas janelas de oportunidade é essencial para que o país amplie sua produtividade e competitividade e se aproxime das economias desenvolvidas. Dessa forma, o Brasil não pode atuar de forma passiva na incorporação defasada dos avanços tecnológicos oriundos de TICs, indústria 4.0 e bioeconomia.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização deste risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- promover uma abertura comercial que aumente a competitividade, de forma a incentivar a concorrência e o aumento da produtividade da indústria nacional;
- remover obstáculos e reduzir os custos à importação tecnológica;
- construir um sistema de CT&I mais aberto e internacionalizado; e
- aprimorar os mecanismos de financiamento em P&D.

O descasamento entre os avanços econômicos, sociais e ambientais apresenta-se como um risco, uma vez que mantém ou agrava o quadro atual de desigualdade social, concentração de renda, desigualdade regional e degradação ambiental. O tratamento inadequado desse risco fará com que parte considerável da população brasileira seja excluída dos ganhos do desenvolvimento, colocando sob suspeita sua sustentabilidade e ampliando as tensões sociais hoje existentes.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização deste risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- aprimoramento do sistema tributário, de forma a torná-lo mais progressivo, concorrencialmente neutro dentro dos setores;
- melhoria dos sistemas públicos de previdência, assistência e seguridade social, de forma a ampliar seu impacto na redução das desigualdades sociais; e
- aprimoramento da qualidade e da abrangência dos sistemas de saúde e educação, reduzindo o *gap* existente no acesso a esses serviços dentro da sociedade brasileira.

A reestruturação do crime organizado em resposta às ações de segurança pública apresenta-se como um risco que colaborará para a manutenção ou agravamento do quadro atual de segurança pública. Apesar dos avanços no investimento e na política de segurança pública, o histórico recente demonstra que o crime organizado tem conseguido se reinventar no país, diminuindo a efetividade da ação estatal. Como exemplo, pode-se citar o surgimento de organizações criminosas, a partir dos presídios; o fortalecimento das milícias nas grandes capitais; e a expansão da área de atuação das facções da região Sudeste para as regiões Norte e Nordeste.

Caso o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional indiquem a possível materialização deste risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- fomentar as ações de prevenção e investigação a partir do uso intensivo de TICs pelas instituições de segurança pública, com o devido respaldo à privacidade;
- fortalecer o serviço de inteligência policial por meio da integração dos sistemas dos entes federados e da maior coordenação de suas ações;
- reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário de forma a combater o crime organizado e reduzir a reiteração criminosa; e

- coordenar as ações de policiamento comunitário e preventivo com a disponibilização de serviços de saúde, educação, assistência social, infraestrutura e acesso à justiça em territórios de elevados índices de vulnerabilidade social e criminal.

Outro risco identificado que possui grande impacto potencial em todos os eixos é a ampliação dos fluxos migratórios em decorrência de mudanças climáticas intensas, desastres naturais, guerras nacionais e regionais, crises econômicas nos países latino-americanos. A entrada no país de milhares ou milhões de imigrantes sem que o Estado esteja devidamente preparado para recebê-los pode ocasionar grandes impactos nas contas públicas, na economia e no meio ambiente. Dessa forma, caso o monitoramento da Estratégia Nacional indique a possível materialização desse risco, apresenta-se como medida mitigadora:

- desenvolver uma política de imigração que promova o acolhimento e integração do imigrante à sociedade brasileira.

Por fim, há o risco da degradação ambiental e a maior frequência de eventos climáticos extremos (seca e chuva) gerar o aumento da gravidade das crises hídricas. Nesse caso, a adequada gestão dos recursos hídricos torna-se um elemento crítico na mitigação desse risco. Essas crises possuem relevante impacto no desenvolvimento esperado a partir da implementação da Estratégia Nacional, uma vez que o crescimento econômico e a ascensão social acarretam uma demanda maior de recursos hídricos.

Caso o monitoramento da Estratégia Nacional indique a possível materialização desse risco, apresentam-se algumas medidas mitigadoras:

- precificar adequadamente a água, de forma que seu custo passe a indicar sua escassez relativa, incentivando o uso racional e permitindo o financiamento do setor e preservando sua função social;
- implementar boas práticas de uso de água e solo e revitalizar as bacias hidrográficas;
- estimular a utilização de água de reuso;
- investir na ampliação e modernização de infraestruturas hídricas; e
- incentivar a restauração de matas ciliares, o tratamento de resíduos e melhores práticas agrícolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em sua versão base, tem como principal referência a CF/1988. É necessário destacar que o PL nº 9.163/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e institui a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como um dos instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, visa atender o disposto na CF/1988, art. 174, § 1º, conforme segue:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento (Brasil, 1988).

Na mesma linha, destaca-se que os norteadores para a construção das diretrizes, dos desafios e das orientações da Estratégia Nacional, assim como para a escolha dos índices-chave responsáveis por demonstrar a situação atual e acompanhar sua implementação foram os princípios fundamentais da Carta Magna, acrescidos do seu art. 5º, que dispõe sobre os direitos e os deveres individuais e coletivos. Tudo isso foi sintetizado na diretriz principal deste documento: “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira para os padrões verificados nos países desenvolvidos”.

Resumidamente, o capítulo *Onde estamos* buscou apresentar um retrato da situação atual do Brasil por meio de índices-chave que mensuram de forma agregada aspectos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do país e indicam questões a serem melhoradas nos próximos doze anos. O capítulo *Megatendências e seus impactos nas políticas públicas* trouxe os rumos que o mundo está trilhando com reflexos diretos nas políticas públicas e consequentemente no alcance das diretrizes, o que contribui de forma eficaz para o planejamento do futuro do país. O capítulo *Cenário macroeconômico* delimitou nossa capacidade de crescimento sustentável ao longo do período da Estratégia Nacional, sem a ocorrência de desequilíbrios internos (inflação) ou externos (crises cambiais). Por fim, o capítulo *O caminho até 2031*, que versa sobre os desafios, as orientações e os riscos, mostrou as principais ações a serem percorridas para que se possa alcançar os objetivos previstos na CF/1988 e na diretriz principal deste documento.

Entretanto, deve-se salientar que este documento representa apenas a primeira etapa de construção da Estratégia Nacional. Para que ela se torne um instrumento útil para o país, é fundamental que todo o governo e a sociedade internalizem seu conteúdo e tenham nela uma referência ou direcionador para suas ações. Com este objetivo, a Estratégia Nacional está sendo construída de forma a considerar a diversidade brasileira expressa nas diferenças culturais, econômicas e sociais do nosso povo e do nosso território, e pensando no seu papel orientador dos planos setoriais e na sua implementação por meio do PPA, principal documento de planejamento nacional para o médio prazo e que orienta a elaboração das leis orçamentárias anuais.

A expectativa é que o governo, em especial os ministérios setoriais, se aproprie do relatório e reflita sobre suas diretrizes, desafios e orientações, nos programas, nos objetivos e nas metas dos próximos PPAs. Dessa forma, os atributos da Estratégia Nacional deverão ser suficientemente claros para que sirvam de norteadores para a ação governamental nos próximos anos. Como exemplo, segue um exercício de como os desafios e as orientações da Estratégia Nacional devem ser incorporados nos demais instrumentos de planejamento (*tabela 9*).

TABELA 9

Exemplo de implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Instrumento	Atributo
Estratégia Nacional	Desafio: melhorar o acesso e a qualidade da população brasileira aos serviços de saúde. Orientação: reforçar as políticas de promoção e prevenção da saúde.
Plano nacional	Intensificar o combate aos vetores transmissores de endemias.
PPA	Reduzir a morbimortalidade por <i>Chikungunya</i> , Dengue e <i>Zyka</i> .
Plano de ação setorial	- realizar campanha publicitária de conscientização sobre o combate ao <i>aedes aegypti</i> ; - realizar o Dia D de combate ao <i>aedes aegypti</i> ; e - ampliar a cobertura por rede de abastecimento de água.

Fonte: Seplan/MP.

Para que isto ocorra de fato, evitando que a Estratégia Nacional tenha o mesmo destino de boa parte dos planos estratégicos de longo prazo, que acabaram não cumprindo seu papel pela dificuldade da transição para os níveis tático e operacional, é preciso apreender que a estratégia não pode ser confundida com um plano de governo, visto que tem um caráter de longo prazo e deve buscar sua perenidade, perpassando por governos de distintas orientações. Desta forma, precisa ser fruto de um amplo debate entre o poder público, em seus três níveis, a sociedade civil, o setor empresarial e político, sendo um processo longo e trabalhoso que requer paciência para se chegar a um bom termo (Melo, 2011).

Na busca de um consenso mínimo em torno do caminho que o país deve perseguir nos próximos doze anos, o processo de elaboração deste documento compreende rodadas de reuniões com os órgãos do Poder Executivo federal, apresentações e debates em fóruns de representação da sociedade civil, audiências públicas no Congresso Nacional, mas, sobretudo, um amplo processo de consulta pública para a manifestação de toda a sociedade. Como consequência direta deste processo, temos a certeza de que a Estratégia Nacional contribuirá para o fortalecimento da democracia participativa, ao induzir o comprometimento de todos os responsáveis pela sua consecução.

Após a conclusão deste processo, a Estratégia Nacional será amplamente divulgada para a sociedade, com vistas a viabilizar a construção de uma visão comum de país, de forma que os atores sociais, por meio da internalização dos desafios e das orientações e por meio da cobrança qualificada do Estado, contribuam para sua implementação.

Por fim, para garantir sua efetiva implementação, a gestão da Estratégia Nacional precisa prever o monitoramento e a avaliação, além da atualização das megatendências, dos indicadores, dos desafios e das orientações a partir dos avanços identificados na situação atual do país a cada quatro anos. O monitoramento e a avaliação levarão em consideração os resultados e as avaliações das políticas públicas, do PPA, dos planos setoriais e da Agenda 2030. Desta forma, sua gestão opta por aproveitar estruturas de planejamento, monitoramento e avaliação existentes na administração, trabalhando na busca de informações complementares.

Por último, o monitoramento e a avaliação da Estratégia Nacional devem apresentar uma visão holística do seu conteúdo, realizando sempre que possível o vínculo entre os desafios, as orientações, os eixos e as diretrizes. Desta maneira, espera-se que o monitoramento e a avaliação forneçam subsídios para a atualização da Estratégia Nacional, do planejamento governamental e para a construção de planos de contingência, que deverão ser adotados caso o monitoramento e a avaliação indiquem que os riscos elencados estão impactando a superação dos desafios.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREDO, F. et al. World Inequality Report, 2018. Paris: World Inequality Lab, 2018. Disponível em: <<http://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>>

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL. Oportunidades na Produção e no Abastecimento de Combustíveis no Brasil. Rio de Janeiro: ANP, 2017.

ARVIS, J.-F. et al. Connecting to compete 2010: trade logistics in the global economy. Washington D.C: World Bank Group, 2010. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/892771468176947796/pdf/558520WP0P10181LIC10LPI20101for1web.pdf>>

BARR, N. The economics of the welfare state. 5th ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. 386 p.

BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Nordeste 2022: estudos prospectivos - documento síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Panoramas setoriais 2030: desafios e oportunidades para o Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2017. 225 p.

_____. Agendas setoriais para o alcance da meta. In: BNDES. Visão 2035: Brasil, um país desenvolvido. Rio de Janeiro: BNDES, v. 1, 2018a.

_____. Agendas regionais para o alcance da meta. In: _____. Visão 2035: Brasil, um país desenvolvido. Rio de Janeiro: BNDES, v. 2, 2018b. _____. Sinopse das agendas para alcance da meta. In: _____. Visão 2035: Brasil, um país desenvolvido. Rio de Janeiro: BNDES, 2018c.

_____. Desafios do desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2018d.

_____. Infraestrutura no Brasil: ajustando o foco. Rio de Janeiro: BNDES, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 5 out. 1988.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estudo da dimensão territorial para o planejamento. Brasília: MP, 2008.

_____. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2016. Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 ago. 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Coords.). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: SPI/MP; Ipea, 2014a.

_____. Ministério da integração nacional. Plano regional de desenvolvimento da Amazônia (PRDA). Belém: SUDAM, 2014b.

_____. Decreto no 8.794, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto no 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 jun. 2016.

_____. Projeto de Lei no 9.163, de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Câmara dos Deputados, Brasília, 23 nov. 2017a.

_____. Decreto no 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 nov. 2017b.

_____. Lei no 13.483, de 21 de setembro de 2017. Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 set. 2017c.

_____. Presidência da República. Aviso Circular no 1 da Casa Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 2018a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria no 47. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jan. 2018b.

_____. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO). Brasília: SUDECO, 2018c. BUARQUE, S. C. Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 939).

_____. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019. Disponível em < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2019/orcamento-anual-de-2019>>. 2018d.

CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.) O Brasil sem miséria. 1 ed. Brasília: MDS: Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CASTELLO BRANCO, Marta. Alternative scenarios for the post-crisis global economy. Rio de Janeiro: Breves CINDES, 2011.

CAVALCANTE, L. R. Ambiente de negócios, investimentos e produtividade. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2130).

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável. Santiago: CEPAL, 2016.

COBHAM, A. Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality. London: Center for Global Development, 2013. Disponível em: <<http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>>. Acesso em: nov. 2017.

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Org.). Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes. Brasília: Ipea, 2014. v.1.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FRISCHTAK, C. R. O investimento em infraestrutura no Brasil: histórico recente e perspectivas. Pesquisa e Planejamento Econômico, Brasília, v. 38, n.2, ago. 2008.

FRISCHTAK, C. R.; MOURÃO, J. Uma estimativa do estoque de capital de infraestrutura no Brasil. Brasília: Ipea, 2017.

FRISCHTAK, C. R.; NORONHA, J. O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada. Brasília: CNI, 2016.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human development report 2016: human development for everyone. New York: UNDP, 2016. 286 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em: Nov. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060. Rio de Janeiro: IBGE, ago. 2013.

IEA - INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Renewables information: overview. Paris: IEA, 2017. Disponível em: <<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/RenewablesInformation2017Overview.pdf>>

_____. Tracking clean energy progress 2017. Paris: IEA, 2017. Disponível em: <<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/TrackingCleanEnergyProgress2017.pdf>>

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ASSECOR - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento. Brasília: ASSECOR; Ipea: 2017. 320 p.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desafios da nação. Brasília: Ipea. 2018. v.1. 162p.

MARCIAL, E (Org.). Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Brasília: Ipea, 2015.

_____. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: IPEA, 2010. 182 p. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

MÁTTAR, J. J.; PERROTTI, D. E. La planificación como instrumento de desarrollo con igualdad en América Latina y el Caribe: tendencias y desafíos. Santiago de Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 2014. (Serie Gestión Pública, n. 80).

MATUS, C. O plano como aposta. In: GIACOMONI, J; PAGNUSSAT, J. L. (Org.) Planejamento e orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006.

_____. Política, Planejamento & Governo. 1ª ed. Brasília. IPEA, 1993.

MELO, V. Planos nacionais de desenvolvimento: experiência brasileira e lições para o futuro. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD environmental performance reviews: Brazil 2015. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264240094-en>>.

_____. Programme for international student assessment (PISA): results from PISA 2015. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_2015_brazil_prt.pdf>.

_____. Relatório territorial da OCDE: Brasil 2013. Paris: OECD Publishing, 2013.

PALMA, J. G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the “inverted-u”: the share of the rich is what it’s all about. Cambridge: Cambridge Working Papers in Economics, 2011. p. 65. Disponível em: <<http://www.econ.cam.ac.uk/research-files/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

PNUMA – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE et al. Empregos verdes: trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono. Brasília: PNUMA; OIT; OIE; CSI, 2008.

RESENDE, G. M. Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

TPE – TODOS PELA EDUCAÇÃO. DE OLHO AS METAS 2015-16: Sétimo relatório de monitoramento das 5 Metas do Todos Pela Educação. TPE, 2017. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/olho_metas_2015_16_final.pdf>

UN – UNITED NATIONS. Sustainable development goals. New York, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>>. Acesso em: nov. 2017.

_____. The sustainable development goals report 2017. New York: United Nations, 2017. 60 p. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2017/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2017.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

VEIGA, P. M. et al. Economia e governança global em 2020: implicações para o Brasil. Rio de Janeiro: CINDES, 2012.

WORLD BANK. Emprego e crescimento: a agenda da produtividade. Washington, D.C.: World Bank Group, 2018. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/203811520404312395/pdf/123969-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P162670-EmpregoeCrescimentoAAgendadaProdutividade.pdf>>.

WORLD ECONOMIC FORUM. The global competitiveness report 2017–2018. Genebra – Suíça: World Economic Fórum. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index-2017-2018/downloads/>> . 2017^a.

_____. The global risks report 2017. Genebra: World Economic Forum, 12th ed., 2017. Disponível em <http://www3.weforum.org/docs/GRR17_Report_web.pdf, acesso em 11/05/2018>. 2017b.

APÊNDICE A: FICHA DOS INDICADORES

Indicador 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	
Fonte primária:	UNDP. Human Development Reports.
Fonte:	UNDP. Human Development Reports, 2016.
Link da fonte:	< http://hdr.undp.org/en/2016-report >.
Data de acesso:	15 maio 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1990-2015
Observações:	O indicador está disponível para comparação com 188 países e territórios.

EIXO ECONÔMICO

Indicador 2 – Variação real do PIB per capita	
Fonte primária:	Contas Nacionais/IBGE.
Fonte:	Contas Nacionais/IBGE.
Link da fonte:	< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados >. (Tabelas sinóticas retropoladas – 2000 a 2015, tabela 6).
Data de acesso:	16 abr. 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2000-2015
Observações:	O valor do indicador também pode ser obtido diretamente no site do Banco Mundial https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG , que também permite comparações internacionais.

EIXO ECONÔMICO

Indicador 3 – Variação real da produtividade	
Fonte primária:	IBGE.
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir de dados do IBGE.
Link da fonte:	< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados >. (Tabelas sinóticas retropoladas – 2000-2015, tabela 15.1 e tabelas completas).
Data de acesso:	16 abr. 2018
Método de cálculo:	Faz-se a divisão do PIB em valores constantes pelo número total de ocupações no País. Em seguida, calcula-se a variação percentual anual.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2000-2015
Observações:	

EIXO ECONÔMICO

Indicador 4 – Corrente de comércio exterior da economia brasileira	
Fonte primária:	IBGE (PIB).
Fonte:	Elaboração pelo Ipea a partir dos dados de Contas Nacionais do IBGE.
Link da fonte:	< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas >.
Data de acesso:	30 abr. 2018
Método de cálculo:	A partir da publicação dos microdados do 4o trimestre das contas nacionais: Somar os valores de produto (PIB) a preços de mercado para os 4 trimestres; Somar os valores de exportações (X) e importações (M) para os 4 trimestres; Efetuar a divisão $[(X+M) / \text{PIB}]$.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1996-2017
Observações:	O indicador mostra a inserção da economia, medido através da proporção que a corrente de comércio (importações + exportações) representa do PIB. Os países em desenvolvimento em geral apresentam valores de abertura comercial superiores a 40%, o que evidencia uma profunda inserção nas cadeias produtivas globais, bem como o dinamismo de seu setor externo. No caso brasileiro, historicamente o comércio exterior tem representado participação bem menor no PIB, da ordem de 20 a 25%. Considerando a necessidade de retomada do crescimento sustentado, é fundamental que o país incremente sua abertura comercial de modo a aumentar o dinamismo de suas exportações e a produtividade doméstica. O valor do indicador também pode ser obtido no site do Banco Mundial < https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS > para comparação internacional, mas com defasagem de um ou dois anos.

EIXO INSTITUCIONAL

Indicador 5 – Índice de competitividade global (ICG)	
Fonte primária:	World Economic Forum. The Global Competitiveness Report 2017–2018.
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir dos dados da fonte primária.
Link da fonte:	< http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index-2017-2018/downloads/ >.
Data de acesso:	16 abr. 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2007-2017
Observações:	Indicador amplamente utilizado. Possibilidade de comparação internacional com 137 países e avaliação individualizada de componentes do indicador.

EIXO INSTITUCIONAL

Indicador 6 – Grau de facilidade de se fazer negócios	
Fonte primária:	World Bank. Doing Business project.
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir dos dados da fonte primária.
Link da fonte:	< http://www.doingbusiness.org/~media/WBG/DoingBusiness/Documents/Data/DB18-Historical-data-complete-data-with-DTFs.xlsx >.
Data de acesso:	19 abr. 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2013-2017
Observações:	Indicador amplamente utilizado. Possibilidade de comparação internacional com 190 países e avaliação individualizada de componentes do indicador.

EIXO INFRAESTRUTURA

Indicador 7 – Participação das obras de infraestrutura no PIB	
Fonte primária:	IBGE
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir de dados do IBGE
Link da fonte:	< https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados > (tabelas de recursos e usos – 2010-2015, nível 68 e tabelas completas para o PIB em valores correntes).
Data de acesso:	16 abr. 2018
Método de cálculo:	Para cada ano disponível, extrai-se o total das obras de infraestrutura na Formação Bruta de Capital Fixo (nível 68, tabela 2, demanda final) e considera a participação deste valor no PIB a preços correntes. Nas obras de infraestrutura, são considerados os Investimentos na construção de rodovias, ferrovias e obras urbanas, além das obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos e outras obras.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2010-2015
Observações:	A oferta de infraestrutura em condições adequadas tem a capacidade de alavancar a economia nacional e as potencialidades regionais. O investimento em infraestrutura gera externalidades positivas e apresenta relevante efeito multiplicador no crescimento da produtividade e do PIB do país.

EIXO INFRAESTRUTURA

Indicador 8 – Índice de Desempenho Logístico (LPI)	
Fonte primária:	World Bank and Turku School of Economics. Logistic Performance Index Surveys.
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir dos dados da fonte primária.
Link da fonte:	< https://lpi.worldbank.org/sites/default/files/International_LPI_from_2007_to_2016.xlsx >.
Data de acesso:	20 abr. 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da fonte de dados.
Frequência:	Bianual
Disponibilidade:	2007-2016
Observações:	Indicador amplamente utilizado. Possibilidade de comparação internacional com 160 países e avaliação individualizada de componentes do indicador.

EIXO INFRAESTRUTURA

Indicador 9 – Porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar	
Fonte primária:	PNAD Contínua/IBGE – 1a entrevista.
Fonte:	Elaboração pela SEPLAN/MP a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE.
Link da fonte:	< https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm >.
Data de acesso:	9 abr. 2018
Método de cálculo:	<p>Foram definidos como domicílios com condição satisfatória de bem-estar os que possuem concomitantemente as seguintes características: domicílios próprios ou cedidos por familiares, ou cujo aluguel não ultrapassa 30% da renda domiciliar, construídos com material permanente (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada), com densidade de até três moradores por dormitório, servidos por abastecimento de água com canalização interna por rede de distribuição ou por poço ou nascente, com pelo menos um banheiro de uso exclusivo, com esgotamento sanitário feito por meio de rede ou fossa séptica, serviços de coleta direta de lixo (quando localizados em área urbana) ou direta e indireta (quando localizados em área rural), com serviço de telefone (fixo ou celular), equipadas com, pelo menos, geladeira, televisão e computador ou tablet e com acesso à internet por meio de microcomputador, tablet, telefone móvel celular, televisão ou outro equipamento.</p> <p>Para tanto, o cálculo do indicador é feito da seguinte forma, a partir dos microdados da 1a entrevista da PNADC:</p> <p>Ponderar a amostra pela variável V1032 – peso do domicílio e das pessoas;</p> <p>Selecionar apenas a pessoa responsável pelo domicílio a fim de se obter dados por domicílio: V2005 (Condição no domicílio) = 1 (pessoa responsável pelo domicílio);</p> <p>Construir uma variável categórica, sendo (1 = “domicílio com condição satisfatória”; 2 = “domicílio com condição não satisfatória”), para a qual:</p> <p>= 1, se:</p> <p>$(S01017 \leq 2 \mid S01017 = 5 \mid (S01017 = 3 \ \& \ (S01019/VD5004 \leq 0.3))) \ \& \ (S01002 \leq 2 \mid S01002 = 4) \ \& \ (V2001 / S01006 \leq 3) \ \& \ (S01010 = 1 \ \& \ S01007 \leq 4) \ \& \ (S01011 > 0) \ \& \ (S01012 \leq 2) \ \& \ ((V1022 = 1 \ \& \ S01013 = 1) \mid (V1022 = 2 \ \& \ S01013 \leq 2)) \ \& \ (S01022 = 1 \mid S01021 > 0) \ \& \ (S01023 \leq 2) \ \& \ (S01025 \leq 3 \mid S01028 = 1) \ \& \ (S01029 = 1);$ e</p> <p>= 2, nos demais casos não selecionados.</p> <p>Gerar tabela com a variável categórica criada acima para estimar a participação de cada categoria.</p>
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2016 e 2017 (O IBGE ainda deve divulgar dados para os anos de 2012-2015 da PNADC).
Observações:	O indicador é composto por várias características do domicílio que atendem a condições básicas do ser humano e representa um bom indicador da qualidade de vida da população.

EIXO AMBIENTAL

Indicador 10 – Intensidade de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) (CO ₂ e kg per \$ PIB PPP)	
Fonte primária:	Carbon Dioxide Information Analysis Center, Environmental Sciences Division, Oak Ridge National Laboratory, Tennessee, United States. World Development Indicators/Banco Mundial.
Fonte:	Elaboração pela SEPLAN/MP a partir dos dados do WDI/Banco Mundial.
Link da fonte:	< https://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.CO2E.PP.GD >.
Data de acesso:	6 abr. 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente do WDI/Word Bank. As emissões de dióxido de carbono são aquelas provenientes da queima de combustíveis fósseis e da fabricação de cimento.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1990-2014
Observações:	O valor do indicador pode ser obtido diretamente no site do Banco Mundial, que também permite comparações internacionais.

EIXO AMBIENTAL

Indicador 11 – Participação de fontes de energia renovável na matriz energética	
Fonte primária:	Balanço Energético Nacional 2017/EPE/MME.
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir dos dados do Balanço Energético Nacional 2017/EPE/MME.
Link da fonte:	< https://ben.epe.gov.br/BENRelatorioInicial.aspx?anoColeta=2017&anoFimColeta=2016 >.
Data de acesso:	18 maio 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente da planilha Excel, disponíveis no link da fonte.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1970-2016
Observações:	Comparação internacional disponível em IEA. Renewables Information: overview. IEA, 2017.

EIXO SOCIAL

Indicador 12 – Taxa de homicídio (por 100 mil habitantes)	
Fonte primária:	MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e IBGE – estimativas de população.
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir de dados do MS/SVS/CGIAE/SIM e IBGE – estimativas de população.
Link da fonte:	< http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def >; e < https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579 >.
Data de acesso:	4 abr. 2018
Método de cálculo:	<p>Para obter o número de homicídios:</p> <p>Acessar o link para óbitos por causas externas: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/def-tohtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def>, selecionar os anos disponíveis, marcar “ano do óbito” na coluna e selecionar o grande grupo CID10 X85-Y09 Agressões e Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra;</p> <p>Gerar tabela.</p> <p>Para obter o número de habitantes:</p> <p>Acessar o link da estimativa de população: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>, selecionar os anos e a unidade territorial;</p> <p>Gerar tabela.</p> <p>Aplicar a fórmula (no de homicídios/no de habitantes * 100.000) para cada ano e unidade territorial correspondente.</p>
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1996-2015
Observações:	Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da United Nations Office On Drugs and Crime disponíveis em: < http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/crime-and-criminal-justice.html >.

EIXO SOCIAL

Indicador 13 – Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)	
Fonte primária:	Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir dos dados do MS/SVS/SIM e MS/SVS/SINASC.
Link da fonte:	< http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def >, e < http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def >.
Data de acesso:	12 abr. 2018
Método de cálculo:	<p>Para obter o número de óbitos de crianças de 0 a 5 anos de idade no método direto:</p> <p>Acessar o link para óbitos do Datasus: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>, selecionar os anos disponíveis, marcar “ano do óbito” na coluna e selecionar faixa etária: menor 1 ano, 1 a 4 anos;</p> <p>Gerar tabela.</p> <p>Para obter o número de nascidos vivos:</p> <p>Acessar o link de nascidos vivos do Datasus: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>, selecionar os anos disponíveis, marcar “ano do nascimento” na coluna;</p> <p>Gerar tabela.</p> <p>Aplicar a fórmula (no de óbitos de menores de cinco anos de idade/ no de nascidos vivos de mães residentes * 1000) para cada ano e unidade territorial correspondente.</p>
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	1996-2016
Observações:	<p>Estima o número médio de anos de vida para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.</p> <p>É influenciada pela composição da mortalidade no primeiro ano de vida (mortalidade infantil), amplificando o impacto das causas pós-neonatais, a que estão expostas também as crianças entre 1 e 4 anos de idade.</p> <p>Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation (UNICEF, WHO, World Bank, UN DESA Population Division) at childmortality.org, disponíveis em: <https://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT>.</p>

EIXO SOCIAL

Indicador 14 – Esperança de vida ao nascer	
Fonte primária:	IBGE, Projeção da População do Brasil, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2060, Revisão 2013.
Fonte:	Elaborado pela SEPLAN/MP a partir dos dados do IBGE, Projeção da População do Brasil, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2060, Revisão 2013.
Link da fonte:	<ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/projecoes_2013_indicadores_xls.zip>.
Data de acesso:	3 maio 2018
Método de cálculo:	A partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, toma-se o número correspondente a uma geração inicial de nascimentos (I0) e determina-se o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração (T0) até a idade limite. A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T0 por I0.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2000-2017
Observações:	<p>O aumento da esperança de vida ao nascer sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população.</p> <p>Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados da United Nations Population Division. World Population Prospects: 2017 Revision, or derived from male and female life expectancy at birth from sources such as: (2) Census reports and other statistical publications from national statistical offices, (3) Eurostat: Demographic Statistics, (4) United Nations Statistical Division. Population and Vital Statistics Reprot (various years), (5) U.S. Census Bureau: International Database, and (6) Secretariat of the Pacific Community: Statistics and Demography Programme.</p>

EIXO SOCIAL

Indicador 15 – Porcentagem de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental	
Fonte primária:	PNAD Contínua/IBGE – 2o trimestre.
Fonte:	Elaboração pela SEPLAN/MP a partir dos microdados da PNADC do IBGE.
Link da fonte:	< https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm >.
Data de acesso:	13 abr. 2018
Método de cálculo:	<p>A partir dos microdados do 2o trimestre da PNADC:</p> <p>Ponderar a amostra pela variável V1028 – peso do domicílio e das pessoas;</p> <p>Filtrar a população de 16 anos ou mais: V2009 (idade do morador na data de referência) = 16;</p> <p>Recodificar a variável derivada VD3001 (Nível de instrução mais elevado alcançado) de/para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo = 0 - EF incompleto; 2) Fundamental incompleto ou equivalente = 0 - EF incompleto; 3) Fundamental completo ou equivalente = 1 - EF completo; 4) Médio incompleto ou equivalente = 1 - EF completo; 5) Médio completo ou equivalente = 1 - EF completo; 6) Superior incompleto ou equivalente = 1 - EF completo; 7) Superior completo = 1 - EF completo. <p>Gerar tabela de resultados com a variável decorrente da recodificação acima.</p>
Frequência:	Trimestral
Disponibilidade:	2012-2017
Observações:	O cálculo também é possível por meio da PNAD, com série histórica maior, no entanto a PNAD foi encerrada em 2015. A série da PNAD Contínua foi iniciada em 2012.

EIXO SOCIAL

Indicador 16 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	
Fonte primária:	Saeb e Censo Escolar/INEP/MEC.
Fonte:	INEP/MEC.
Link da fonte:	< http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2996356 >.
Data de acesso:	10 abr. 2018
Método de cálculo:	Dados extraídos diretamente do INEP/MEC.
Frequência:	Bianual
Disponibilidade:	2005-2015
Observações:	<p>O Ideb é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.</p> <p>O Ideb foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.</p> <p>Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o País, e a Prova Brasil – para os municípios.</p> <p>O Ideb agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.</p>

EIXO SOCIAL

Indicador 17 – Índice de Gini	
Fonte primária:	PNAD Contínua/IBGE – 1a entrevista.
Fonte:	Elaboração pela SEPLAN/MP a partir do Plano tabular Rendimento de todas as fontes 2017 da PNADC do IBGE.
Link da fonte:	<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Rendimento_de_Todas_as_Fontes_2017/PNAD_Continua_2017_Rendimento_de_Todas_as_Fontes.xls>.
Data de acesso:	11 abr. 2018
Método de cálculo:	
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2016-2017 (PNAD Contínua)
Observações:	<p>Pode ser calculado com a PNAD (até 2015) ou PNAD Contínua (2016-2017) – dados da PNAD Contínua de 2012 a 2015 ainda não foram publicados pelo IBGE.</p> <p>Para fins de comparação internacional podem ser utilizados dados do Banco Mundial, disponíveis em <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/all-ginis-dataset> e <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-all-ginis-1950-2012>.</p>

EIXO SOCIAL

Indicador 18 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza	
Fonte primária:	Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2016, consolidado de primeiras entrevistas.
Fonte:	Síntese de indicadores sociais/IBGE.
Link da fonte:	<ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2017/xls/>.
Data de acesso:	3 maio 2018
Método de cálculo:	Elaborado a partir da tabela 2.12, disponível no link da fonte.
Frequência:	Anual
Disponibilidade:	2016
Observações:	Pode ser calculado com a PNAD (até 2015) ou PNAD Contínua (2016-2017) – dados da PNAD Contínua de 2012 a 2015 ainda não foram publicados pelo IBGE. Comparações internacionais estão disponíveis para algumas linhas de pobreza definidas internacionalmente.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

